



Para as minhas flores: Maria Lúcia, Vitória e Luíza,

Sem cujo perfume a vida seria infinitamente menos prazerosa

SUMÁRIO

Introdução - p. 4

Capítulo I - A violência colombiana, no seio da tradição patrimonialista na América Latina - p. 7

Capítulo II - Primórdios da guerra do narcotráfico na Colômbia - p. 23

Capítulo III - Do messianismo político ao Narco-Estado: os descaminhos da Teologia da Libertação - p. 47

Capítulo IV – O conflito colombiano: uma guerra contra a sociedade - p. 84

Capítulo V – Colômbia: uma nova realidade – p. 98

INTRODUÇÃO

A problemática da violência sempre foi um fator presente nas sociedades latino-americanas. A configuração dos Estados como instâncias mais fortes do que a sociedade, numa forte tendência de privatização do espaço público pelos clãs, foi a causa básica do fenômeno. É a herança ibérica que, superada no Velho Mundo, ainda não foi vencida em terras americanas. É o fator que constitui o denominado "custo" Brasil. O Estado, como frisava Raymundo Faoro, sempre teve donos. Ou como apontava Oliveira Vianna, a ausência de espírito público, essa é uma das marcas registradas na nossa cultura política. Até o final do século XX, essa realidade deu ensejo a Estados em que o compadrio era a lei que comandava o preenchimento de cargos, com toda a seqüela de falta de visão nacional e ausência de patriotismo. O patotismo, na América Latina, sufocou o patriotismo. Patotismo ou clientelismo que deu ensejo, ao longo do nosso Continente sul-americano e também na América Central e no México, às várias gerações de compadres que dominavam a ferro e fogo. Resquícios dessa pesada herança são a ditadura de Fidel Castro em Cuba e o populismo bolivariano do coronel Chávez na Venezuela. Embora tenhamos caminhado, no Brasil, em direção à consolidação de instituições democráticas, notadamente ao longo dos últimos vinte anos, não podemos negar que o patrimonialismo ainda grassa na nossa cultura política. São as várias clientelas que, no recente ciclo de abertura e de amadurecimento democrático, têm preenchido os cargos federais com amigos e apaniguados dos Presidentes, fenômeno que tem dado ensejo às várias "Repúblicas" que caracterizam a nossa história recente: "República do Maranhão", "República das Alagoas", "República do pão de queijo", "República do tucanato paulista", "República dos *companheiros*"...

É claro que não estamos sozinhos no usufruto dessa pesada herança. O drama argentino consiste em não terem conseguido os nossos vizinhos estabelecer, por cima das clientelas de políticos provinciais, um centro de poder que governe efetivamente, traçando políticas de alcance nacional. Isso, aliás, não é novo na política platina, e já o grande Domingos Faustino Sarmiento em *Facundo* destacava, em 1846, que a tendência à privatização do Estado era o grande mal que afetava aos argentinos, sendo que o

processo centralizador deu-se, no período de Rosas, sob o signo de uma sanguinolenta tirania que enquadrou todo mundo pela barbárie, repetindo, no plano federal, o que Facundo Quiroga tinha realizado anteriormente na sua província. Algo que teve o seu contrapeso do lado brasileiro, no regime de cooptação que Dom Pedro II impôs às oligarquias regionais, tendo dado ensejo às instituições imperiais. Diríamos que, em termos de organizar o Estado, o patrimonialismo estamental de Dom Pedro foi muito mais civilizado que o patrimonialismo de faca na bota de Rosas. No século XX, podemos estabelecer comparação semelhante entre o patrimonialismo sindical de Perón e o tecnocrático de Getúlio.

A hipótese que levanto neste livro é a seguinte: quando, no decorrer da segunda metade do século XX, o patrimonialismo vinculou-se, nos países latino-americanos, ao mercado dos tóxicos, a violência disparou e ensejou a formação de Estados dentro do Estado, cuja manifestação hodierna mais contundente foi a República das FARC, que entre 1998 e 2002 a guerrilha colombiana organizou na zona sul-oriental do país, numa área equivalente à do Estado do Rio de Janeiro, pondo em xeque a segurança continental, porquanto se constituiu em centro de irradiação do narcotráfico pelo Continente sul-americano afora, bem como em núcleo de exportação da narcoguerrilha aos países vizinhos. A América Latina conheceu, também, a sua *Guerra do Ópio*.

Em face desse fenômeno da narcoguerrilha, analiso os riscos que decorrem para o Brasil, notadamente. Considero que esses riscos aumentam, na medida em que a esquerda brasileira continua presa ainda a um modelo arcaico de comportamento politicamente correto, que a faz enxergar nos guerrilheiros colombianos combatentes idealistas pela justiça social e em prol da instauração do socialismo, quando o que realmente constituem é um núcleo de terroristas financiados pelo narcotráfico, que têm como única finalidade a racionalização dos seus negócios e a expansão do seu modelo de exploração para o resto do Continente sul-americano. Que o modelo colombiano da narcoguerrilha não está longe do Brasil, testemunha o elo representado por Fernandinho Beira Mar entre as FARC e o narcotráfico carioca.

Como não podia deixar de acontecer numa cultura profundamente marcada pela religiosidade, a nova escalada do narco-terror na América Latina foi acompanhada por uma esdrúxula mistura entre Teologia da Libertação e narcotráfico, dada ao ensejo da participação de sacerdotes na narcoguerrilha colombiana. Sacerdotes-guerrilheiros que, antes da queda do Muro em 1989, já participavam da aventura subversiva patrocinada pela ex-União Soviética e apoiada com denodo pelo mais velho ditador das Américas, Fidel Castro, em cujos laboratórios ideológicos processou-se o estranho casamento entre narcotráfico e Teologia da Libertação.

Os vários capítulos deste livro já apareceram sob a forma de ensaios publicados nas seguintes revistas: *Carta Mensal* do Rio de Janeiro (Capítulos I, IV, V); *Política e Estratégia* de São Paulo (Capítulo II), *Communio*, nas edições alemã e brasileira e *Convívio* de São Paulo (Capítulo III). Agradeço à minha esposa Maria Lúcia pela paciente leitura que fez dos originais desta obra, sempre me dando valiosos subsídios para melhorar o texto. O capítulo V, sobre as novas perspectivas que se descortinam para os colombianos, foi enriquecido com as anotações que tomei ao ensejo da Missão Empresarial à Colômbia, organizada pela Confederação Nacional do Comércio, graças à iniciativa do seu presidente, Antônio de Oliveira Santos, e do vice-presidente Orlando dos Santos Diniz, que a chefiou. Agradeço a eles a oportunidade que me brindaram, ao me convidarem para tomar parte na mesma. Quero externar os meus agradecimentos, outrossim, à minha filha Maria Vitória, pela valiosa colaboração que me deu na pesquisa jornalística.

Juiz de Fora, agosto de 2007.

Ricardo Vélez Rodríguez

Capítulo I – A VIOLÊNCIA COLOMBIANA, NO SEIO DA TRADIÇÃO PATRIMONIALISTA NA AMÉRICA LATINA

A problemática da violência aparece, hoje, no contexto latino-americano, como o mais agudo problema social enfrentado pelo nosso continente. Os dados estatísticos acerca da escalada da violência nas últimas décadas não mentem. Se esse é o problema que mais nos agonia, cumpre estudá-lo em profundidade, tentando identificar o seu tamanho e características marcantes, bem como as suas causas e possíveis soluções.

A violência como objeto de estudo é, no entanto, algo muito geral. Diríamos que ela, enquanto objeto material, precisa ser delimitada pelo ponto de vista a partir do qual é estudada, ou seja, pelo objeto formal. Obedecendo a esta exigência da lógica, pretendo analisar, neste trabalho, a violência na América Latina do ponto de vista de sua variável política.

Três itens serão desenvolvidos: 1) O conceito de violência política segundo Thomas Hobbes (1588-1679); 2) o fenômeno da violência política na América Latina; 3) as causas da violência política, no seio da tradição patrimonialista latino-americana. Concluirei assinalando alguns remédios que podem ser tentados na atual conjuntura.

1) O conceito de violência política segundo Thomas Hobbes.- Foi certamente o filósofo inglês quem realizou, na modernidade, a primeira sistematização filosófica acerca da violência como característica do homem em sociedade. Hobbes considerava que a discórdia provinha da natureza do homem, sendo que as três causas principais da mesma seriam a competição, a desconfiança e a glória. "A primeira -- frisa o filósofo [Hobbes, 1974: 79] -- leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança; e a terceira, a reputação. Os primeiros usam a violência para se tornarem senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanhos dos outros homens; os segundos, para defendê-los; e os terceiros por ninharias, como uma palavra, um sorriso, uma diferença de opinião, e qualquer outro sinal de desprezo, quer seja diretamente dirigido às suas pessoas, quer indiretamente aos seus parentes, seus amigos, sua profissão e seu nome".

A violência política ocorre, segundo o filósofo inglês, em dois momentos: antes do surgimento do Estado e quando este se corrompe. Hobbes denomina de *guerra de todos contra todos* à situação de violência social anterior à criação do Estado. Nela, a vida humana não vale nada e todos somos reféns do temor da morte violenta. Hobbes retratava assim essa situação, com sombrias cores que traduziriam perfeitamente o clima de violência, impunidade e insegurança que vivemos hoje nas nossas sociedades latino-americanas: "(...) tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção. Numa tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força, não há conhecimento da face da terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, (prevalece) um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta" [Hobbes, 1974: 80].

Nesse estado de violência generalizada não há lei, nem moral, nem propriedade. O homem, considerava Hobbes, é levado a superar essa deplorável situação pelas suas paixões (medo da morte, desejo de conforto e esperança de conseguir este último mediante o trabalho) e pela sua razão (que "sugere adequadas normas de paz, em torno das quais os homens podem chegar a acordo") [Hobbes, 1974: 81]. A partir dessa dupla tendência (racional e irracional) surge o Estado, que é definido por Hobbes [1974: 110] da seguinte forma: "Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos (de) uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum".

Para o pensador inglês, há duas maneiras de criação e organização do Estado: ou por *instituição*, ou por *aquisição*. O Estado por *instituição* ocorre "quando os homens concordam entre si em submeterem-se a um homem, ou a uma assembléia de homens,

voluntariamente, com a esperança de serem protegidos por ele contra todos os outros". Já o Estado por *aquisição* ocorre pela via da *força natural*, "como quando um homem obriga seus filhos a submeterem-se, e a submeterem seus próprios filhos, à sua autoridade, na medida em que é capaz de destruí-los em caso de recusa. Ou como quando um homem sujeita através da guerra seus inimigos à sua vontade, concedendo-lhes a vida com essa condição" [Hobbes, 1974: 110].

O filósofo inglês mostrava-se mais favorável ao Estado por *instituição*, sem dúvida mais afinado com a tradicional prática da representação na Inglaterra. Não é difícil, aliás, encontrar um paralelismo na dupla tipologia hobbesiana do Estado e a proposta por Max Weber [cf. 1944: IV, 85-203], a saber: Estado *contratualista* e Estado *patrimonial*.

Mas voltemos à caracterização da violência por Hobbes. Esta ocorre em ausência do pacto social que funda o Estado, como já vimos, ou quando este se corrompe, (ou, em outros termos, quando perde a força e fica doente). A sedição, o menosprezo face à lei, a guerra civil, a desobediência ou anarquia cidadã, a cupidez do poder espiritual, o domínio das corporações ou grupos sobre o governo, a desordem orçamentaria, eis algumas das causas endógenas que, além da invasão estrangeira, levam à doença e à dissolução do Estado [cf. Hobbes, 1974: 196-203]. Anarquizado o Estado, instala-se a violência na sociedade, bem como a plêiade de desgraças que acarreta a guerra de todos contra todos. Embrutecidos, os cidadãos passam a viver coagidos pelo temor constante da morte violenta.

2) O fenômeno da violência política na América Latina.- O fenômeno da violência na América Latina teve dois momentos semelhantes aos observados na tipologia hobbesiana: em primeiro lugar, insegurança generalizada, prévia à consolidação do Estado e, em segundo lugar, violência decorrente da degeneração ou má formação deste.

Quanto à primeira manifestação, a violência, na América Latina caracterizou-se por ser efeito, já desde os tempos coloniais, da denominada por Oliveira Vianna [1973: 142] de *anarquia branca*. Para o sociólogo fluminense, o motivo imediato que impelia a

população rural brasileira a se organizar em clãs, era a necessidade de defesa contra essa anarquia. Naqueles remotos tempos, entre nós, não havia Estado organizado. A corrupta magistratura portuguesa não funcionava, como tampouco os tribunais superiores, que ficavam muito distantes; isso levava a população a se refugiar em clãs, para ser protegida contra os excessos dos magistrados e poderosos. "Nessa situação de permanente desamparo legal, -- frisa Oliveira Vianna -- em que vivem, sob esse regime histórico de mandonismo, de favoritismo, de caudilhismo judiciário, todos os desprotegidos, todos os fracos, todos os pobres e inermes tendem a abrigar-se, por um impulso natural de defesa, à sombra dos poderosos, para que os protejam e defendam dos juizes corruptos, das *devassas* monstruosas, das *residências* infamantes, das vinditas implacáveis. Faz-se, assim, a magistratura colonial, pela parcialidade e corrupção dos seus juizes locais, um dos agentes mais poderosos da formação dos clãs rurais, uma das forças mais eficazes da intensificação da tendência gregária das nossas classes inferiores".

Essa situação de anarquia primordial era testemunhada pelos visitantes estrangeiros. Eis o relato de um comerciante francês, publicado em Rouen em 1723, com o longo título de *Journal d'un voyage sur les costes d'Afrique e aux Indes d'Espagne; avec une description particulière de la Rivière de la Plata, de Buenos Aires e autres lieux; commencé en 1702 et fini en 1706* [apud Pernoud, 1990: 63-105]. No seu diário, o viajante descreve assim a arraia miúda e a elite cariocas da época : "Falando em termos gerais, os portugueses são muito atenciosos, muito amáveis e de fino trato. Não me refiro ao povo baixo, cuja insolência e descaro estão por cima de tudo quanto se possa dizer. Não creio que possa haver indivíduos mais mal-intencionados e mais intratáveis; são mentirosos, indolentes, briguentos, insubordinados, sediciosos e cheios de injúrias, e das mais grosseiras; são, numa palavra, a mais indigna e mais maldita canalha de que se tenha ouvido falar. Critica-se às gentes honradas, e possivelmente não sem razão, pelo fato de serem vaidosos, orgulhosos e de terem uma cortesia e uma polidez que podem ser consideradas exageradas. Conta-se, a propósito do anterior, que um capitão de navio bateu tão forte num marinheiro, que este morreu -- segundo disse o agressor --, pelo fato de ter sido pouco atencioso com ele. Na sua maior parte são extraordinariamente inimigos do trabalho, preguiçosos e muito inclinados à voluptuosidade" [apud Pernoud, 1990: 99]. Em síntese, para o narrador francês a violência era a marca registrada da população

carioca, com alguns matizes segundo a faixa social: rude e explícita no povão, jeitosa nas elites.

Mas se a *anarquia branca* dos cariocas era evidente no século XVIII, não menos visível era a mesma característica entre os paulistas, segundo o relato de Régine Pernoud [1990: 137-138], que se alicerça, entre outras fontes da época, nas *Lettres édifiantes et curieuses*, escritas pelos missionários jesuítas das Reduções paraguaias entre 1717 e 1776. A respeito da anarquia dos paulistas, escreve a historiadora francesa: "Mas os maiores perigos provinham dos *paulistas* ou *mamelucos*; chamava-se assim a população de São Paulo que era, nessa época, um verdadeiro refúgio de bandoleiros, formada principalmente por mestiços e portugueses; tinha acolhido aventureiros de todas as regiões, cujo principal recurso era o comércio de escravos. Por isso viram com satisfação o estabelecimento dos primeiros povoados, que constituíam para eles excelentes reservas de índios, destinadas a se converterem em presa fácil. De fato, desde 1629 caíram sobre as Reduções da província de Guairá, levando como escravos mais de quinze mil índios dos povoados de Santo Antônio, São Miguel e Jesus Maria, depois de terem assassinado os que se opunham (...). Os mamelucos (eram) temíveis ao ponto de que não arredavam pé diante de nenhum estratégia; em várias ocasiões apresentaram-se diante dos povoados de índios, vestindo sotainas, com a cruz na mão, entoando cantos religiosos, etc., e enquanto os índios, sem desconfiança, reuniam-se para escutar a sua pregação, as suas tropas, colocadas em emboscada, atacavam. Isso provocou inúmeras dificuldades aos missionários e levantou uma desconfiança que custou a vida a muitos deles".

Testemunho dessa *anarquia branca* dos paulistas já tinha sido dado, aliás, em fins do século XVIII, pelo viajante francês Froger, para quem a cidade de São Paulo tinha a sua origem numa "(...) *assamblage de brigans de toutes les Nations, qui peu à peu y ont formé une grande Ville et une espèce de Republique, où ils se font une loy de ne point reconnaître le Gouverneur*" [apud Vianna, 1973: 183].

Mas o fenômeno da violência não se restringiu apenas, no nosso Continente, à situação de *guerra de todos contra todos* anterior à consolidação do Estado. Revela-se também hoje na corrupção do mesmo, ao ter sido ele privatizado por grupos, corporações,

estamentos, facções e partidos, no seio da *tradição patrimonialista*. Não há dúvida de que o exemplo mais característico é, nos dias que correm, a Colômbia. A respeito, assim caracterizou a situação de violência clânica nesse país Almudena Mazarrasa, delegada da ONU na Colômbia: "Este parece ir se tornando um país feudal onde cada um cria o seu próprio exército (...). Cheguei num momento em que o incremento da violência é aterrorizante. Estou muito consternada pelo fato de ser testemunha dessas atrocidades" [Mazarrasa, 1997: 1].

As atrocidades que deixaram perplexa a delegada da ONU na Colômbia decorrem do fato de o país ter sido loteado entre os bandos criminosos, num acelerado processo de desintegração e de guerra total, que tem sido denominado de "escobarização" (lembrando a onda terrorista desencadeada há alguns anos por Pablo Escobar) [Bustos, 1997] e que enseja, para os colombianos, uma situação de "emergência internacional", em decorrência das tensões geradas por esse país a escala global [Tokatlian, 1997b].

Estudo recente da *Fundação Milênio*, com sede em Santafé de Bogotá, revela, efetivamente, que a guerrilha de esquerda e os paramilitares de direita iniciaram nos últimos anos uma estratégia para dominar as regiões mais ricas da Colômbia, buscando um melhor financiamento para a guerra a morte que se declararam. As duas maiores organizações guerrilheiras, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) adquiriram grande vantagem nesse ponto, já que administram sólidas finanças. Cada um dos guerrilheiros dessas organizações criminosas tem um ingresso de 70 mil dólares anuais, o que equívale a 40 vezes o que ganha um colombiano médio [cf. AFP, 03/08/97].

A respeito, o mencionado estudo frisa: "Houve uma expansão intencional (da guerrilha) em direção àquelas áreas economicamente mais prósperas. O crescimento adicional da guerrilha nos últimos quatro ou cinco anos concentrou-se nas áreas prósperas e não em zonas de colonização, onde teve a sua presença tradicional (...). Em 1985 a subversão estava presente em 15% dos municípios de campesinato médio não cafeicultor e em 2% dos municípios de campesinato cafeicultor. Em 1995 estava em 58% do primeiro tipo de municípios e em 53% dos municípios do segundo tipo. No mesmo

período, a guerrilha aumentou a sua presença de 13% dos povoados de agricultura comercial para 71%, e a sua presença em cidades intermédias passou de 3 para 85%" [AFP, 03/08/97].

A guerrilha, segundo o mencionado estudo, adquiriu tal força que superou a capacidade de controle por parte do Estado. Recente pesquisa de opinião revelava que os colombianos consideram ter a guerrilha derrotado definitivamente as Forças Armadas. Em 1994, o então Presidente César Gaviria reconhecia que 600 dos 1000 municípios colombianos sofriam alguma forma de presença guerrilheira. Os paramilitares, por sua vez, entenderam aos poucos que deveriam penetrar nas áreas mais desenvolvidas economicamente, em especial aquelas que possuem nexos com o narcotráfico. Um total de 26% dos 134 municípios onde se cultiva a papoula (base da heroína), contam já com a presença de grupos armados paramilitares, que disputam com a guerrilha o domínio sobre os narcotraficantes. Consequentemente, há uma acelerada escalada da violência, decorrente do conflito entre guerrilheiros e paramilitares, conflito que termina vitimando a população civil, manipulada por guerrilheiros, paramilitares, Forças Armadas, políticos corruptos e narcos. A perspectiva é sombria. À violência praticada nos anos anteriores pelos cartéis da cocaína, soma-se agora o conflito entre os dois agrupamentos subversivos que pretendem encampar o narcotráfico, aproveitando o vácuo deixado com as prisões dos tradicionais chefões. O estudo da *Fundação Milênio* conclui a respeito: "Há uma escalada em andamento do conflito entre guerrilha e paramilitares, embora é difícil de predizer se vai acontecer de forma generalizada em todo o país, ou se vai se apresentar sob a modalidade de guerras locais" [AFP, 03/08/97].

Essa escalada da violência tornou a Colômbia um dos países mais inseguros do planeta. Os cientistas políticos Uprimmy Yepes e Vargas Castaño [1990: 105] quantificaram, da seguinte forma, essa violenta realidade: "Na Colômbia, a morte violenta tornou-se uma realidade cotidiana. Segundo dados oficiais da Polícia Nacional, em 1988 cometeram-se no país aproximadamente 21.000 homicídios, um a cada média hora em promédio. A taxa de homicídios nesse ano foi de 70 por cem mil habitantes, fazendo da Colômbia o terceiro país mais violento do mundo. (...). Se excluirmos as

crianças e os velhos, a metade das mortes dos homens cuja idade está compreendida entre 15 e 44 anos, deve-se a assassinato".

3) As causas da violência política, no seio da tradição patrimonialista latino-americana. - Séculos de cultura patrimonialista levaram os países ibero-americanos a encararem a política como luta entre os clãs pela posse do poder do Estado e, uma vez consolidado este, a administrá-lo como botim orçamentário a ser distribuído entre amigos e apaniguados, com exclusão de todos os outros. Essa é a raiz peculiar da violência na América Latina. Não fomos dotados, como outros povos, da tendência à solidariedade. O nosso, como destaca Oliveira Vianna, é um individualismo clânico e insolidário, amadurecido em três séculos de poder latifundiário. O patotismo, nos nossos países, sufocou o patriotismo [cf. Vianna, 1973: 220].

O sociólogo fluminense, aliás, traçou, em *Instituições políticas brasileiras* [Vianna, 1974: I, 297], um quadro magistral desse insolidarismo patrimonialista, na dinâmica da nossa sociedade: "Em toda essa psicologia da vacuidade ou ausência de motivações coletivas da nossa vida pública, há um traço geral que só por si bastaria para explicar todos os outros aspectos (...). Este: *a tenuidade ou fraqueza da nossa consciência do bem coletivo, do nosso sentimento da solidariedade social e do interesse público*. Esta tenuidade ou esta pouca *densidade* do nosso sentimento do interesse coletivo é que nos dá a razão científica do fato de que o interesse pessoal ou de família tenha, em nosso povo -- no comportamento político dos nossos homens públicos -- mais peso, mais força, mais importância determinante, do que as considerações do interesse coletivo ou nacional. Este estado de espírito tem uma causa geral (...): *e esta razão científica é a ausência da compreensão do poder do Estado como órgão do interesse público*. Os órgãos do Estado são para estes chefes de clãs, locais ou provinciais, apenas uma força posta à sua disposição para servir aos amigos e aos seus interesses, ou para oprimir os adversários e os interesses destes".

O cientista político Juan Gabriel Tokatlian [1997a: 61] exprime, nos seguintes termos, a presença desse insolidarismo patrimonialista na sociedade colombiana: "Na Colômbia, no Estado e no terreno não-governamental, os agentes mais poderosos

extremaram um comportamento orientado à maximização de benefícios particulares e à garantia da própria sobrevivência, com prejuízo dos interesses nacionais no seu conjunto". O folclore político já tinha identificado esse vício patrimonialista do trinômio insolidarismo / clientelismo / autoritarismo nos seguintes versos, que eram recitados pelo povo após as guerras da independência da Nova Granada, na terceira década do século passado: "*Bolívar venció a los godos / Mas, desde ese infausto día / Por un tirano que había / Se hicieron tiranos todos!*".

Já para o sociólogo colombiano Camilo Torres, o fenômeno da violência, inerente à privatização do poder por estamentos e clãs, decorre da agressividade social que acompanha à frustração de aspirações daqueles segmentos que se sentiram excluídos. A respeito, escreve [Torres, 1985: 106-107]: "A agressividade pode ser individual ou social. A agressividade individual é o resultado de um desejo de destruição originado em uma frustração. A destruição é buscada como uma compensação e como um meio de reconstrução do que não se conseguiu. A agressividade social possui as mesmas características, mas alargadas ao grupo social. A agressividade pode ser manifesta ou latente, segundo o desejo de destruição possa se realizar ou não. A agressividade social, em geral, encontra-se naqueles países nos quais há frustração de aspirações. Se essa frustração de aspirações forma parte da consciência social e encontramos, no interior das instituições sociais, instrumentos violentos e eficazes de realização, a agressividade tornar-se-á manifesta".

Foi o que de fato aconteceu na Colômbia: frustrado a partir dos acenos de modernização e de liberdade que foram inicialmente encenados e logo freados pelas oligarquias nas décadas de 30 e 40, o campesinato, "por uma espécie de ação diabólica -- frisa o sociólogo Orlando Fals-Borda -- foi induzido a identificar os seus inimigos entre os seus próprios vizinhos e parentes" [Fals-Borda, 1985: 42]. Essa foi a etapa da violência que ensejou a luta a morte entre liberais e conservadores até 1958. A hodierna fase da violência -- chamada de *etapa dos filhos da violência* -- começou a se gestar durante o chamado *Frente Nacional* (1958-1974), e eclodiu com força quando os partidos tradicionais recusaram-se a permitir o surgimento de partidos de representatividade popular e foram boicotadas as principais reformas econômicas e políticas reclamadas pela

população. Os *filhos da violência*, camponeses famintos e operários desempregados, juntaram-se a jovens universitários desiludidos de tudo, e passaram a engrossar as fileiras dos movimentos guerrilheiros. A cooptação de uma parcela dessas massas pelos narcotraficantes foi questão de tempo e se viu facilitada pelo estranho raciocínio de alguns líderes guerrilheiros que, estimulados por Cuba, passaram a achar que o incremento do narcotráfico ajudaria a derrotar o gigante imperialista e, de outro lado, daria lugar a preciosas divisas para compra de armamento. Desse contexto emergiu, nestas últimas décadas, o esquisito fenômeno da narco-guerrilha [cf.Castillo, 1987; Landazábal, 1985; Castro, 1985; Pérez, 1990].

Os numerosos grupos de jovens desiludidos que habitam na periferia das grandes cidades colombianas, são o que poderíamos chamar de *exército marginal de reserva* da guerrilha, do narcotráfico e dos organismos para-militares. Calcula-se que de cada 100 pessoas assassinadas em Medellín, 70 estão na faixa dos 14 aos 19 anos. Esses jovens desenraizados e sem esperança vendem os seus serviços de *sicariato* a qualquer um. Só em Medellín havia, em 1989, mais de 150 grupos de extermínio integrados por adolescentes. Esses fatos levaram à jornalista Laura Restrepo a escrever que "uma nova geração de colombianos não sabe que é possível morrer de velhice" [Restrepo L., 1990: 27].

Testemunho claro da exclusão social e da violência causadas pela privatização patrimonialista do Estado, foi dado por um jovem chefe de um grupo de extermínio com atuação em Medellín. O testemunho desse jovem muito bem poderia ser o de qualquer líder de *polícia mineira* numa favela carioca: "Destruímos as bocas de fumo e atacamos o consumo de droga, porque daí provém grande parte da decomposição da gente. Num dia justiçaamos cinco moleques, porque eram casos perdidos de drogadição. Já haviam sido advertidos, mas nunca houve forma de recuperá-los, porisso os matamos. Criamos uma rede de informações para todos os setores, com a mesma gente da comunidade. As senhoras, as crianças, os velhos, todos eles nos avisam acerca da presença de assassinos e de estranhos. Só estamos respondendo aos problemas que o governo não resolve. Aqui a polícia nunca sobe e quando o faz torna-se cúmplice dos ladrões. Entendemos que é pelo desemprego que muita gente opta por essa vida de delinqüência: se estes bairros

tornaram-se um inferno, não é por culpa da gente, mas do governo. Mas as coisas já foram longe demais. Não há mais remédio que optar pela violência para defender a tua vida e a da comunidade" [in: Restrepo, L., 1990: 31].

A violência colombiana, poderíamos afirmar com o historiador Eric Hobsbawn [1985: 23], "procede de uma revolução social frustrada. Isso é o que pode acontecer quando as tensões revolucionárias sociais não são dissipadas pelo pacífico desenvolvimento econômico, nem freadas para criar estruturas sociais novas e revolucionárias. Os exércitos da morte, os desenraizados, os mutilados físicos e mentais, são o preço que a Colômbia paga por esse fracasso".

Para o cientista político, Eduardo Pizarro [in: Restrepo D., 1990: 210] uma das características marcantes da violência colombiana é o fato de ela provir da privatização do poder pelos partidos, que são "(...) aparelhos tipicamente clientelistas, onde o poder do congressista não provém do partido mas do controle sobre uma parte do eleitorado, através da apropriação das corporações públicas, da capacidade de decisão sobre o gasto, dos contratos e oferta de emprego público (...)".

4) Alguns remédios a serem adotados na atual conjuntura latino-americana.-
O fenômeno da violência na América Latina possui raízes profundas, de natureza culturológica, não sendo apenas uma variável conjuntural. Daí por que os remédios devem apontar à mudança dessa complexa realidade. Precisamos, nos nossos países, como dizia Tocqueville em relação aos franceses, *construir o homem político* [cf. Mélonio, 1993: 91 seg.], civilizado, solidário, livre das amarras do patotismo, solidamente ancorado na defesa da liberdade, cômico dos seus direitos e dos seus deveres como cidadão. Precisamos reverter a tremenda infra-valorização em que se encontra o cidadão, esse João Ninguém envergonhado de si mesmo, tão bem descrito por Roberto da Matta [1991: 6].

Tocqueville insiste em que o caminho para a superação da problemática social passa, em primeiro lugar, pela mudança de mentalidade, que leve a superar o insolidarismo. Ele referia-se particularmente à realidade da França, acostumada (como o Brasil), a longos séculos de despotismo tutelar, que terminou afrouxando os laços de

solidariedade encontrados em outros povos, como o inglês ou o norte-americano. O pensador francês considerava que não poderia haver um bem público diferente daquele dos cidadãos. Admirava nos Estados Unidos a forma em que a solidariedade se costurava pelas comunidades, respeitando os interesses individuais. O bem público consistiria, para Tocqueville, na resultante da negociação entre todos os interesses particulares.

Não duvido em falar em *ética intelectual* em Tocqueville, me referindo ao binômio formulado por Max Weber: "ciência como vocação" e "política como vocação" [cf. Weber, 1972]. O compromisso fundamental do pensador francês era com o esclarecimento da verdade histórica, que conduzisse à conquista da liberdade para todos os franceses. Neste seu empenho não admitia negociação. Daí as suas fortes críticas aos socialistas, aos bonapartistas, aos seus pares, os nobres, que tinham ancorado numa proposta de volta ao *Ancien Régime* e aos próprios doutrinários, seus mestres, que tinham fechado as conquistas liberais na gaiola de ouro do formalismo jurídico e do elitismo burguês.

Três pontos básicos saltam à vista na ética tocquevilliana: em primeiro lugar, a fundamentação das suas convicções morais no cristianismo, do qual nosso autor abstrai, no plano racional (à maneira kantiana), o princípio fundamental de que todos os seres humanos possuem a mesma dignidade e, portanto, podem aspirar com legitimidade ao exercício da liberdade. Em segundo lugar, a solidariedade com os seus concidadãos, que correm o perigo de cair nas mãos do despotismo, em lugar de conquistar a almejada liberdade. Em terceiro lugar, o dever de testemunhar a verdade histórica que nosso autor descobriu na sua viagem à América: a liberdade democrática é possível!

No tocante ao primeiro ponto, Tocqueville escreve: "Todos os grandes escritores da Antigüidade faziam parte da aristocracia dos senhores, ou pelo menos viam essa aristocracia estabelecida sem contestação ante os seus olhos; o seu espírito, depois de se haver estendido por vários lados, achou-se, pois, limitado por aquela, e foi preciso que Jesus Cristo viesse à terra para fazer compreender que todos os membros da espécie humana eram naturalmente semelhantes e iguais" [Tocqueville, 1977: 329]. Aqui ancora a idéia de *interesse bem compreendido*, segundo Tocqueville. É legítimo lutar pela defesa

dos próprios interesses. Mas essa luta não pode ficar alheia à consciência de que há outros seres humanos que gozam, como nós, dos mesmos direitos básicos à vida, à liberdade e às posses. Defender os próprios interesses com exclusão dos outros seres humanos, é ilegítimo, segundo o pensador francês, pois equivale a negar aos demais aquilo que achamos essencial para nós. Aí ancora, também, a idéia tocquevilliana de solidariedade. Quando lutamos pelos próprios interesses, se o fizermos de forma adequada, ou seja, conscientes de que todos os seres humanos somos portadores da mesma dignidade, já incluiremos na nossa luta pela sobrevivência a solidariedade com os demais.

Em relação ao segundo ponto, assim escrevia Tocqueville: "Eu creio que cada um de nós deve prestar contas à sociedade, tanto de seus pensamentos quanto de suas forças. Quando vemos nossos semelhantes em perigo, é obrigação de cada um ir ao socorro deles" [apud Mélonio, 1993: 30].

Em relação ao terceiro ponto, o dever de testemunhar a verdade histórica descoberta na América, Françoise Mélonio escreve: "Tocqueville regressa, pois, da América, investido do dever de testemunhar. O primeiro volume da *Democracia*, que publica em 1835, recebe desse objetivo apologético os traços que fazem dele o breviário da democracia moderna. A *Democracia* é uma obra de auxílio ao povo em perigo (...). Ora, há urgência. Na Europa, *os tempos se aproximam* do triunfo da democracia. Tocqueville assume a postura de um João Batista da democracia clamando no deserto: acordai antes que seja tarde demais; o movimento democrático *não é, ainda, suficientemente rápido para desesperar de dirigi-lo. A sorte* (das nações européias) *está nas suas mãos, mas bem cedo lhes escapa. E que não se diga que é tarde demais para tentar*. Contra os profetas das desgraças, os resignados, Tocqueville faz um apelo aos franceses para que, sem delongas, tomem seu destino nas próprias mãos, a exemplo da América. Como os profetas e os pregadores, Tocqueville argumenta com os riscos de uma *conversão tardia*" [Mélonio, 1993: 30-31].

Apenas para concluir este capítulo, lembrarei aqui três tarefas inadiáveis, que decorrem da aplicação do princípio tocquevilliano do interesse bem compreendido e sem

as quais não será possível reverter, no nosso Continente, a problemática da violência, umbilicalmente ligada à privatização do Estado por castas e estamentos, no seio da tradição patrimonialista. Essas três tarefas, interligadas entre si, são as seguintes: em primeiro lugar, a conquista da *democracia econômica*, mediante a desregulamentação, o estímulo à livre iniciativa, o alívio da carga tributária para o capital que gera empregos e para quem trabalha, o controle do gasto público, os processos de privatização em benefício de todos os cidadãos e a posta em prática de políticas tendentes a reduzir as tremendas distorções existentes no Brasil no que tange à distribuição de renda; em segundo lugar, *o aperfeiçoamento da representação e do controle da sociedade sobre o aparelho estatal*, mediante a reforma política e administrativa do Estado, a fim de que as instituições estejam realmente a serviço de todos os brasileiros e não apenas dos estamentos pertencentes à burocracia governamental; em terceiro lugar, *a efetivação da educação para a cidadania*, a ser realizada nas quatro primeiras séries do primeiro grau, a fim de que as novas gerações aprendam a vivenciar os valores fundantes da democracia, da qual não pode estar ausente o exercício da liberdade.

É evidente que constitui passo importante a formulação de políticas públicas adequadas no terreno da segurança cidadã. Mas só conseguiremos reforçar o *statu quo*, se essas providências não se inserirem no quadro mais largo da reforma e modernização do Estado, do estímulo à livre iniciativa e à produtividade e da superação definitiva das crenças e práticas que constituem o chão axiológico em que se alicerça o patrimonialismo, que outra coisa não é senão o nosso conhecido patotismo, aplicado à administração do governo.

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO I

AFP [03/08/97]. "Guerrilla y paramilitares se disputan las zonas más ricas de Colombia".

BUSTOS, Alirio [1997]. "La guerrilla se escobariza". In: *El Tiempo*, Santafé de Bogotá, 23/03/97.

CASTILLO, Fabio [1987]. *Los jinetes de la cocaína*. Bogotá: Documentos Periodísticos.

CASTRO Caycedo, Germán [1985]. *El Karina*. 2ª edição. Bogotá: Plaza & Janés.

FALS-BORDA, Orlando [1985]. "Lo sacro y lo violento, aspectos problemáticos del desarrollo en Colombia". In: Vários autores, *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: CEREC/ Centro Gaitán, pgs. 25-52.

HOBBS, Thomas [1974]. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. (Tradução de J. P. Monteiro e M. B. Nizza da Silva). 1ª edição. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores.

HOBBSAWN, E. J. [1985]. "La violencia en Colombia". In> Vários autores, *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: CEREC/ Centro Gaitán, pgs. 11-24.

LANDAZÁBAL Reyes, Fernando (general) [1985]. *El precio de la paz*. Bogotá: Planeta.

MATTA, Roberto da [1991]. "A questão do nepotismo, ou como o cidadão brasileiro usa o famoso jeitinho", in: *Indústria e Comércio*, Curitiba, 15/09/91, pgs. 6-7.

MAZARRAZA, Almudena [1997]. "Parece un país feudal con ejércitos propios". In: *El Tiempo*, Santa Fé de Bogotá, 17/08/97.

MÉLONIO, Françoise [1993]. *Tocqueville et les Français*. Paris: Aubier.

PERNOUD, Régine [1990]. *América del Sur en el siglo XVIII: misceláneas anecdóticas y bibliográficas*. (Tradução ao espanhol de M. e I. Pizarro Suárez). México: Fondo de Cultura Económica.

PÉREZ, Manuel (sacerdote e comandante do ELN) [1990]. "Nosotros hemos dicho: nada com el narcotráfico". In: *Semana*, Bogotá, no. 437: pgs. 22 seg.

RESTREPO Botero, Darío [1990]. "Nuevos discursos sobre la violencia: reciclaje del viejo fetiche liberal". In: Germán Palacio (organizador), *La irrupción del paraestado: ensayos sobre la crisis colombiana*. Santafé de Bogotá: CEREC / ILSA, pgs. 203-216.

RESTREPO, Laura [1990]. "La cultura de la muerte". In: *Semana*, Bogotá, no. 408: pg. 27.

TOKATLIAN, Juan Gabriel [1997a]. *En el límite: La (torpe) norteamericanización de la guerra contra las drogas*. Santafé de Bogotá: CEREC / Editorial Norma.

TOKATLIAN, Juan Gabriel [1997b]. "Emergencia internacional". In: *El Tiempo*, Santafé de Bogotá, 30/03/97/

TORRES, Camilo [1985]. "La violencia y los cambios socioculturales en las áreas rurales colombianas". In: Vários autores, *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: CEREC/ Centro Gaitán, pgs. 53-116.

UPRIMMY Yepes, Rodrigo e Alfredo VÁSQUEZ Castaño [1990]. "La palabra y la sangre: violencia, legalidad y guerra sucia en Colombia". In: Germán Palacio (organizador). *La irrupción del paraestado: ensayos sobre la crisis colombiana*. Santafé de Bogotá: CEREC /ILSA, pgs. 105-165.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1993]. "Colômbia: Narcotráfico e terrorismo". In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, vol. 39, no. 464: pgs, 41-50.

VIANNA, Francisco José de Oliveira [1973]. *Populações meridionais do Brasil: vol. I - Populações rurais do Centro-Sul*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VIANNA, Francisco José de Oliveira [1974]. *Instituições políticas brasileiras*, 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2 volumes.

WEBER, Max [1944]. *Economía y sociedad*. (Tradução ao espanhol de J. Medina Echavarría et alii). México: Fondo de Cultura Económica, 4 volumes.

Capítulo II – PRIMÓRDIOS DA GUERRA DO NARCOTRÁFICO NA COLÔMBIA

A problemática do narcotráfico na Colômbia não é mais assunto de simples alçada policial. É problema nacional, continental e mundial. As fronteiras da droga alargaram-se. Os perseguidos pelos cartéis de Medellín e de Cali não têm para onde ir. Há vários anos, o ex-ministro da Justiça que tinha jogado duro contra os barões da coca, foi nomeado embaixador em Budapeste. Nem a distância nem a imunidade diplomática o protegeram das balas dos narcos, que contrataram os *serviços* da máfia italiana, para que praticassem o atentado em que ficou gravemente ferido o diplomata colombiano.

Pretendo desenvolver neste capítulo três aspectos relacionados ao fenômeno do surgimento e da consolidação do narcoterrorismo na Colômbia: o econômico, o político e o cultural. Tentarei mostrar as perspectivas que restam aos colombianos neste início de milênio, para superarem a guerra que os narcos declararam ao Estado e encontrarem os caminhos da convivência pacífica, num país que ao longo do século XIX sofreu 65 guerras civis e que ao longo do século passado e no início deste experimenta o segundo conflito interno, tendo vivido em estado de sítio praticamente ao longo dos últimos 40 anos. Concluirei refletindo acerca dos riscos que decorrem da situação colombiana para o Brasil.

1) Aspectos econômicos.- Não há dúvida quanto ao fato de que o narcotráfico é hoje, de longe, o negócio criminal mais rendoso do mundo. No caso da economia colombiana, segundo estudos realizados no início da década passada [cf. Gómez, 1990: 226-227], os ingressos líquidos do tráfico de drogas foram aproximadamente os seguintes, ao longo dos anos 80 do século XX: 2,2 bilhões de dólares em 1981; 3,8 bilhões em 1982; 2,2 em 1983; 1,4 em 1984; 1,4 em 1985; 1,3 em 1986; 0,8 em 1987 e 0,7 em 1988. Na década, os ingressos foram de 13,8 bilhões de dólares, quantia suficientemente grande como para pagar a dívida externa da Colômbia, que os capos ofereciam liquidar caso o governo os deixasse “trabalhar” em paz. Já no terreno internacional, conforme cálculos do cientista político boliviano Gonzalo Chávez, “o mercado do tráfico de drogas nos anos 80 movimentava aproximadamente nos Estados

Unidos 100 bilhões de dólares e rende aos países produtores da América Latina mais divisas que a exportação de seus produtos tradicionais” [Chávez, 1989: 40].

Tamanho volume de recursos concentrados nas mãos dos narcotraficantes, produziu sérias distorções na economia dos países produtores de drogas. Na Bolívia, por exemplo, acelerou-se o descompasso entre a economia formal e a informal; ao passo que o PIB formal teve uma queda da ordem de 19,2% entre 1981 e 1985 e o PIB *per capita* caiu em 19,4%, o PIB subterrâneo “associado basicamente à produção de cocaína” teve, no período apontado, um fantástico crescimento da ordem de 493% [cf. Chávez, 1989: 43]. Na Colômbia, os recursos obtidos pelos narcotraficantes têm produzido a fuga de divisas (4,2 bilhões de dólares entre 1978 e 1988), o financiamento ao contrabando (8,8 bilhões de dólares entre 1981 e 1988), a concentração da propriedade rural (os narcotraficantes apropriaram-se de 4,3% da terra cultivável na Colômbia), a concentração da propriedade urbana (20% aproximadamente das transações em propriedade raiz), o progressivo crescimento do mercado de trabalho a serviço das máfias (250 mil empregos, equivalentes a 3% da força trabalhista do país), a invasão da economia formal pela informal (os cartéis da coca, através de testas-de-ferro, passaram a controlar empresas variadas que iam desde farmácias até redes de TV, emissoras de rádio e linhas aéreas) e o financiamento à narcoguerrilha e ao terrorismo. Na Colômbia, de forma semelhante ao acontecido na Bolívia, o desequilíbrio causado pela droga levou a que o PIB legal crescesse na década de 80 do século passado 3% ao ano, enquanto o PIB subterrâneo cresceu 7%. De outro lado, a presença maciça de divisas estrangeiras na economia colombiana produziu, ao longo das décadas de 70 e 80, um fenômeno peculiar: o dólar paralelo era cotado mais baixo que o oficial [cf. Kalmanovitz, 1990: 19-21].

Se o narcotráfico representa, como foi assinalado, uma força econômica poderosíssima nos países produtores, é também um negócio de proporções incalculáveis nos países consumidores, especialmente nos Estados Unidos. Segundo informe de Charles Bowsher, Controlador-Geral do governo norte-americano, “a maioria dos especialistas concorda em identificar a cocaína como a droga que coloca o problema mais sério dos anos oitenta” [Bowsher, 1990: 81]. Utilizando dados da Agência Anti-Narcóticos (DEA), Bowsher afirma que a pureza promédio da droga vendida na rua

dobrou entre 1981 e 1986, ao passo que os preços caíram. O número de norte-americanos maiores de 12 anos arrolados como “consumidores atuais” aumentou em 38% no período apontado, passando de 4,2 milhões a 5,8 milhões. (No final do segundo governo Clinton, a Casa Branca estimava em 12 milhões o número de narcodependentes). As toneladas de cocaína consumidas por ano também aumentaram, passando de 31 em 1982 para 72,3 em 1985. (Dados de 2003 revelam que o consumo nos Estados Unidos chega hoje a 80 toneladas de coca por ano). Ainda segundo o Controlador-Geral americano, “o custo econômico que a narcodependência representou para os Estados Unidos em 1983 chegou a 59,7 bilhões de dólares”, sem contar as perdas sociais nem o preço pago aos traficantes pelos consumidores, uma soma bem maior do que o PIB colombiano da época, estimado em 40 bilhões de dólares. O comércio global de drogas proibidas, anualmente e a nível mundial, é calculado em 500 bilhões de dólares. Só nos Estados Unidos, a cocaína atinge 33% das vendas de narcóticos [cf. Sarmiento e Ospina, 1990: 29].

Cada dia fica mais claro que a produção de narcóticos é um negócio amplamente estabelecido a nível mundial, e que obedece às leis da oferta e da procura. Como frisa o professor Francisco Thoumi da Universidade do Estado da Califórnia, “o mercado de narcóticos está integrado a nível mundial e, conseqüentemente, as utilidades nele obtidas são determinadas pelas condições da demanda e da oferta mundiais” [Thoumi, 1990: 50]. Diante desse fato acontecem dois fenômenos: de um lado, a ação dos governos é descoordenada, insuficiente e ineficaz. De outro, o dinheiro da droga tem ingressado no mercado financeiro, notadamente nos Estados Unidos, gerando forte pressão em favor do lavado de dólares provenientes do narcotráfico. Em relação ao primeiro fenômeno, o professor Thoumi afirma que “até agora os produtores e os consumidores de narcóticos têm agido de forma coordenada, enquanto cada governo afetado tem tratado de culpar os governos de outros países que participam do narcotráfico. Dado que o tráfico de narcóticos é ilegal e que o seu consumo gera custos sociais muito altos, os governos devem intervir no mercado. Mas essa intervenção fracassou até agora pois não tem sido coordenada, nem tem procurado metas comuns e, em muitos casos, não tem sido executada com o rigor requerido para que fosse eficaz”. De fato, por exemplo, a reação americana é, em termos financeiros, bastante inexpressiva, ridícula até: em face de um negócio de 100 bilhões de dólares anuais, o governo Reagan concedeu à Colômbia,

principal fornecedor de coca aos Estados Unidos, aproximadamente 20 milhões de dólares por ano para combater o narcotráfico; trata-se de uma soma muito pequena, “difícilmente suficiente para apoiar uma séria batalha contra a multimilionária indústria da droga”, segundo frisa o professor Bruce Bagley, da Universidade de Miami [Bagley, 1990: 73]. (Em relação a este ponto a situação passou a um plano diferente a partir do segundo governo Clinton, quando foi aprovado o "Plano Colômbia", que passou a destinar ao combate ao narcotráfico uma quantia bem maior, que beira 1,5 bilhão de dólares).

De outro lado, os produtores de drogas possuem hoje uma mobilidade muito grande, não se limitando a um único país e buscando novas fronteiras na medida em que a produção é atacada num determinado lugar. Quando da erradicação dos cultivos de maconha na Colômbia e no México, nos anos 70 e 80 do século passado, por exemplo, os produtores começaram a cultivar a planta nos Estados Unidos. A propósito deste ponto, frisou o Controlador-Geral americano Charles Bowser: “Segundo os cálculos, os cultivos em território estadunidense representaram 18% da maconha disponível em 1986. Em que pese a ajuda dada pela DEA aos Estados para programas de erradicação da maconha, a oferta continuou a crescer entre 1986 e 1986. Nos 50 Estados cultiva-se maconha. A fim de evitar a detecção, os produtores resolveram cultivar a planta em áreas cobertas, deixando as áreas externas para parcelas mais pequenas e dispersas” [Bowsher, 1990: 90].

Em relação ao segundo fenômeno atrás apontado, o lavado de dólares do narcotráfico, o professor Thoumi escreve: “O sistema financeiro estadunidense lava anualmente milhares de milhões de dólares. De fato, o governo tolera e implicitamente promove o lavado de dólares ilegais *ilegítimos* fugidos da América Latina, Europa Oriental, etc. Mais ainda, os empresários do setor financeiro alegam que a liberdade para lavar dólares é imprescindível para poder competir no mercado financeiro mundial com instituições de outros países. Essa prática facilita o lavado de narco-divisas, pois torna muito difícil separar os dólares ilegais *legítimos* dos *ilegítimos*”. E conclui o professor Thoumi: “É claro que esse duplo padrão põe em dúvida a seriedade do esforço anti-narcotráfico e além disso envia um sinal muito nocivo à América Latina, pois

basicamente indica que o governo dos Estados Unidos aprova a cumplicidade do seu sistema financeiro na violação de leis de governos latino-americanos quando são desagradáveis. A outra cara desta moeda implica que os governos latino-americanos possam aprovar semelhantes comportamentos ilegais nos Estados Unidos” [Thoumi, 1990: 52].

O narcotráfico é, pois, um grande negócio, fato que levou os editores da revista *The Economist* a afirmar que “o comércio das drogas é um raro exemplo de competência irrestrita que, de forma eficiente, baixa os preços e aumenta o consumo” [cit. Por Sarmiento e Moreno, 1990: 29]. Os economistas colombianos Libardo Sarmiento e Carlos Moreno ilustram essa competência nestes termos: “Difícilmente se encontra produto mais rentável. A rentabilidade (utilidades/custos + gastos) é próxima de 3000 por cento. Os custos da produção representam só 0,5%, e os de transporte (Colômbia – América do Norte) e gastos de distribuição (incluindo subornos) 3%, em relação ao preço final de venda” [Sarmiento e Moreno, 1990: 29]. Embora o preço da cocaína tenha caído nos últimos 10 anos (o preço do quilo de cloridrato de cocaína passou de 60 mil para 40 mil dólares nas ruas de Nova Iorque), o consumo aumentou e os narcos têm conseguido impulsionar as plantações de coca e oferecer preços altos e assessoria técnica aos camponeses pobres da Colômbia, Peru e Bolívia.

Terminemos a análise da variável econômica do narcotráfico destacando dois fatos importantes: se, de um lado, a droga é um grande negócio para os narcos, é um péssimo investimento para os países produtores. Embora a narco-economia represente apenas hoje 3,5% do PIB colombiano, os seus efeitos sobre o resto da economia são nefastos. Atividades outrora prósperas, como o turismo, praticamente faliram. A respeito, a Revista *Semana* de Bogotá, frisava: “Na Colômbia, (...) o turismo encontra-se a ponto de desaparecer. Em 1980 chegaram ao país cerca de um milhão 200 mil viajantes estrangeiros. Oito anos depois esse número caiu pela metade. Ao começar a década passada, a Colômbia recebia cerca de 10% dos turistas que chegavam à zona do Caribe e cerca de 20% dos que visitavam os países da América do Sul. Em 1988, essa participação tinha-se reduzido a 3,3% e 7,1% respectivamente” [“La casa vacía: más de 600 mil

turistas perdió Colombia en los últimos 10 años”, *Semana*, Bogotá, no. 429, julho de 1990: pg. 48].

De outro lado, as atividades do narcotráfico produziram na Colômbia uma concentração de renda sem precedentes, como ilustra o economista Salomón Kalmanovitz: “As exportações de maconha e cocaína têm sustentado, durante os últimos 15 anos, o acelerado desenvolvimento de uma burguesia *gangster* que minou a hegemonia econômica dos grupos financeiros de base oligárquica, superando também gerações mais recentes de empresários, ao obter em menos de uma década um patrimônio equivalente a pelo menos 30% da riqueza que possuem todos os colombianos dentro e fora do país, acumulada ao longo de mais de 100 anos de história contemporânea” [Kalmanovitz, 1990: 18].

2) Aspectos políticos.- O peso econômico do tráfico de narcóticos causa, evidentemente, graves distorções na política dos países produtores e consumidores. Nos Estados Unidos, por exemplo, país consumidor por excelência, a pressão do narcotráfico tem criado, ao longo das últimas décadas, sérios problemas no que tange à administração de justiça. Poder-se-ia dizer, sem exagero, que a justiça norte-americana literalmente mergulhou na poeira dos tóxicos. O professor Ethan Nadelmann, da Universidade de Princeton, frisava a respeito: “Aproximadamente 10% dos 550.000 presos das cadeias estaduais, mais da terceira parte dos 50.000 detentos das prisões federais e uma proporção significativa dos 300.000 indivíduos confinados nos cárceres municipais foram arrestados por delitos relacionados com a droga” [Nadelmann, 1990: 65].

Já o Controlador-Geral dos Estados Unidos, Charles Bowsher, ilustra essa situação da seguinte forma: “As prisões de delinquentes da droga efetivadas pela DEA, pelo FBI e pela Alfândega dos Estados Unidos e a Guarda Costeira norte-americana, passaram de 30.446 em 1982 para 48.061 em 1986, o que constitui um incremento de 58%. Em 1982, a DEA tinha prendido 2.124 narcotraficantes de alto nível, tais como chefes de organizações de narcotráfico e financiadores da droga, e esse número aumentou para 6.002 em 1986” [Bowsher, 1990: 95]. Tamanho crescimento da população carcerária ligada ao narcotráfico de entorpecentes passou a inviabilizar a administração de justiça,

como é o caso do Estado da Flórida onde, segundo frisa o professor Nadelmann, “os 8.506 detentos por delitos relacionados à droga e admitidos nas prisões estaduais no ano fiscal de 1987/1988, representaram um incremento de 525% em relação ao ano fiscal de 1983/1984, e 24,8% das novas prisões no ano fiscal de 1986/1987” [Nadelmann, 1990: 59].

As distorções políticas causadas pelo narcotráfico são, contudo, mais sérias nos países produtores, que sofrem tradicionalmente com a precariedade das instituições, polarizadas ao longo de séculos ao redor de uma visão privativista, patrimonial e clientelista do poder do Estado, herdada da colonização ibérica. O cientista político boliviano Gonzalo Chávez assinala, da seguinte forma, a distorção política causada pelas máfias nos países produtores: “O narcotráfico criou uma rede de suborno e corrupção que atravessa todo o Estado, particularmente as agências estatais encarregadas de seu controle e repressão. Esta situação proporciona aos traficantes muita influência política e um eficiente esquema de informação. Os barões das drogas fazem parte de uma *New Illegitimate Bourgeoisie* que tem conseguido fragmentar geograficamente os países produtores, constituindo encaves políticos e militares e, em alguns casos, estabelecendo *territórios livres* junto com grupos guerrilheiros; desta maneira os Estados boliviano e colombiano são questionados na sua própria essência: sua territorialidade. A divisão político-administrativa criada pelo Estado é substituída por zonas produtoras de drogas, divididas de acordo com os interesses da máfia e da guerrilha, onde as leis, a autoridade e mesmo até a moeda nacional não têm validade. O Estado, além de perder o controle sobre a economia, perde hegemonia, legitimidade e autoridade. Os barões da cocaína intervêm na política dos países produtores independentemente do sistema de governo imperante, financiam campanhas para senadores e deputados e golpes de Estado (como na Bolívia e na Colômbia)” [Chávez, 1989: 44].

É indiscutível o poder político da máfia colombiana. Em 1978 o embaixador norte-americano em Bogotá, Diego Ascencio, afirmava: “os narcotraficantes (colombianos) são tão fortes, em termos de poder financeiro, que poderiam ter o seu próprio partido e podem já ter comprado (...) dez membros do corpo legislativo” [apud Castillo, 1987: 224]. Nove anos mais tarde, em 1987, escrevia o jornalista Fábio Castillo,

autor de uma das mais importantes obras de denúncia acerca do poder da máfia, intitulada *Los jinetes de la cocaína*: “hoje, afirma-se que mais de 10% dos congressistas colombianos estão vinculados a negócios relacionados com o tráfico de narcóticos e uma porcentagem semelhante recebe apoio econômico de reconhecidos narcotraficantes: quer dizer, aproximadamente 50 congressistas” [Castillo, 1987: 225]. É evidente que com o deficiente sistema de representação proporcional existente na Colômbia, o peso do dinheiro é decisivo para ganhar eleições. Calcula-se, por exemplo, que uma campanha para presidente da República custa mais de 3 milhões de dólares; para senador, entre 120 mil e 240 mil dólares; para representante à Câmara (equivalente a deputado federal) aproximadamente 60 mil dólares; para deputado à assembléia departamental (deputado estadual) 40 mil dólares e para conselheiro em capital de departamento (vereador) entre 14 mil e 28 mil dólares. Não espanta, assim, que os dólares do narcotráfico tenham sido canalizados para eleger presidentes e representantes nos corpos colegiados. Não há dúvida quanto ao apoio financeiro dado pelos narcotraficantes para as eleições dos presidentes López Michelsen (1974-1978) e Turbay Ayala (1978-1982) [cf. Castillo, 1987: 245-254]. Os próprios narcotraficantes, em algumas oportunidades, têm-se eleito, como aconteceu com o chefe do Cartel de Medellín, Pablo Escobar Gaviria, que chegou a suplente na Câmara de Representantes em 1982, cargo que lhe permitiu obter imunidade parlamentar e visto especial para viajar aos Estados Unidos [cf. Castillo, 1987: 229].

O efeito da crescente ingerência política dos narcotraficantes é, sem dúvida, a escalada da violência. O fato de o governo colombiano ter assinado um tratado de extradição de traficantes para os Estados Unidos, produziu uma enorme onda terrorista que, ao longo dos anos 80, custou a vida a aproximadamente 200 juizes e funcionários do judiciário. Lembremos que em 1985 a narcoguerrilha que tomou o Palácio da Justiça em Bogotá, praticamente eliminou a maioria dos juizes da Corte Suprema da Colômbia (equivalente ao nosso Supremo Tribunal Federal), bem como vários dos conselheiros presidenciais que examinavam o tratado de extradição. Seria difícil traçar aqui um quadro fiel do panorama de violência ensejado pelo narcoterrorismo na Colômbia, ao longo dos últimos 20 anos. Três candidatos à presidência, funcionários públicos do primeiro escalão, padres, professores, jornalistas, donas de casa, velhos, crianças, etc., as vítimas

se contam em todos os estratos sociais e em todas as categorias. Apenas entre os militantes de um Partido de esquerda, a União Patriótica, foram assassinadas num ano e meio 1.500 pessoas. De janeiro de 1988 até agosto de 1990 ocorreram no país 1.825 seqüestros, soma que se elevou, ao longo dos anos 90, para 3.500 vítimas. Na cidade de Medellín (com aproximadamente 3 milhões de habitantes e considerada a capital mundial da coca) ocorreram de janeiro a julho de 1990, 75 atentados a bomba, 95 seqüestros, 200 assassinatos de policiais e 3.160 de civis. Trata-se de uma guerra civil não declarada.

Não seria objetivo, no entanto, atribuir toda a violência colombiana à máfia do narcotráfico, embora seja ela atualmente a responsável pelo maior número de atos terroristas e tenha conseguido treinar, com ajuda de mercenários israelenses e sul-africanos, os mais eficientes esquadrões de extermínio da América Latina. À violência disseminada pelos traficantes no campo e nas cidades deve-se juntar, de outro lado, a proveniente da guerrilha, das forças armadas e dos grupos paramilitares. No terreno guerrilheiro, até a retomada das conversações de paz em 1989, cinco eram as principais organizações: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Exército de Libertação Nacional (ELN), Exército Popular de Libertação (EPL), Movimento 19 de Abril (M-19) e Quintín Lame, um grupo de guerrilheiros de origem indígena. A exemplo do acontecido na Nicarágua e em El Salvador, todos esses grupos se organizaram num único movimento, a Coordenação Guerrilheira Simón Bolívar. Somente as FARC (grupo guerrilheiro mais antigo da América, com 40 anos de existência) contavam em 1986 com 20 frentes de luta, abrigando aproximadamente 15 mil homens. Após as negociações de paz, iniciadas no governo de Belisário Betancur e prosseguidas no de Virgílio Barco, as FARC e o M-19 organizaram-se em partidos políticos, mas o assassinato de seus militantes por narcoterroristas e paramilitares fez fracassar o processo de pacificação.

A violência que vive a Colômbia não é história recente. É tradição antiga. O país sofreu, entre 1948 e 1958, a mais terrível guerra civil vivida por uma nação latino-americana, com um saldo de mortos calculado entre 250.000 e 300.000. Esse conflito praticamente dizimou a população camponesa de vários Departamentos como Tolima, Huila e Meta. A proliferação dos cinturões de favelados nas grandes e médias cidades provém dessa época, como escoamento da maré humana miserável e aterrorizada que foi

expulsa do campo. Quem desatou toda essa onda de violência? As oligarquias, sediadas na direção dos Partidos Liberal e Conservador. Oligarquias que, como frisa Raymundo Faoro no seu clássico livro, partem sempre do pressuposto de que o poder tem donos, sendo vetada a sangue e fogo a possibilidade de segmentos populares aspirarem a ele [cf. Faoro, 1958].

O ano de 1936 representa, para a Colômbia, com as mudanças econômicas e políticas introduzidas pelos liberais, o início da transição da sociedade rural à urbana e industrial. As mudanças, que corresponderiam, *servatis servandis*, ao que foi a Revolução de 30 no Brasil, visavam a abrir o caminho para a industrialização e a inaugurar canais de participação dos operários. O inspirador dessas mudanças, o Presidente López Pumarejo, não conseguiu, no entanto, efetivá-las. As oligarquias partidárias reagiram raivosamente. Os liberais aristocráticos tentaram anular a abrangência socializante das reformas propostas. E os conservadores simplesmente se levantaram de armas na mão contra elas. Dez anos se passaram e encontramos em 1948 um líder liberal de tendência democrática, Jorge Eliécer Gaitán, que tentou de novo efetivar as reformas modernizantes de López Pumarejo. Dono de inegável carisma, Gaitán ameaçava se eleger Presidente do país. Foi assassinado em 9 de abril de 1948, dando ensejo à revolta popular denominada de “El Bogotazo”. Aí começou a fase contemporânea da violência colombiana [cf. Tirado, 1971; Urán, 1983].

O padre e sociólogo Camilo Torres expressou com clareza a dinâmica desse fenômeno, nestes termos: “A agressividade pode ser individual ou social. A agressividade individual é o resultado de um desejo de destruição originado numa frustração. A destruição é buscada como uma compensação e como um meio de reconstrução do que não se conseguiu. A agressividade social possui as mesmas características, mas alargadas ao grupo social. A agressividade pode ser manifesta ou latente, segundo o desejo de destruição possa se realizar ou não. A agressividade social em geral se encontra naqueles países nos quais há frustração de aspirações. Se essa frustração de aspirações forma parte da consciência social, e no interior das instituições sociais encontramos instrumentos violentos e eficazes de realização, a agressividade, então, tornar-se-á manifesta” [Torres, 1985: 106-107].

Foi isso o que aconteceu na Colômbia: frustrado a partir dos acenos de modernização e liberdade que foram encenados e anulados pelas oligarquias nas décadas de 30 e 40, o campesinato colombiano, “por uma espécie de ação diabólica – frisa o sociólogo Fals Borda - foi induzido a identificar os seus inimigos entre os seus próprios vizinhos e parentes”; essa foi a etapa da violência que ensejou a luta a morte entre liberais e conservadores até 1958. A hodierna fase da violência – chamada de etapa “dos filhos da violência” – começou a se gestar durante o chamado “Frente Nacional” (1958-1974) e eclodiu com força quando os partidos tradicionais se recusaram a permitir o surgimento de partidos de representatividade popular e foram boicotadas as principais reformas econômicas e políticas reclamadas pela população. Os “filhos da violência”, camponeses famintos e operários desempregados, juntaram-se a jovens universitários desiludidos de tudo e passaram a engrossar as fileiras dos movimentos guerrilheiros. A cooptação de uma parcela dessas massas pelos narcotraficantes foi questão de tempo e viu-se facilitada pelo estranho raciocínio de alguns guerrilheiros que, estimulados por Cuba, passaram a achar que o incremento do narcotráfico ajudaria a derrotar o gigante imperialista e, de outro lado, daria lugar a preciosas divisas para a compra de armamento. Depois de algum namoro entre guerrilheiros e narcos, a aliança se desfez, em decorrência da posição contrária ao narcotráfico do líder do ELN, o padre espanhol Manuel Pérez, mas voltou com força total quando, após a queda do Muro de Berlim, as FARC, notadamente, passaram a raciocinar de maneira pragmática: não interessava a origem do dinheiro, desde que este ajudasse à guerrilha. Surgiu o que o general colombiano Gustavo Matamoros (um dos que mais duramente combateu a guerrilha e o narcotráfico) batizou de “narcoguerrilha” [Cf. Pérez 1990: 22].

As massas de jovens desiludidos que habitam na periferia das cidades colombianas, são o que poderíamos chamar de “exército marginal de reserva” da guerrilha, do narcotráfico e dos organismos paramilitares. Calcula-se que de cada 100 pessoas assassinadas em Medellín, 70 estão na faixa dos 14 aos 19 anos. Esses jovens desenraizados e sem esperança vendem os serviços de “sicariato” (justiceiros) a qualquer um. Segundo levantamento feito pela jornalista Laura Restrepo, só nessa cidade havia, em dezembro de 1989, mais de 150 grupos de extermínio integrados por adolescentes. Esses fatos levaram a mencionada jornalista a escrever que “uma nova geração de

colombianos não sabe que é possível morrer de velhice” [Restrepo, 1990: 27]. A violência, poderíamos afirmar com o historiador Eric Hobsbawn, “procede de uma revolução social frustrada. Isso é o que pode acontecer quando as tensões revolucionárias sociais não são dissipadas pelo pacífico desenvolvimento econômico, nem freadas para criar estruturas sociais novas e revolucionárias. Os exércitos da morte, os desenraizados, os mutilados físicos e mentais são o preço que a Colômbia paga por esse fracasso” [Hobsbawn, 1985: 23].

3) Aspectos culturais.- A prática da violência alicerçou-se, na sociedade colombiana, numa autêntica “cultura da morte”. Na medida em que a violência apareceu no universo sociológico como a solução desesperada perante problemas não resolvidos, os atores sociais passaram a retomar, no plano cultural, uma ética do “tudo ou nada” que veio prolongar em pleno século XX o modelo da “ética da honra” do cavaleiro espanhol. Algumas características culturoológicas acompanham a essa ética: culto à morte, horror ao trabalho produtivo, preocupação com o além. Essas características misturar-se-iam ao secular fenômeno do caudilhismo ibero-americano. A liderança dos narcos insere-se nesse contexto e passou a ser repassada ao resto da sociedade como arquétipo axiológico ideal. Algo assim como o fenômeno apontado por Oliveira Vianna em relação à influência causada, nas elites brasileiras do período colonial, pela nobreza decadente portuguesa, em face do conjunto de anti-valores que poderíamos sintetizar na expressão “espírito macunaímico” [cf. Vianna, 1958].

Analisemos um pouco mais de perto essa questão. A ética da honra, tematizada por Max Weber [cf. 1944: II, 115], consiste num modelo de comportamento inflexível, alicerçado em princípios inegociáveis. Quem age movido por esse critério, o faz de acordo às suas convicções, “custe o que custar”. Esse modelo de comportamento deita raízes nas tradições ibéricas. Na Espanha surge, desde fins da Idade Média, um tipo cultural diametralmente oposto ao do *homo oeconomicus* que foi se firmando na Europa ao longo da modernidade, acompanhando o fenômeno do nascimento e expansão das cidades, origem da burguesia. As características do tipo castelhano, do cavaleiro cristão que García Morente define como líder de uma causa e possuidor de virtudes nobiliárquicas como o desejo de grandeza, a valentia, o orgulho, a valorização da intuição

sobre o cálculo, o personalismo e o culto à morte, modelaram-se ao longo de toda a história da Espanha, sobretudo durante o episódio que foi tão marcante na vida do povo espanhol: a luta de vários séculos contra os muçulmanos, em defesa da sua própria existência e da cristandade [cf. Jaramillo, 1974; Castro, 1950].

Essa defesa da identidade hispânica perante o invasor, foi percebida desde o início como a defesa de si mesmo. “Ao terminar essa luta – frisa o historiador colombiano Jaramillo Uribe – e ao se iniciar a época moderna, que já vinha amadurecendo e se gestando no Continente e nas Ilhas Britânicas, tinha-se constituído na meseta castelhana um tipo de homens cujas virtudes não eram as do *homo oeconomicus*. A descoberta da América e a luta pelo Império que inesperadamente lhe doava a história, firmaram o seu carácter cavaleiresco e heróico e terminaram por frustrar definitivamente a formação, em Castela, do tipo que construiu a economia moderna do capitalismo, e com isso a possibilidade de que a Espanha assimilasse o espírito das novas formas de vida, sobretudo o moderno *ethos* do trabalho” [Jaramillo, 1974: 9]. Esses fatores fizeram com que a conquista espanhola fosse uma empresa eminentemente predatória, em que o enriquecimento vinha não a partir do trabalho produtivo (banido pelas elites como atividade de párias e não de senhores), mas da guerra de conquista justa contra o infiel. Surgiu, assim, no universo ibero-americano, a idéia da apropriação heróica e rápida da riqueza. Consolidou-se, dessa forma, o arquétipo improdutivo e corrupto que continua a inspirar, hodiernamente, o comportamento social de aventureiros e narcos.

Apenas para dar um exemplo da vigência desse modelo ético na sociedade colombiana, tomemos o depoimento da jornalista Laura Restrepo, que entrevistou adolescentes ainda não cooptados pela máfia em Medellín. Afirma a mencionada jornalista que ali desenvolveu-se uma *cultura da morte* “uma forma coletiva de necrofilia que se ceva, particularmente, nas crianças e adolescentes, normalmente alheios à maquinaria da guerra mas que direta ou indiretamente se convertem em peças dela. Não se trata já do justiceiro profissional, mas do rapaz comum, de extração social média e média baixa, que convive com os demais na rua ou na escola, que ainda se segura à saia da mãe e que é muito jovem para ser classificado como sujeito penal. Que nem sequer é o pior – o mais cruel, o mais degenerado – mas muitas vezes o melhor: por corajoso, por

carismático e por belo. Mas que adquiriu um vício rude: gosta de matar. Os mortos que carrega consigo dão-lhe prestígio. Nem sempre pode cobrar dinheiro por eles, mas servem-lhe para ganhar liderança, namorar garotas e se fazer respeitar. Os seus únicos ídolos são Pablo Escobar e o goleiro René Higuita, porque antes não eram ninguém e agora são. O jovem aspirante a justiceiro matou dez, doze, impõe medo e respeito, é alguém. O preço dessa identidade é alto – morrer antes de chegar a adulto – mas está disposto a pagá-lo” [Restrepo, 1990: 31].

A rápida escalada do sucesso através de meios heróicos e violentos é acompanhada, na mentalidade dos jovens aspirantes a justiceiros, por outras características socioculturais como o machismo, a preocupação com o além e a valorização da mãe. Filhos de famílias em que a ausência do pai é a regra, os futuros justiceiros são verdadeiros monumentos ao complexo de Édipo. A respeito, escreve Laura Restrepo: “Substituem o pai ausente em tudo, menos na cama da mãe, o que gera neles uma confusão dolorosa de papéis, com desgarramentos psíquicos e ataques patológicos de ciúme. A vida lhes exige que sejam o que não podem ser: esposos de suas mães e pais dos seus irmãos. A contradição é insolúvel e, como tantas outras nas suas vidas – substituir a lei, viver como ricos sem ter emprego - só se soluciona com a morte. Todos, invariavelmente, justificam os seus atos de violência contra os demais e contra eles mesmos, com idênticas palavras: *faço isso pela velha*. Pela velha roubam, matam, fazem-se matar. *Eu vou morrer cedo, mas que me lembrem por ter dado uma boa geladeira à minha mãe*, disse Xavier, de 15 anos” [Restrepo, 1990: 30-31].

Nesse universo em que a mãe ocupa o centro, a religião desabrocha a partir do tradicional culto mariano. “Os jovens aspirantes a justiceiros – escreve Laura Restrepo – levam no peito e nos tornozelos escapulários de sua protetora, a Virgem do Carmo”. De outro lado, rezam a novena de São Judas Tadeu, para se saírem bem nos *trabalhos* e nas quartas-feiras de cinzas vão às igrejas para receberem a cruz. Nos braços costumam fazer tatuagens com as palavras *Deus e mãe*, que resumem as suas devoções preferidas. Segundo o cientista político Alonso Salazar, “o dia do ano em que mais mortos há em Medellín é o dia das mães, porque nessa data os homens acordam com a honra à flor da pele” [apud Restrepo, 1990: 30].

Os aproximadamente 150 grupos de extermínio existentes em Medellín e integrados por assassinos adolescentes compõem-se, geralmente, de 200 membros cada um. Vendem os seus serviços principalmente à máfia do narcotráfico, embora também os prestem às organizações guerrilheiras ou atuem como grupos de justiceiros ou *polícia mineira*. Um desses grupos dedicou-se a acabar com bandidos comuns e drogados no bairro em que residia. Eis o esclarecedor depoimento do chefe desse grupo, que poderia muito bem residir numa das favelas cariocas ou na Baixada Fluminense: “Destruímos as bocas-de-fumo e atacamos o consumo da droga, porque daí provém grande parte da decomposição da gente. Num dia justiçaamos cinco moleques porque eram casos perdidos de dependência. Já tinham sido advertidos, mas nunca houve forma de recuperá-los, porisso os matamos. Criamos uma rede de informações por todos esses setores, com a mesma gente da comunidade. As senhoras, as crianças, os velhos: todos eles nos avisam acerca da presença de assassinos e de estranhos. Só estamos respondendo aos problemas que o governo não resolve. Aqui a polícia nunca sobe e quando o faz torna-se cúmplice dos ladrões. Entendemos que é por causa do desemprego que muita gente opta por essa vida de delinqüência: se estes bairros tornaram-se um inferno, não é por culpa da gente, mas do governo. Mas as coisas já foram longe demais. Não há mais remédio que optar pela violência para defender a tua vida e a da comunidade” [apud Restrepo, 1990: 31].

4) Considerações finais.- Nessa encruzilhada de narcotráfico e violência em que se encontra, que alternativas se descortinam para a sociedade colombiana? Diria, em primeiro lugar, que a tradicional medida da repressão policial e militar pura e simples é insuficiente, principalmente pela concepção equivocada que, ao longo das décadas passadas, presidiu a atuação das Forças Armadas colombianas, no contexto da falida perspectiva da *segurança nacional*. A respeito, afirmava um especialista do governo: “Tudo na Colômbia, desde os tempos da Independência, está desenhado em matéria de segurança e defesa com base na idéia de enfrentar um inimigo externo. E guerras externas, em forma, só tivemos uma, contra o Peru, enquanto que guerras civis e conflitos irregulares contra forças guerrilheiras ou paramilitares, ou contra grupos de bandoleiros e terroristas, tivemos aos montes” [in: *Semana*, 1990: 23]. Essa errada concepção se revela em dois aspectos: critérios falhos para o aparelhamento das Forças Armadas e para as promoções. No relativo ao primeiro item, frisa o mencionado

especialista: “Gastaram-se 90 milhões de dólares para reparar os submarinos, enquanto a Armada somente conta com cinco navios para controlar as dezenas de rios por onde passam as armas e a pasta de coca”. No tocante ao segundo item, frisa a mesma fonte: “Os critérios de antigüidade nas promoções deveriam ser substituídos por critérios de desempenho, para valorizar o oficial de campo sobre o oficial de escritório”. É claro que esta realidade começou a mudar recentemente, após a eleição do Presidente Uribe Vélez, em 2002. O novo mandatário pôs em execução ampla política de profissionalização das Forças Armadas, que tem feito com que a guerra contra os narcoguerrilheiros comece a ser vencida pelo governo.

Ainda no contexto da falência da solução militar, convém levar em consideração a errada política repressiva norte-americana, alicerçada em intervenções punitivas dos *marines*, como aconteceu no Panamá. Além de não produzirem os efeitos almejados em termos de freio ao consumo de narcóticos, (nem sequer da parte dos próprios soldados americanos, pois segundo foi confirmado, ao regressar de Panamá 19 *marines* foram presos ao se descobrir que tinham introduzido nos Estados Unidos 44 quilos de cocaína), essas intervenções aumentam em grau perigoso o sentimento anti-yankee na região, já bastante exacerbado por sucessivos erros na política exterior norte-americana, ao longo do século XX [cf. Rama, 1986: I, 587]. Como frisou com propriedade o cientista político Gonzalo Chávez, “o erro básico de percepção da política externa dos Estados Unidos é isolar o problema do tráfico de cocaína do seu contexto econômico e social (...). O narcotráfico é percebido apenas como uma questão delinqüencial-policial: daí a ênfase dada ao combate na oferta final do produto, via repressão” [Chávez, 1989: 46].

Em que pese as falhas apontadas, duas perspectivas de caráter positivo abrem-se, a meu ver, para encarar com menos pessimismo o problema do narcotráfico colombiano. Em primeiro lugar, vai crescendo a consciência de que a questão do tráfico de drogas é um problema internacional, que atinge igualmente a produtores e consumidores e que, do ponto de vista dos países consumidores, não poderá ser equacionado senão mediante a adoção de políticas tendentes a diminuir o consumo interno de narcóticos, junto com medidas concretas que permitam aos países produtores promoverem o desenvolvimento sem precisar do narcotráfico. Há sinais de que o governo norte-americano começa a se

sensibilizar diante desta nova perspectiva, especialmente a partir da “cumbre anti-narcóticos” de fevereiro de 1990 em Cartagena, que reuniu os presidentes dos Estados Unidos, Bolívia, Perú e Colômbia.

Em segundo lugar cresce, no interior da sociedade colombiana, a consciência de que somente um diálogo nacional e a elaboração de um novo consenso político poderão deitar as bases para uma convivência pacífica. Guerrilheiros, narcotraficantes, forças armadas, Igreja, políticos, estudantes, empresários, cidadãos comuns e o próprio governo mostraram-se favoráveis à convocação de uma assembléia nacional constituinte, que substituiu, em 1991, a Carta que tinha 113 anos de existência. Se bem é certo que intenções em política não são muito, no entanto a vontade de negociar num país em que primeiro se atira e depois se pergunta, já é um progresso significativo. Esse clima de moderação prevaleceu na Colômbia até o final do governo de César Gaviria, em 1997. Prova desse clima foram as palavras de Fábio Ochoa, um dos patriarcas do Cartel de Medellín, porta-voz, em 1990, dos chamados *extraditáveis*. Eis as palavras conciliatórias do conhecido mafioso: “Esta guerra se perdeu; o importante é que na vitória não haja vinganças (...) Nós sempre achamos que temos direito a uma negociação como a que se está fazendo com a guerrilha. Se os dois bandos cometeram os mesmos pecados, por que cobrá-los só de um? (...). Aceitemos que toda essa luta por uma negociação fracassou e que não resta mais nada do que se entregar à justiça. Pois isso seria possível com a condição de que fossemos encarcerados na Colômbia...” [in: *Semana*, 1990: 34].

Infelizmente, no decorrer do governo seguinte, de Andrés Pastrana, (entre agosto de 1997 e agosto de 2002), o governo colombiano caiu na cilada de suspender o controle militar firme sobre os guerrilheiros, passando a tratá-los como força armada regular e lhes entregando uma área do tamanho do Estado do Rio de Janeiro, para que, desde ali, aderissem aos diálogos de paz. Tanta ingenuidade somente poderia ter produzido o efeito temido pela opinião pública colombiana: um acirramento da guerra, pois os terroristas tornaram-se fortes na denominada “zona de distensão”, de onde partiram para a conquista do poder. A duras penas o mandatário seguinte, Uribe Vélez, tem conseguido retomar o controle da situação, a fim de obrigar os guerrilheiros a negociar nos termos fixados pelo governo. Mas o clima atual, após as sérias derrotas infringidas aos guerrilheiros com a

ajuda americana, é de moderado otimismo. Se as coisas seguirem na direção traçada pelo atual Presidente, será possível chegar a uma negociação razoável com os narcoguerrilheiros. Num início de século paradoxal como o que estamos vivendo, com as fronteiras ideológicas caindo por terra e os inimigos de ontem colaborando no plano internacional na guerra contra o terror, não seria descabido acreditar numa solução negociada para o narcotráfico e a violência na Colômbia.

Uma indagação para finalizar: Será a Colômbia de hoje o Brasil de amanhã? - Fazer esta pergunta do "efeito Orloff" entre o Brasil e a Colômbia, certamente seria inaceitável há alguns anos atrás, tão certos estávamos os Brasileiros de sermos diferentes dos nossos vizinhos *cucarachos*. Aceitávamos sermos denominados, quando muito, de *Belíndia*, a meio caminho entre a Bélgica e a Índia. Mas sermos comparados aos Colombianos, aos Peruanos ou aos Bolivianos, nunca. Os nossos vizinhos estavam mais para uma República bananosa, enquanto que nós teimávamos em nos assemelharmos talvez à França. Isso, ao menos, culturalmente. Não foi considerada, por acaso, a Faculdade de Filosofia da USP como "um Departamento Francês no ultramar"? Não acaba de ser assinalado, outrossim, como feriado paulistano, pela prefeita petista, o 14 de Julho?

Estudioso da realidade brasileira, sempre estive atento às semelhanças entre o Brasil e a Colômbia. Cheguei até a publicar, nos anos setenta do século passado em Medellín, com apoio do Cônsul Honorário do Brasil nessa cidade, o Dr. José Aníbal Cuervo, a Revista *Brasil/Colômbia*, a fim de analisar os aspectos comuns das nossas duas culturas. Colombiano de nascimento e Brasileiro por opção, sempre considerei que são mais os pontos que nos aproximam cultural, econômica e politicamente.

A questão do narcotráfico está entre os aspectos que nos assemelham. A globalização tornou explícita essa realidade. Tardamos no Brasil para tomarmos consciência desse fato. Tanto isso é verdade, que na campanha para a eleição presidencial de 1994, os candidatos não compareceram ao debate sobre combate ao narcotráfico que foi realizado, na época, em São Paulo. Em 1996, em conferência proferida na Escola Superior de Guerra, frisei: "O que está acontecendo na Colômbia, onde o Presidente da

República, o Judiciário - não poucos dos seus magistrados - e boa parte dos congressistas viraram reféns dos traficantes, é uma triste realidade e um alerta. A atual situação do Rio de Janeiro, onde a população se vê obrigada a conviver com a violência imposta pelos traficantes e onde a própria polícia perdeu terreno para os bandidos, é uma prova do risco que a narcoditadura representa para a segurança do país. Não há dúvida de que o Brasil passou da condição de entreposto para o tráfico de cocaína à de produtor e consumidor. Informações recentes do chefe do órgão de combate aos narcóticos nos Estados Unidos, Lee Brown, revelavam que Brasil e México despontam como os principais fornecedores de cocaína, já competindo com a Colômbia".

Em artigo publicado no *Jornal da Tarde* ("A guerra do pó", 27/10/99) destaquei que o Brasil avançou mais ainda, nos últimos anos, no seu processo de semelhança com a Colômbia, no que tange ao narcotráfico. Três etapas percorreram os colombianos nessa saga de violência e de morte: 1) a difusão da corrupção na política e na administração pública; 2) a organização de máfias na cúpula do poder, em nível regional; 3) a guerra civil, em que a quebra de valores ensejada pelo predomínio do dinheiro do narcotráfico na cúpula do poder espraia-se por todo o organismo social, de forma que as pessoas passam a agir à margem da lei, empolgadas pela convicção de que o crime compensa. O seqüestro, a extorsão, o assalto, o desvio sistemático do dinheiro público, passam a ser praticados de forma corriqueira pelas máfias organizadas em exércitos profissionais de guerrilheiros ou de paramilitares, ensejando o que denominei de *clima hobbesiano*, em que não há lei e todos viram reféns do "temor da morte violenta".

O Brasil, a meu entender, já percorreu as duas primeiras etapas dessa via-crucis terrorista. A difusão da corrupção político-administrativa é coisa corriqueira, e constitui fruto perverso do longo ciclo autoritário, em que as autoridades gabavam-se do princípio falconiano: "Nada a declarar". À sombra do autoritarismo, a política converteu-se no melhor negócio. A abertura, longe de eliminar a maré da corrupção, democratizou-a no contexto do espírito patrimonialista de "locupletai-vos com o dinheiro público".

A segunda etapa, a organização de máfias na cúpula do poder, em nível regional, está em andamento, conforme foi revelado pela CPI do narcotráfico. O crime organizado

é uma realidade atuante no país, espalha a miséria e a morte do norte ao sul do Brasil e ainda tem a ousadia de revidar, em face das investigações em curso, libertando *manu militari* traficantes de cadeias e hospitais e ameaçando testemunhas, jornalistas e autoridades.

O mais preocupante é que começam a aparecer sintomas da desagregação social típica da terceira etapa atrás apontada. Quais são esses sintomas? Destaquemos os mais importantes: 1) grupos de ativistas, em nome da justiça social, desconhecem sumariamente as instituições, colocando-se acima da lei; (os leitores estarão de acordo comigo em que a atitude dos líderes do MST insere-se, em muitos casos, nesse contexto. Basta intitular-se líder desse movimento para passar a debochar das instituições (com o paradoxal beneplácito do governo petista), saquear impunemente e amedrontar, em nome de uma nebulosa *democracia popular*, quem se opuser a eles). 2) As autoridades parecem claudicar diante da marginalidade; parece como se o exercício das funções de governo fosse uma coisa à margem da lei. Isso tem sido observado em recentes episódios de revoltas de presidiários ao longo do país. Instala-se na mente das pessoas a idéia de que o crime compensa. O fato de o governo passado ter cedido às pressões de ONGs e de alguns governos, no caso dos seqüestradores de Abílio Diniz, passou à sociedade, além de uma mensagem de fraqueza, a perversa lição de que o crime compensa, quando bem planejado e com *lobbies* adequadamente organizados. 3) Vive-se, nas grandes cidades, especialmente no Rio e em São Paulo, um autêntico clima de guerra civil, com cenas de bandidos muito bem armados circulando livremente em *bondes do mal*, seqüestros e mini-seqüestros sistematicamente praticados contra cidadãos indefesos, tiroteios deflagrados à luz do dia com as forças da ordem precariamente armadas, chacinas que nunca são apuradas, toque de recolher decretado pelos chefões de tráfico nas áreas por eles controladas, ameaças de morte às autoridades municipais, estaduais ou federais que cumprem com as suas funções, etc.

Os passos que restam para a completa instauração do estado de guerra civil no Brasil são basicamente três: em primeiro lugar, a completa constituição de exércitos guerrilheiros ou paramilitares a serviço dos interesses do narcotráfico. Em segundo lugar, a total neutralização das autoridades, mediante o suborno, os atentados terroristas e a

intimidação. Em terceiro lugar, a conquista de grandes áreas *liberadas* pelas organizações criminosas, seja mediante a ocupação armada pura e simples (como tem acontecido nos morros cariocas ou em alguns municípios do norte da Colômbia), seja mediante processos de pseudo-negociação em que governos de tipo populista cedem facilmente às exigências dos criminosos (como aconteceu na Colômbia com a entrega pelo governo Pastrana, aos narcoguerrilheiros das FARC, de estratégica região de 42 mil quilômetros quadrados, a partir da qual os terroristas passaram a controlar o sul do país, na fronteira com o Brasil, o Equador e o Perú).

Não esqueçamos que o narcotráfico é, antes de mais nada, uma grande empresa multinacional, que movimenta por ano mais de 500 bilhões de dólares. Tanto dinheiro assim, serve para organizar exércitos treinados por mercenários internacionais (como fez Pablo Escobar, no início da década de 80, quando levou para a Colômbia milicianos israelenses e sul-africanos para instruir os seus esquadrões da morte). O narcotráfico conta hoje, na devastada Colômbia, com dois exércitos muito bem treinados e armados: os guerrilheiros das FARC e do ELN (que somam ao redor de 20 mil homens e que controlam a região sul do país) e os paramilitares, com aproximadamente 9 mil efetivos (e que controlam a região norte). O governo do Presidente Pastrana, eleito por 40 milhões de aterrorizados colombianos que rejeitavam o narcoterrorismo, controlava apenas e precariamente a região central do país, onde se situa a capital, Bogotá. Não exagerava ao dizer que na Colômbia o narcotráfico conseguiu balkanizar o território nacional, sob o olhar apreensivo dos vizinhos e das autoridades norte-americanas.

A conclusão mais óbvia que salta à vista é esta: se o Brasil quiser não chegar a ser a Colômbia de amanhã deverá bater duro no narcotráfico hoje. Seis tarefas são inadiáveis: 1) Adotar uma atitude de *tolerância zero* com os narcoterroristas, endurecendo as leis vigentes e aplicando-as sem contemplações. 2) Formular com coragem e rapidez uma política de segurança pública, que preveja a formação de corpos de polícia especializada em luta anti-narcóticos e em seguimento de dinheiros ilícitos. 3) Detalhar o papel que, no caso, devem cumprir as Forças Armadas (cuja missão é salvaguardar a soberania nacional, seriamente ameaçada hoje, no plano interno, pelas gangues armadas de narcotraficantes no Rio e em São Paulo e, no plano externo, pelos exércitos de

narcoguerrilheiros e paramilitares do país vizinho). 4) Formular uma clara política de inibição ao consumo de drogas, abandonando a atitude politicamente correta dos que dizem que a maconha é inofensiva. (Está provado que ela é a porta de entrada para o consumo de cocaína e crack). 5) Dotar à Justiça de instrumentos legais e institucionais ágeis e seguros, para que possa castigar sem dó os narcoterroristas e garantir a vida das testemunhas. Talvez valesse a pena pensar na instituição italiana e colombiana dos *juizes sem rosto*. 6) Pressionar, no plano internacional, através da ONU e da OEA, para que os Estados Unidos façam o dever de casa em matéria de controle ao narcotráfico: é incrível como se vaporizam, ao cruzar as fronteiras americanas, as 80 toneladas de pó de coca que os narcotraficantes latino-americanos exportam todo ano para embalar os sonhos de mais de 12 milhões de viciados americanos. É verdadeira hipocrisia, da parte estadunidense, identificar o narcotráfico como problema exclusivo de países produtores, quando os cidadãos desse país cheiram qualquer poeirinha que cruza as suas fronteiras. Esse, talvez, constitua o pesadelo antevisto profeticamente por Tocqueville, quando na *Democracia na América* (escrita em 1835), considerava que o maior risco para a democracia americana radicava em que, em algum momento no futuro, os cidadãos desse país colocassem o prazer acima da luta pela liberdade.

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO II

BAGLEY, Bruce [1990]. “Colombia y la guerra contra la droga”. In: *Economía colombiana*. Bogotá, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 73 seg.

BOWSER, Charles [1990]. “El problema de la droga en Estados Unidos persiste”. In: *Economía colombiana*. Bogotá, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 81-100.

CASTILLO, Fabio [1990]. *Los jinetes de la cocaína*. Bogotá: Documentos Periodísticos, 1987.

CASTRO, Américo [1950]. *España en su historia*. Buenos Aires: Labor.

CASTRO Caycedo, Germán [1985]. *El Karina*. 2ª edição. Bogotá: Plaza & Janés.

CHÁVEZ Alvarez, Manuel Gonzalo [1989]. “Narcotráfico: um novo item nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina”. In: *Política e estratégia*. São Paulo, vol. I, no. 7 (janeiro/março 1989): pg. 40 seg.

FALS Borda, Orlando [1985]. “Lo sacro y lo violento, aspectos problemáticos del desarrollo en Colombia”. In: *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: CEREC/Centro Gaitán, pg. 42 seg.

FAORO, Raymundo [1958]. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 1ª edição. Porto Alegre: Globo, 2 volumes.

GÓMEZ, Hernando José [1990]. “El tamaño del narcotráfico y su impacto económico”. In: *Economía colombiana*, Bogotá, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 14 seg.

HOBBSAWN, E. J. [1985]. “La anatomía de la violencia en Colombia”. In: *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: CEREC/Centro Gaitán, pg. 23 seg.

JARAMILLO Uribe, Jaime [1974]. *El pensamiento colombiano en el siglo XIX*. Bogotá: Temis.

KALMANOVITZ, Salomón [1990]. “La economía del narcotráfico en Colombia”. In: *Economía colombiana*. Bogotá, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 19 seg.

LANDAZÁBAL Reyes, Fernando (general) [1985]. *El precio de la paz*. Bogotá: Planeta.

NADELMANN, Ethan [1990]. “Prohibición de la droga en Estados Unidos: costos, consecuencias y alternativas”. In: *Economía colombiana*. Bogotá, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 65 seg.

PÉREZ, Manuel (sacerdote e comandante do ELN) [1990]. “Nosotros hemos dicho: nada con el narcotráfico”. In: *Semana*, Bogotá, no. 437 (14/24 de setembro de 1990): pg. 22 seg.

RAMA, Carlos M [1986]. “Independência latino-americana”. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. (Coordenação geral de Antônio Garcia de Miranda Netto). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. I, pg. 587.

RESTREPO, Laura [1990]. “La cultura de la muerte”. In: *Semana*, Bogotá, no. 408 (27 de fevereiro a 6 de março de 1990): pg. 27 seg.

SARMIENTO Anzola, Libardo e Carlos MORENO Ospina [1990]. “Narcotráfico y sector agropecuario en Colombia”. In: *Economía colombiana*. Bogotá, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 29 seg.

SEMANA [1990]. “Extraditables: y los narcos qué?” In: *Semana*, Bogotá, no. 435 (4 a 11 de setembro de 1990): pg. 34 seg.

SEMANA [1990]. “La casa vacía: más de 600 mil turistas perdió Colombia en los últimos 10 años”. In: *Semana*, Bogotá, no. 429 (24-31 de julho de 1990): pg. 48 seg.

SEMANA [1990]. “Los narco-marines. Lo que faltaba: soldados norteamericanos involucrados en narcotráfico en Panamá”. In: *Semana*, Bogotá, no. 410 (13 a 20 de março de 1990): pg. 52/53.

SEMANA [1990]. “Por qué no cogen a Escobar: los generales en la mira de la opinión pública”. In: *Semana*, Bogotá, no. 419 (15/22 de maio de 1990): pg. 23 seg.

THOUMI, Francisco [1990]. “Algunas preguntas a los Estados Unidos difíciles de responder”. In: *Economía colombiana*, Bogotá, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 50 seg.

TIRADO Mejía, Alvaro [1971]. *Introducción a la historia económica de Colombia*. Bogotá: Universidad Nacional.

TORRES, Camilo [1985]. “La violencia y los cambios socioculturales en las áreas rurales colombianas”. In: *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: CEREC/Centro Gaitán, pg. 106 seg.

URÁN, Carlos Horacio [1983]. *Rojas y la manipulación del poder*. Bogotá: Carlos Valencia Editores.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1978]. *Liberalismo y conservatismo en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo.

VIANNA, Francisco José de Oliveira [1958]. *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.

WEBER, Max [1944]. *Economía y sociedad*. (Tradução ao espanhol de José Medina Echavarría *et alii*). 1ª edição em espanhol. México: Fondo de Cultura, 4 volumes.

Capítulo III – DO MESSIANISMO POLÍTICO AO NARCO – ESTADO: OS DESCAMINHOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Ao ensejo da formulação de uma "Teologia dos Pobres" ou "Teologia da Libertação", surgiu na América Latina, ao longo dos anos 70 e 80, uma "Filosofia da Libertação", que se singulariza porque parte, à maneira medieval, dos pressupostos básicos do discurso teológico, para arrazoar ao redor deles. Configura-se, assim, o tradicional modelo da *Philosophia Ancilla Theologiae*, que caracterizou às grandes sínteses do século XIII, mas que acompanhou, também, à filosofia pensada ao ensejo da Segunda Escolástica. Diríamos que não houve mudança de paradigma: o hodierno discurso filosófico que se pretende mais latino-americano, o Libertador, é fiel à velha tradição de filosofar à sombra da teologia.

O tema acerca do qual versa a Filosofia da Libertação também não é novo: a questão da pobreza. Essa problemática, de caráter eminentemente moral, vem sendo objeto de reflexão desde o século XIX. Os doutrinários franceses, notadamente Guizot, debruçaram-se sobre ela, bem como a geração posterior, cujo mais importante representante na França seria Tocqueville [cf. Tocqueville, 2003; Vélez, 1998 e 1999]. Mas não somente seria discutida a mencionada problemática do ângulo liberal. Também aprofundaram nela autores de outras tendências como Saint-Simon e Augusto Comte. Na França do final do século aparece uma importante contribuição metodológica com a escola de Le Play: a problemática da pobreza precisa ser discutida à luz de uma delimitação clara da mesma, utilizando o método monográfico. Essa será a perspectiva que passará a influenciar nos autores brasileiros como Sílvio Romero e os demais teorizadores do chamado "culturalismo sociológico". Na Inglaterra, à época de Tocqueville, a questão ganhou grande relevo com Stuart Mill, os Fabianos e os primeiros ideólogos do Labour Party. A reflexão de Marx insere-se no primeiro ciclo da meditação sobre a problemática, mais ou menos na mesma época em que Stuart Mill desenvolveu as suas análises.

Anotemos que a atualidade da discussão sobre a pobreza decorre da sua situação no terreno da moral: sempre será válido meditar sobre as questões relacionadas ao ideal da justiça, como expressão da nova realidade ontológica destacada pela cultura judaico-cristã: todos somos filhos de Deus, criados à sua imagem e semelhança. Se este é um princípio válido, por que as enormes disparidades sociais? Mais ainda: se o Cristianismo apregoa como mandamento fundamental o amor ao próximo, que sentido têm as injustiças sociais? A reflexão sobre a pobreza e o equacionamento desse problema possuem, portanto, grande apelo moral. Situa-se nesse contexto o valor do chamado décimo-primeiro mandamento, que teria sido explicitado por Marx: *Não explorarás o trabalho alheio*.

Já desde os primórdios da discussão, apareceram claramente delineadas duas alternativas teóricas: de um lado, a daqueles que colocavam a questão em termos de uma multiplicidade de variáveis, sendo a econômica uma delas, mas sem pretender reduzir as outras a ela (trata-se de uma alternativa multidisciplinar e aberta) e, de outro lado, a alternativa dos autores que absolutizavam a variável econômica, pretendendo reduzir toda a análise da pobreza a essa perspectiva. Um exemplo da primeira alternativa seria a forma em que os doutrinários e Tocqueville abordaram a questão. Um exemplo da segunda alternativa seria a forma em que Marx formulou o seu materialismo histórico, para, a partir de uma perspectiva em que as relações de produção eram consideradas como a base de todo o edifício social, passar a discutir e equacionar o problema da pobreza em termos estritamente econômicos.

Interessante é destacar que, ao ensejo da primeira forma de abordagem, surge, como resposta, um modelo de sociedade plural, em que são reconhecidas várias ordens de interesse, sem que se pressuponha que, para resolver a questão da pobreza, seja necessário reduzir a sociedade a uma única ordem de interesses. O modelo aqui postulado é o liberal. Paralelamente, ao ensejo da segunda forma de abordagem, surge uma sociedade entrópica, em que todos os interesses devem ser reduzidos (à maneira

rousseauiana) a uma única ordem: a do *bem público*, com explícita eliminação dos interesses particulares.

Decorrente do centripetismo desenvolvido nas sociedades ibero-americanas pelo Estado Patrimonial, a abordagem da problemática da pobreza não percorreu, nas nossas culturas latino-americanas, o caminho liberal do reconhecimento de múltiplas variáveis, entre as que se inseriria a econômica. Paralelamente, a solução apontada não poderia ser a liberal, que apresentasse um modelo de sociedade plural, organizada em diversas ordens de interesses. A solução viria, de forma vertical, a partir da identificação de uma ordem única de interesses, os correspondentes a um vaporoso *bem público*, que historicamente correspondeu, nas nossas sociedades, à defesa dos interesses da *nomenclatura* manipulada pelos donos do poder. Solução de tipo rousseauiano, que foi explicitamente cultuada pelo Libertador Simon Bolívar e que ainda hoje emerge travestida de diferentes maneiras, sob as roupagens populistas do peronismo, do varguismo, do castrismo, do chavismo, do fugimorismo, do sandinismo, do farquismo, etc.

Inserida no arquétipo rousseauiano, a solução à problemática da pobreza não poderia deixar de ser apresentada nos moldes do messianismo político. Porque ele é da essência do pensamento político do filósofo de genebra. A forma de equilibrar uma sociedade injusta, para Rousseau, seria muito simples: na identificação de todos os cidadãos com a vontade geral, que seria a expressão do predomínio, em todos os espíritos, do *bem público*. Seriam os *puros* os chamados a enquadrar a sociedade nesse marco de ferro. Esses puros, aliás, desenvolveriam as funções messiânicas de salvadores da pátria. Ora, a Teologia da Libertação emerge no contexto latino-americano, amarrada ao modelo do messianismo político moderno. Mas convém destacar um aspecto importante: como a versão mais completa de messianismo político que se consolidou no século XX foi a do marxismo-leninismo, a Teologia da Libertação passou a ser cooptada por esse viés teórico, que terminaria dando ao discurso libertador ampla conotação totalitária.

Em decorrência dessa particularidade, neste capítulo serão analisados os singulares fenômenos do Messianismo Político e da Teologia da Libertação, a partir dos quais se formula a Filosofia Libertadora. Começemos, no entanto, por destacar o aspecto essencial da Filosofia da Libertação: ela caracteriza-se porque pretende uma re-leitura de toda a cultura ocidental, radicalmente interpretada à luz da dialética opressor-oprimido, que constitui a chave-mestra da Teologia da Libertação.

1) Índole radical e totalizante da Filosofia da Libertação.- Dois autores, no segundo pós-guerra, salientaram os traços essenciais do totalitarismo: no plano da ficção, George Orwell; no terreno da sociologia do conhecimento, Hannah Arendt. Na sua obra *The Origins of Totalitarianism* [1951], a escritora judia caracterizou o totalitarismo hodierno sob os três aspectos em que se manifestou: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo como paroxismo do poder. Nesse último aspecto, Hannah Arendt salienta que um dos pontos marcantes do totalitarismo é a sua substituição da busca da verdade e da comunicação entre as pessoas pela propaganda. No caso da propaganda comunista, dá-se a pretensão de instaurar cientificamente um único discurso, cuja validade deve ser aceita por todos; quem se situar do lado de fora desse discurso é ameaçado com a possibilidade de ser substituído pela história, de se atrasar irremediavelmente em relação ao tempo, de esbanjar a sua vida inutilmente. Como na moderna propaganda, tudo é afirmado em nome do progresso e da ciência.

Orwell salientou na sua anti-utopia *1984* um outro aspecto importante da propaganda totalitária: a técnica do *duplipensar*. Tudo, no universo do discurso, deve levar a reforçar o estado de poder total; por isso, nenhuma brecha deve ser deixada sem cobertura pelo discurso ideológico do totalitarismo. Termos que porventura ameaçarem a verdade dos detentores do poder devem ser banidos, junto com aqueles que ousarem pronunciá-los. Todos sabemos da ingente tarefa que significa re-escrever a história, de que se desincumbia o *Ministério da Verdade* orwelliano.

Essas referências a Orwell e a Hannah Arendt tornam-se necessárias para avaliar adequadamente o surto de literatura de inspiração totalitária aparecida na América Latina

ao longo das últimas três décadas. Sob o pomposo título de Filosofia ou Teologia da Libertação, inúmeras publicações aparecem todos os anos. No Brasil, o claro compromisso das maiores editoras católicas com esse surto ideologizante, torna imperativa uma avaliação crítica das obras mais representativas.

Nesse contexto de ideologia totalizante situa-se a obra de Enrique Dussel intitulada *Filosofia da Libertação na América Latina* [1983]. Como em toda ideologia a serviço do poder total, interessa construir uma nova visão de mundo, em que todos os fatos sejam re-interpretados em função do *leitmotiv* que constitui o ponto nevrálgico do sistema: a libertação dos oprimidos. A história polarizar-se-á entre exploradores e explorados. Exploradora será a filosofia europeia (chamada *do Centro*); explorada a filosofia da *Periferia*, inserido aí o pensamento latino-americano. Na trilha do *duplipensar* orwelliano, o autor vai peneirando, em monótona tarefa, a história do pensamento ocidental: qualquer surto renovador teria emergido da *Periferia*, mesmo que para isso ele tenha de fazer incríveis acrobacias mentais para imaginar um Kant ou um Descartes "periféricos"!

A Filosofia da Libertação apregoada por Dussel é omni-compreensiva. Como boa ideologia total, não deve deixar de fora nenhum átomo da realidade. Tudo deve ser re-interpretado. Assim, o livro em apreço torna-se um tratado *de omni re scibili et de quibusdam aliis* ou, como diríamos em bom português, é um *angu epistemológico*. Basta examinarmos o conteúdo da obra para perceber isso: em escassas 284 páginas, à Filosofia da Libertação são aproximadas a geopolítica, a mitologia, a política, a *ars amandi*, a pedagogia, a economia, a semiótica, a poesia, a psicologia, a religião, o lazer, a macrofísica, etc. Tudo deve entrar na inevitável ciranda libertadora.

A Filosofia da Libertação, na visão de Dussel, cumpre perfeitamente a tarefa intimidatória de todo discurso totalitário: quem ficar do lado de fora é irremediavelmente expulso da história. O verdadeiro sentido dela repousa, de maneira inexorável, na praxe revolucionária dos que lutam por libertar os oprimidos. "A Filosofia da Libertação, frisa o autor, pretende (...) formular uma metafísica (...) exigida pela *praxis* revolucionária e

pela *poiesis* tecnológica, a partir da formação social periférica que se estrutura em maneiras de produção completamente entrelaçadas. Por isso é necessário (...) descrever o sentido da *praxis* de libertação que somente parcialmente vislumbraram os críticos pós-hegelianos de esquerda europeus e que somente a *praxis* dos atuais povos oprimidos da periferia, a mulher violada pela ideologia machista e do filho domesticado podem na realidade revelar-nos" [Dussel, 1983: 21].

A Filosofia da Libertação que nos propõe Dussel é o mais total dogmatismo já formulado na América Latina e possui a rara virtude de esterilizar a reflexão filosófica, tornando-a mera adjacência de um todo mais amplo: o esdrúxulo processo *libertador* marxista-leninista, que conduziu às ditaduras totalitárias em Cuba e na Nicarágua.

2) Messianismo Político e Teologia da Libertação.- J. L. Talmon fez uma completa caracterização do messianismo político na sua clássica obra intitulada *Messianismo Político* [Talmon, 1969]. a influência do saint-simonismo, do ponto de vista político, teve ampla repercussão em autores tão variados quanto Augusto Comte, Michelet, Mazzini e o próprio Marx.

Um profundo sentimento apocalíptico empolgava ao conde Saint-Simon (1760-1825), que entrevia o nascimento de uma religião universal que impusesse a organização pacífica da sociedade. Este é um trecho que revela claramente tal sentimento: "Isto é o que dizemos sem dilação: os dias das soluções incompletas chegaram ao fim. É necessário dirigir-se resolutamente em direção do bem geral. É a verdade na sua totalidade o que deve ser salientado perante as circunstâncias atuais: é chegado o momento da crise. Essa crise profetizada por muitos dos textos do Antigo Testamento e para a qual, durante muitos anos, têm-se preparado as sociedades bíblicas, é a crise cuja existência acaba de demonstrar a instituição da Santa Aliança, união fundada nos mais generosos princípios de moralidade e religião. Esta é a crise que os judeus esperaram desde quando, expulsos do seu país, têm andado errantes, vítimas de perseguições, sem jamais renunciar à esperança de ver o dia em que os homens conviveriam como irmãos. Finalmente, essa crise tende diretamente ao estabelecimento de uma religião

autenticamente universal e a impor a todos uma organização pacífica da sociedade" [apud Talmon, 1969: 21].

Saint-Simon encarava dessa forma autenticamente messiânica a crise sofrida pela sociedade francesa após a Revolução de 1789. Diante da desagregação ensejada pelo Jacobinismo e o Terror, o filósofo apresentava-se como peça-chave para a redenção, não somente da França como de toda a Humanidade. A respeito, escreve Talmon [1969: 22-23]: "Estava convencido de ser um Napoleão da ciência e da indústria, pela promessa que lhe fez Carlos Magno, durante um sonho que teve quando esteve preso na cadeia de Luxemburgo em 1774, de que conseguiria tanta glória como filósofo, quanto o seu famoso antecessor tinha alcançado nas artes da guerra e do governo (...)".

O conde Saint-Simon assistiu passivamente à Revolução Francesa como observador arguto, em que pese o fato de ter sido eleito, em 1790, como presidente da Assembléia Eleitoral da sua comuna, o que motivou a renúncia ao título de nobreza. Anos atrás, o jovem nobre tinha participado como voluntário do exército que, sob o comando do general Lafayette, tinha ajudado os revolucionários americanos a proclamar a Independência das treze colônias, em 1776.

A Revolução Francesa não foi, no sentir do filósofo, uma *révolution régénératrice*, mas um espetáculo de destruição, de inútil debate e de desordem social. Frisava a respeito dessa situação crítica: "É a falta de idéias gerais o que nos tem levado à ruína; não poderemos renascer autenticamente senão com a ajuda de idéias gerais; as velhas idéias caíram (...) e já não é possível rejuvenescê-las. Precisamos de idéias novas (...), um sistema, quer dizer, uma forma de opinião que seja, por natureza, cortante, absoluta e exclusiva" [apud Talmon, 1969: 26].

Ao passo que Saint-Simon desconhecia o valor de heróis aos protagonistas da Revolução Francesa, considerava, pelo contrário, que Napoleão encarnava esse valor, não pelo fato de ter sido militar ou conquistador, mas por ter se firmado como "o chefe

científico da Humanidade (...) e a sua cabeça política" [apud Talmon, 1969: 26], tendo legislado alicerçado em princípios racionais.

Saint-Simon preocupou-se por achar um princípio total que permitisse a explicação racional do universo. Nessa busca, terminou professando uma visão determinística do homem, que Talmon [1969: 27] tipificou assim: "(...) O homem é como um pequeno relógio dentro de outro maior, o universo, do qual recebe a energia para movimentar-se. Saint-Simon sonhava com deduzir passo a passo as leis determinantes do universo em ordem de sucessão (...) para, no final, chegar às leis da organização social mediante a reconstrução prévia da interdependência do orgânico e do inorgânico, dos corpos fixos e dos fluidos, da matéria e do movimento". Nesse contexto, a sociedade é concebida como "verdadeira máquina organizada" ou como um "organismo" que, ao longo dos tempos, criou os seus próprios órgãos para se adaptar às diferentes situações. A unidade inteligível da História não é nem o Estado, nem a Nação, mas a Sociedade organicamente considerada. As suas forças e processos não são criação deliberada de ninguém, mas frutos do organismo social.

O essencial dos processos sociais é representado, no entanto, pelos sistemas filosóficos que seriam, assim, o principal mecanismo de adaptação do organismo social às diferentes épocas. Como frisa Talmon [1969: 30], todo sistema social é, assim "a aplicação de um sistema filosófico. A religião, a política, a moral, a instrução pública, não são mais do que reflexo e aplicação de um sistema de idéias, uma *Weltanschauung* (...)".

Dado o caráter orgânico da sociedade, a expressão dos sistemas de idéias corresponde, nas diferentes épocas históricas, a uma cabeça que pensa pelo todo social. Como frisa Bréhier [1948: II, 712], Saint Simon "é aristocrata demais para poder acreditar que o povo, em cujo favor trabalha, seja capaz de fazer alguma coisa em prol de sua renovação". Assim, é importante identificar aquele ator social a quem corresponderia a tarefa de explicitar o novo sistema de idéias, que regeneraria a sociedade após a Revolução Francesa.

Na formulação do plano salvífico da sociedade por parte de uma elite, o pensamento saint-simoniano percorreu duas etapas: uma cientificista e outra religiosa. Essa dupla feição é típica, aliás, de um discípulo de Saint-Simon: Augusto Comte, cuja obra oferece essa dupla vertente, de cunho cientificista e religioso/dogmático.

Na primeira fase da sua obra, Saint-Simon considerava que a elite pensante que presidiria como cabeça do corpo social, devia ser integrada pelos industriais, que figuravam à frente do sistema produtivo. A sua gestão na sociedade não se revestiria do caráter coercitivo das épocas anteriores, pois prevaleceria não a força, mas a razão das coisas. Todo o trabalho a ser feito consistiria, portanto, em explicar a cada um o lugar que devia ocupar no corpo da sociedade industrial. Saint-Simon salientava que, no sistema industrial, "os homens desfrutariam, com essa ordem de coisas, do mais alto grau de liberdade compatível com o estado de sociedade" [apud Talmon, 1969: 41].

Em que pese o fato do caráter irreversível da sociedade industrial, Saint-Simon considerava que o seu advento devia ser induzido por outra elite esclarecida: os *savants positifs*, a cuja frente ele próprio se colocava. O papel deles consistiria em preparar a grande revolução que seria a passagem da sociedade tradicional para a industrial. Saint-Simon previa "uma ação que, por sua natureza, é brusca e cortante, pois esta transformação tende a modificar subitamente os hábitos intelectuais assumidos pelo espírito público" [apud Talmon, 1969: 43]. Contudo, não fica confirmado esse caráter aparentemente violento da revolução, quando Saint-Simon entra a explicitar a forma em que deverão proceder os *savants positifs* na efetivação da mesma. O papel deles é eminentemente persuasivo, não violento, devendo limitar-se a mostrar aos reis, povos, aristocracias e governos a inevitabilidade do advento do sistema industrial, cujo caráter construtivo será também explicado. Assim advirá a sociedade industrial.

Apesar do papel de liderança atribuído por Saint-Simon aos *savants positifs*, aos poucos foi reconhecendo, na segunda fase da sua obra, a necessidade de alicerçar o comportamento coletivo harmônico numa base mais ampla do que a pura ciência, a fim

de abranger os sentimentos humanos, que jogam um papel tão importante na conduta dos homens. Saint-Simon procurou, assim, forças mais profundas numa *religião vital*. Achou que o fator religioso desempenhava um papel de primeira ordem na organização social. A propósito, escrevia o filósofo: "A religião tem servido e servirá sempre como base da organização social (...). A humanidade tem atravessado crises científicas, morais e políticas, sempre que a ideologia religiosa tem experimentado algum câmbio" [cit. por Talmon, 1969: 50]. E dedicou a última parte da sua vida à procura desse embasamento religioso para a sociedade industrial.

3) Teologia da Libertação e tradição despótica.- A Teologia da Libertação, enquanto discurso teológico que pretende garantir a inserção da Igreja no mundo subdesenvolvido, ganha muita atualidade no Brasil contemporâneo, na medida em que inspira a ação político-pastoral dos setores progressistas, identificados com as comunidades eclesiais de base. Numa avaliação da problemática política e religiosa atual, é imprescindível o seu estudo.

Embora existam interpretações que, de um lado, tentam desligar a Teologia da Libertação de qualquer identidade com o marxismo e analisam-na no contexto do discurso eclesiástico, reivindicando o seu caráter soteriológico [cf. Romano, 1979], ou que, de outro lado, embora reconhecendo alguma inspiração marxista, consideram ser possível a sua permanência no seio da teologia católica, mediante alguns ajustes que limassem as arestas ideológicas [cf. Lepargneur, 1979: 122], acho que a parcela mais agressiva e representativa dos teólogos libertadores aderiu explicitamente ao marxismo. O padre e poeta nicaragüense Ernesto Cardenal expressou, com clareza, essa adesão, em entrevista concedida em 1979 à revista soviética *América Latina*, ao relatar a sua atividade guerrilheira na comunidade de monges e camponeses, no arquipélago de Solentiname, no lago da Nicarágua: "Começamos a estudar o marxismo junto com os camponeses que estavam mais integrados conosco, especialmente com os jovens. E fomos identificando com o movimento guerrilheiro da Nicarágua, com a Frente Sandinista de Libertação Nacional. E fomos descobrindo que as idéias cristãs originárias eram, em sua essência, revolucionárias, e que colocavam o problema da luta de classes,

que o mundo estava dividido entre exploradores e explorados e que os explorados triunfariam sobre os exploradores e seria estabelecida na terra uma sociedade justa. E nos identificamos, então, com a luta do Movimento de Libertação da Nicarágua, e chegamos já praticamente a pertencer a esse movimento" [Cardenal, 1979: 178].

O exemplo de radicalização da comunidade de Solentiname expressa perfeitamente o fenômeno acontecido, no decorrer das décadas de 60 e 70, ao longo da América Latina: não foram as *massas* de cristãos as que, em primeiro lugar, fizeram a opção marxista. Foram os sacerdotes. E eles levaram à radicalização, posteriormente, as suas comunidades, ensejando, assim, o surgimento de uma nova forma de clericalismo. E na radicalização dos sacerdotes pesou muito a influência da revolução cubana e da mística revolucionária por ela difundida.

Para o padre Cardenal não existe dúvida de que o cristianismo é totalmente compatível com o marxismo, e de que a expressão dessa unidade é a Teologia da Libertação: "Nesses anos (da década de 70) -- frisa -- surgiu na América Latina o movimento chamado de Teologia da Libertação. Eu e os outros membros da minha comunidade em Solentiname percebemos que não havia nenhuma incompatibilidade entre o autêntico cristianismo do Evangelho e o marxismo. A partir de então começamos nós também a pertencer a esse grupo, já muito grande na América Latina, de cristãos marxistas. Isso também influenciou na minha poesia" [Cardenal, 1979: 180].

Segundo Cardenal, quem formulou primeiro essa sintonia entre cristianismo latino-americano e revolução foi Che Guevara, ao afirmar que "quando os cristãos, na América Latina, fossem autenticamente revolucionários, a revolução seria inevitável". Sem dúvida, Guevara formulou e encarnou o modelo de mística revolucionária, sobrepondo os elementos da religiosidade popular do povo latino-americano ao arcabouço do messianismo político marxista. Para ilustrar essa afirmação, eis o trecho final da carta enviada por Che a Carlos Quijano, do semanário *Marcha* de Montevideú, em que o líder guerrilheiro sintetizava a sua visão revolucionária nestes termos:

"Nós, os socialistas, somos mais livres porque somos mais plenos; somos mais plenos pelo fato de sermos mais livres. O esqueleto da nossa liberdade completa está formado, falta a substância protéica e a roupagem; criá-los-emos. a nossa liberdade e o seu fundamento cotidiano têm cor de sangue e estão cheios de sacrifício. O nosso sacrifício é consciente; quota para pagar a liberdade que construímos. O caminho é longo e desconhecido em parte; conhecemos as nossas limitações. Faremos, nós mesmos, o homem do século XXI. Forjar-nos-emos na ação cotidiana, criando um homem novo com uma nova técnica. A personalidade joga o papel de mobilização e direção, enquanto encarna as mais altas virtudes e aspirações do povo e não se afasta do caminho. Quem abre o caminho é o grupo de vanguarda, os melhores entre os bons, o Partido. A argila fundamental da nossa obra é a juventude: nela depositamos a nossa esperança e a preparamos para receber de nossas mãos a bandeira. Se esta carta balbuciante esclarece alguma coisa, cumpriu o objetivo com que a escrevo. Receba a nossa saudação ritual, como um aperto de mãos ou um *Ave Maria Puríssima*. Pátria ou morte! [Guevara, 1977: II, 383-384].

Os comentaristas soviéticos consideravam a Teologia da Libertação como um movimento progressista inspirado no marxismo, que ajudava às revoluções democráticas na América Latina. Valentina Andrónova, da Academia de Ciências da União Soviética, frisava, por exemplo, que o aspecto essencial da mencionada Teologia é a sua inspiração no marxismo, alicerçada no pressuposto de que cristianismo e marxismo são afins. "Os teólogos -- escrevia Andrónova -- consideram que se for tomado o melhor de um e de outro, essa função poderia levar a resolver eficazmente os problemas sociais. O cristianismo é portador de valores espirituais e morais; o marxismo comporta o princípio racional que oferece solução real e prática ao problema" [Andrónova, 1980: 47].

De outro lado, as comunidades eclesiais de base eram apresentadas por Andrónova como núcleos de protesto social da Igreja progressista, que ameaçavam a estabilidade do *status quo* na medida em que punham em prática os princípios da Teologia da Libertação. A grande extensão dessas comunidades seria expressão do seu potencial político. "As estatísticas -- frisava a comentarista soviética -- podem calcular o

número das comunidades de base. Atualmente existem em cada país latino-americano, chegando a umas 150 mil. Somente no Brasil existem perto de 50 mil e abrangem um milhão de pessoas" [Andrónova, 1980: 48].

Em que pese essas considerações, os comentaristas soviéticos reconheciam, contudo, que a Teologia da Libertação não constituía uma teoria íntegra, em parte devido a que em sua elaboração participaram teólogos de formação diferente, tanto católicos quanto protestantes; a imprecisão e a confusão afetavam muitas vezes a utilização do conceito de *luta de classes* e, por último, a linguagem figurada de muitos desses teólogos terminava por confundir a claridade dos conceitos. Apesar dessas críticas, Andrónova salientava que a posição prática dos que formularam a Teologia da Libertação era cada vez mais conseqüente e mais firme, do ponto de vista da opção revolucionária [Andrónova, 1980: 46-47].

José Grigulévich, da Academia de ciências da URSS, expressou claramente o *papel instrumental* que representavam a Igreja progressista latino-americana e a Teologia da Libertação na estratégia de penetração soviética no continente: "A experiência destes quatro lustros ensina que, apesar de participar ativamente da luta popular contra as forças reacionárias, a Igreja não tem possibilidades para se converter em fator determinante do processo de mudanças na América Latina, à imagem e semelhança do Islã, que se tornou força reitora do dinamismo revolucionário iraniano (...). Isso é compreendido perfeitamente pelos comunistas que, alheios a um anti-clericalismo ostensivo, têm promovido sempre uma política de colaboração com a Igreja e os católicos em prol da paz, da democracia e das mudanças sociais indispensáveis" [Grigulévich, 1980: 31].

Podemos, a esta altura, formular uma pergunta, que surge espontaneamente do exame dessa mútua atração entre um fenômeno tão tipicamente latino-americano como a Teologia da Libertação e o marxismo: quais foram as razões histórico-culturais que fizeram do mundo ibero-americano caldo de cultura apto para que nele vingasse essa síntese de messianismo político? Tentemos, embora a grandes traços, esboçar uma resposta.

Na Península Ibérica, como também na Rússia, desenvolveu-se uma experiência de absolutismo ensejada pelo despotismo oriental. Ao passo que essa experiência deu-se na Rússia em decorrência da invasão tártara no século XIII e da influência bizantina, na Espanha e em Portugal apareceu a partir da invasão e da dominação árabes, fenômeno que se estendeu de 710 a 1490. Como acertadamente anota Alexandre Herculano na sua *História de Portugal* [1914: II, 19-20], durante todo esse período a minoria cristã, que se refugiou nas montanhas do norte, sofreu uma forte influência da cultura e dos hábitos políticos dos sarracenos, tendo esquecido os costumes medievais de desconcentração de poderes e chegando a imitar os procedimentos centralizadores dos califas. Isso era explicável pela superioridade técnica e cultural dos muçulmanos sobre a nobreza visigótica. Os príncipes herdeiros de Portugal, desde Afonso Henriques (1109-1185), foram influenciados por essa maré centralizadora e despótica.

Se de um lado é certo que os efeitos desse despotismo foram o progresso econômico e urbanístico da Hispania sarracena, de outro lado não é menos certo que essa experiência contribuiu para a difusão da cultura árabe, particularmente no que diz respeito ao papel destinado à religião, no contexto social. Esse papel, segundo mostrou Wittfogel, é claro no contexto do despotismo oriental, e consiste na utilização da variável religiosa para reforçar o poder absoluto do Estado. A respeito, escreve este autor: "Diferentemente da sociedade européia feudal, na qual a maior parte dos chefes militares (os barões feudais) não estavam ligados aos seus suseranos senão por frágeis laços e um contrato, e na qual a religião dominante era independente do governo secular, (no seio do despotismo hidráulico) a religião dominante estava estreitamente ligada ao Estado" [Wittfogel, 1977: 127].

É fora de dúvida que tanto Espanha quanto Portugal, após a expulsão dos árabes, conservaram a tendência para a utilização dos fatores culturais (entre eles, o religioso), como elementos que garantissem a estabilidade do Estado. Fidelino de Figueiredo, no seu ensaio intitulado *As duas Espanhas*, explica bem como o Império espanhol sob a dinastia

dos Áustrias, no século XVI, utilizou os fatores científico-religioso-jurídicos para consolidar um modelo absoluto de dominação.

Quanto à utilização do fator religioso, frisa Fidelino: "Entretanto, Carlos V fora eleito Imperador da Alemanha, em sucessão do seu avô, arrogara-se o título de *majestade* e simbolizara numa águia a amplitude nova e ambiciosa da sua política. Esmagada a resistência dos *comuneros*, estava fundado o Império germano-espanhol. Mas era necessário atribuir-lhe algum conteúdo espiritual, porque o que mais estreita os homens é o dinamismo propulsor duma ação em comum. As rivalidades com a França e a Inglaterra eram escopo muito limitado. Deveria ser alguma coisa de maior prestígio, e mais promotora de energias combativas. *É a reforma religiosa, explodindo, que sugere esse conteúdo unificador*: a defesa da fé católica sob a bandeira do espírito da contra-reforma que, em breve, também acharia no ambiente espanhol um dos seus instrumentos essenciais. E a velha herança romana do imperialismo sobre o alicerce de um pensamento único, nunca esquecida nos séculos medievais e avivada na Renascença, *realiza-se pelo consórcio do império espiritual do pensamento único, que era o papado, com o império militar do mando único, que era a dinastia austríaca*" [Figueiredo, 1959: 76-78].

A herança do despotismo oriental da Espanha estendeu-se à dinastia borbônica, cujo regalismo era, segundo Fidelino de Figueiredo, *mais absorvente que o dos Áustrias*, tendo chegado a realizar uma centralização absoluta [cf. Figueiredo, 1959: 112-113]. Da herança despótica oriental não fugiu Portugal que viu consolidar, sob a dinastia de Avis (1385-1580), os alicerces do Estado patrimonial [Cf. Faoro, 1958: I, 33 seg.]. A irrupção de Portugal na modernidade, obra do Marquês de Pombal (1699-1782), consolidou mais ainda a centralização de poderes no Estado, bem como a fundamentação deste na ciência e na religião oficiais [cf. Paim, 1978].

A modernização do Estado português teve, aliás, elementos comuns ao processo empreendido pela Rússia czarista. Teófilo Braga salienta que a criação do Colégio dos Nobres de Lisboa, efetivada em 1761 para garantir a formação de uma elite esclarecida que servisse à primazia e à estabilidade do Estado na sociedade, proveio do médico de

origem judaica Antônio Nunes Ribeiro Sanches, que tinha prestado serviços à Imperatriz da Rússia como conselheiro, médico e pesquisador no Colégio dos Nobres de São Petersburgo [cf. Braga, 1898: III, 350-351].

Em que pese o cientificismo professado por Pombal, o seu projeto modernizador considerava a variável religiosa como elemento essencial à consolidação política do Estado. A propósito, comenta Laerte Ramos de Carvalho: "Na defesa dos interesses da sociedade a política pombalina procurou furtar-se aos termos do dilema Sacerdócio- Império porque, pela força das condições históricas, tentou construir, de acordo com o apoio do próprio clero português, excetuados os jesuítas, a república que, dentro do espírito do absolutismo, se tornara a preocupação dos teóricos mais avançados do tempo. A religião, na mentalidade que então predominava, era o esteio da ordem civil, o tribunal que, ao resguardar a pureza da fé, resguardava, ao mesmo tempo, os interesses mais legítimos do poder temporal. O homem natural pertence tanto à religião quanto aos seus parentes e pátria: somente na união cristã, que não lisonjeia os interesses desnaturalizantes da Igreja, sem pátria e sem fronteiras, pode a sociedade civil viver e prosperar. Não se pretendia propriamente a consagração, tão no gosto do radicalismo cismontano, do aforismo - *non respublica est in ecclesia, sed ecclesia in respublica* - mas uma tentativa de conduzir, numa harmonia de interesses, conjuntamente, a República e a igreja pelo caminho do progresso material e espiritual da nação lusitana" [Carvalho, 1978: 48-49].

Os Estados surgidos na América Latina após os processos de independência das metrópoles espanhola e portuguesa, herdaram do despotismo ibérico fortes tendências centralizadoras e burocráticas, das quais formou parte a tentativa de utilizar os fatores religiosos, científicos e jurídicos como elementos da estabilidade política, num contexto absolutista. Esse centralismo burocrático, aliado à tendência a considerar o poder como instância patrimonial de quem o detém, levou à atrofia da cultura, segundo um ensaísta como o argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), que escrevia: "Um espanhol ou um americano do século XVI deve ter afirmado: *existo, logo não penso*". E considera que tal cidadão não viveria se tivesse a desgraça de pensar. Para Sarmiento, o

cerne dessa situação é o despotismo ibérico, fortemente alicerçado no elemento religioso: "Filipe II -- escreve -- é a concentração do princípio maometano-espanhol da unidade de crenças. Ele, e não o Papa, funda a Inquisição (...). Sem Maomé não haveria Inquisição na Espanha (...). O Papa conservou sem fogo a Inquisição. Porém, só na Espanha e com ex-maometanos (...) podiam ser levantados altares ao canibalismo, à aversão à velha (bruxa) que conservaram os selvagens (...)". Essa é, segundo Sarmiento, a mentalidade herdada pelos hispano-americanos. E conclui: "O terror está em nós" [cit. por Zea, 1976: 113-114].

A tendência à utilização do fator religioso manifestou-se como uma constante da cultura latino-americana, com variadas formas de clericalismo a serviço dos interesses políticos [cf. Vélez, 1978: 85 seg.]. Não estranha, assim, a tremenda força de propostas messiânico-políticas, a serviço de um projeto de dominação despótica, como a Teologia da Libertação.

Os russos compreenderam perfeitamente o valor do elemento religioso na América Latina. Herdeiros -- como nós -- de longa tradição despótica oriental, convertida, ao longo do século XX, para eles, em sistema totalitário, souberam utilizar o fator religioso como ponta de lança para a penetração soviética no continente latino-americano. E estimularam, até a queda do Império da URSS, a difusão da Teologia da Libertação.

Antes da reunião do CELAM em Medellín (1968), a Teologia da Libertação deitava raízes nos esforços de alguns padres ativistas por aderirem à dialética marxista, como instrumento-chave para a análise socio-política da realidade latino-americana. Esse esforço iniciou-se, a nível continental, após a eclosão da revolução cubana, a partir de 1960. Nesse amplo trabalho de doutrinação engajaram-se os movimentos católicos como o MIIC (Movimento Internacional de Intelectuais Católicos, que editava a revista *Vísperas* em Montevideu), a JUC (Juventude Universitária Católica que editava, com o auxílio material e intelectual do MIIC, farto material de conscientização marxista no meio universitário latino-americano), a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JOC (Juventude

Operária Católica), os Movimentos de Profissionais Católicos que, através do método da *revisão de vida*, foram conscientizados pelos sacerdotes e pela elite intelectual (representada principalmente pela liderança do MIIC) acerca da necessidade da utilização da dialética marxista como instrumento de reflexão-ação.

Essa liderança intelectual sediou-se, inicialmente, no Paraguai, no Uruguai, na Argentina e no Chile, tendo-se deslocado posteriormente para o Peru (a partir de 1972) e a Colômbia, na medida em que ia crescendo a onda repressiva no Cone Sul. No Brasil, a tendência à radicalização seria representada pelo trabalho do padre Henrique Cláudio de Lima Vaz junto à comunidade universitária, o qual, ao longo da década de 60, conseguiu formar na dialética marxista a elite que se radicalizaria na opção totalitária após 64 [cf. Paim, 1979: 118 seg.].

Nas últimas duas décadas do século XX, o foco mais ativo dessa elite intelectual radicalizada concentrou-se no norte do continente, na Colômbia, no México e na América Central. Em que pese o fato de no Brasil haver, na atualidade, boa parcela do clero e leigos influenciados pela teologia da libertação, a sua força não assumiu o grau de radicalismo que conduziu à luta armada na Colômbia, na Nicarágua, em El Salvador, na Guatemala, no México, etc. Do ponto de vista dos russos, a Teologia da Libertação foi um elemento valioso da luta no plano ideológico, toda vez que suficientemente vago em ambíguo do ângulo das propostas de governo, mas tremendamente dinâmico no sentido de motivar grandes massas de cristãos, para assumirem a revolução socialista como um compromisso heróico, deixando o comando do processo, certamente, em mãos de elementos treinados militar e politicamente. O que está acontecendo na Colômbia talvez ilustre esse efeito estratégico. Em que pese a queda do Muro de Berlim e o fracasso do Império Soviético, os guerrilheiros das FARC e do ELN conseguiram mobilizar segmentos significativos da intelectualidade a partir de uma retórica libertadora que empolgou os católicos ativistas, sendo que hoje fica clara a opção eminentemente pragmática da liderança guerrilheira sob o comando de *Tiro-Fijo*, *Raúl Reyes* e *Mono Jojoy*, tendo sido deixados de lado ou sumariamente eliminados os líderes que ainda

acreditavam numa Teologia Libertadora, após a morte do sacerdote guerrilheiro Manuel Pérez [cf. Rangel, 1999; Villamarín, 1996].

A Teologia que, na sua essência, consiste num discurso racional sobre a fé, não se compatibiliza com esse tipo de instrumentalização política, que se reduz à conquista violenta do poder para mudar as estruturas. A Teologia, como reflexão racional e sistemática sobre a fé religiosa, parte do pressuposto da aceitação da Revelação de Cristo, no caso da Teologia cristã. E o cerne dessa revelação é o seguinte: 1) Jesus-Cristo, Filho de Deus, encarnou-se, morreu e ressuscitou para salvar o homem; 2) a aceitação desse fato é graça de Deus, livremente aceita pelo homem, mas, afinal, *graça*, doação gratuita, que não é concedida a todos os homens (em outros termos, trata-se do reconhecimento da dimensão sobrenatural da fé); 3) a salvação consiste fundamentalmente no perdão dos pecados (que são pessoais e não anônimos ou coletivos) nesta vida, ou seja na conversão e na participação, após a morte, da vida eterna; 4) a salvação oferecida por Deus através de Jesus Cristo é universal, quer dizer, visa a todos os homens, os quais, mesmo que não tenham a graça da fé, podem se beneficiar dela, em virtude da sua retidão moral, quando tiverem procurado agir de acordo com a sua consciência; 5) o fato de possuir a graça da fé, produz no beneficiado obrigações morais e não privilégios: a obrigação moral básica do cristão consistirá no testemunho do amor a todos os homens. É lógico que a luta de classes apregoada pela praxe marxista nega frontalmente essa obrigação moral básica do cristão.

Bem no fundo da Teologia da Libertação encontramos uma fonte de inspiração tão antiga quanto o messianismo político que, se bem foi sistematizado no mundo moderno por Saint-Simon (1760-1825), é uma tentação tão velha quanto o próprio cristianismo. Não consistiu nisso, por acaso, o cerne das tentações sofridas por Cristo no deserto? E não foi essa, também, a pretensão que o Divino Mestre teve de combater repetidas vezes nos seus discípulos?

O projeto libertador que acalenta a Teologia da Libertação e que pretende erigir como tradição sagrada a luta revolucionária, vem ao encontro direto de outra tendência

que, originada na Rússia comunista, fez da luta revolucionária e do modelo totalitário por ela imposto, uma religião cujas divindades seriam os arautos que apregoavam a nova fórmula salvadora. A respeito, frisa Paul Blanchard [1952: 66]: "Na santa trindade da teologia do Kremlin, Marx ocupa o lugar de Deus e Stalin o do Espírito Santo. Engels é o semi-deus (...). A existência dessa deidade trinitária não é especificamente reconhecida na literatura soviética, mas forma parte definida e importante do mundo comunista (...)". Depois de Stalin, poderíamos colocar, no seu lugar, os sucessivos dirigentes, todopoderosos e despóticos do PC, até o desmantelamento da URSS [cf. Barbuy, 1977].

4) Do messianismo político ao reino da utopia: a crítica de Lima Vaz à Teologia da Libertação.- A Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé intitulada "Sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação", teve maior ressonância do que se esperava no meio clerical da esquerda. Apesar das declarações primárias de alguns arautos do segundo escalão da famigerada Teologia, figuras proeminentes do progressismo católico, como o padre jesuíta Henrique Cláudio de Lima Vaz, decidiram cerrar fileiras ao redor do documento da Sagrada Congregação, É o que se deduz do artigo intitulado "Cristianismo e pensamento utópico: a propósito da Teologia da Libertação", que Lima Vaz publicou na revista *Síntese* [Vaz, 1984: 5-19].

Para surpresa dos padres engajados nas lutas políticas, que talvez esperassem do mencionado autor um posicionamento contrário ao documento do Vaticano, Lima Vaz desanca sem misericórdia a "escolástica marxista" que empolga a Teologia da Libertação. A feição epistemológica dela consiste, para o padre jesuíta, numa vulgarização depreciativa da análise marxista. Destaquemos, apenas para registrar, a concordância entre a apreciação de Lima Vaz e a dos especialistas da Academia de Ciências da URSS (José Grigulévich e Valentina Andrónova, notadamente). Para todos eles, a Teologia da Libertação carece do rigor científico suficiente como para servir de marco epistêmico confiável, com miras à uma análise crítica e objetiva da realidade latino-americana. A utilidade da mencionada Teologia, aos olhos da *intelligentsia* do Kremlin, seria apenas de meio de agitação.

Para arrepiar o lombo do rebanho radical, eis um trecho significativo do ensaio de Lima Vaz: "A nenhum dos clérigos entre aqueles que deram os primeiros passos na rota do que veio a ser mais tarde a Teologia da Libertação, foi dada a oportunidade de levar a cabo uma análise em nível técnico da realidade latino-americana, utilizando um instrumental conceitual de categorias marxistas. Estas lhes tombaram sob os olhos prontas e acabadas na leitura de textos(...) de certo modo ritualizados, e delas resultou essa *koiné marxizante* que passou a ser a linguagem proclamada científica das suas aspirações e opções e o *shibbolet* da sua identidade intelectual. Assim sendo, é possível compreender que o vínculo denunciado pela Instrução (Instr. VII, 1, 12) entre um certo *pathos* de urgência e de eficiência e o recurso à *análise marxista*, não se estabelece com relação entre o alvo de uma realidade a ser compreendida nas suas peculiaridades e o recurso ao único instrumento conceptual que se demonstra apto a levar a cabo tal compreensão, e, sim, como relação entre a tomada de consciência (Instr. VII, 12) de uma situação de injustiça estrutural na sociedade e os resultados de uma análise desta sociedade já feita, e que se apresenta como a única científica. Esta cientificidade, porém, como observa a Instrução (Instr. VII, 4), nem é submetida às exigências demonstrativas e às contraprovas requeridas por uma epistemologia crítica nem - eis o ponto decisivo (Instr. VII, 10) - é julgada à luz da metaciência ou da filosofia implicada nas suas proposições e que deve ser, por sua vez, submetida a critérios rigorosamente teológicos (...), no caso, a critérios de uma autêntica *teologia da História*" [Vaz, 1984: 9-10].

Se faltaram aos teólogos marxizantes categorias adequadas à compreensão da problemática social, bem como o rigor epistemológico e a suficiente maturidade filosófica para julgar à luz de uma autêntica teologia da História, o rasteiro materialismo histórico que os inspirava, no entanto o defeito mais grave que encontra neles o padre Lima Vaz, é a adoção mitológica do discurso utópico, que consiste, basicamente, não na utilização heurística e criativa do conceito de luta de classes, mas na adoção cosmogônica e maniqueia deste paradigma. A respeito, frisa o levita: "(...) O que aparece em inconciliável oposição com a leitura teológica da História é a teoria (Instr. IX, 2) que eleva *o fato do conflito das classes* à condição de *princípio fundante* de um peculiar lógos

da História que, à maneira dos antigos mitos cosmogônicos, irá descrever o curso histórico como uma sociomaquia implacável travada entre as classes hipostasiadas em combatentes míticos. Na verdade, estamos aqui diante de uma espécie de teomaquia entre o bem e o mal, cuja última vicissitude, com a vitória assegurada do bem, anunciará, pela chegada ao poder da classe universal, a supressão de todas as classes e a instauração final do reino do homem - que aboca a si os predicados do Reino de Deus - sobre a terra (Instr. IX, 3-10)".

"Eis aí presente -- sentença com implacável lógica o padre Vaz -- a estrutura típica do discurso utópico, cuja homologia com o discurso mítico aparece evidente e que, do ponto de vista da teologia cristã da História, se mostra constitutivamente um discurso ateu, pois transfere para o próprio devir histórico na sua imanência o predicado divino da *aseidade* (o que existe e se explica exclusivamente a partir de si mesmo: *a se*)" [Vaz, 1984: 10]

O que caracteriza fundamentalmente o pensamento utópico, no sentir de Lima Vaz, "é o pressuposto ou o projeto de se operar, sem sair da clausura espaço-temporal, uma transformação radical do espaço e do tempo do homem - da sua história. Edificar com a matéria do espaço do mundo e com a trama do tempo empírico a cidade do homem absoluto - ou a sociedade perfeita, torre que se eleva até o céu segundo a figura mítica de Babel (Gn. 11, 1-9) - eis o desígnio titânico da utopia. Portanto, é a partir da própria imanência que se delineia o projeto de supressão radical, definitiva - e revolucionária - dessas formas de contingência da história que se exprimem nas carências, nas necessidades, nas imperfeições, nos conflitos - ou, teologicamente, no pecado inscrito nesse plúmbeo manto de injustiça que pesa sobre a condição humana - e que vão urdindo o lado obscuro do caminhar histórico. A utopia define-se, assim, como intento de negação do mundo através do paroxismo da sua afirmação ou, para usar a metáfora espacial clássica, como intento de instauração de um além do mundo na imanência absoluta do seu aquém" [Vaz, 1984: 11].

Alheio à "transascensão" ou "ascensão através de" típica da meditação crítica, o pensamento utópico, segundo Lima Vaz, reproduz as linhas fundamentais do mito e se fecha numa imanência que impede qualquer tipo de "transascensão dialética", na trilha da qual ocorreria a superação definitiva do mito na formulação das obras-mestras da filosofia clássica, com Platão e Aristóteles. O mito utópico, no sentir do padre, "(...) se propõe como demiurgia humana do futuro, na linearidade do tempo empírico que engendra contraditoriedade, por obra do homem-demiurgo, no seio da imperfeição do seu devir, a perfeição absoluta do seu fim" [Vaz, 1984: 12].

O projeto utópico negador da dimensão transcendental (dimensão que segundo o autor constitui o cerne da meditação filosófica) abarca também, no sentir de Lima Vaz, "o paradoxo de uma filosofia da utopia", que seria ilustrado hodiernamente pelo pensamento de E. Bloch, à luz do qual se chega irremediavelmente à proclamação de um "ateísmo no Cristianismo", que se explicita no momento em que Bloch estabelece o confronto entre a "estrutura utópica do pensamento de Marx" e a "teologia cristã da história".

Como se poderia formular sinteticamente esse "ateísmo no Cristianismo", alicerçado numa visão utópica? Lima Vaz sintetiza assim esse fato: "(...) a tentação utópica presente ao longo da tradição cristã apresenta-se hermeneuticamente como uma forma de leitura materialista do mistério da Encarnação (...), no sentido de que quebra, em favor da imanência, a tensão entre a Liberdade absoluta de Deus que irrompe na história e a liberdade contingente do homem assumida pelo Verbo no mistério teândrico. A politização da cristologia parece a prova mais evidente desse derivar materialista da reflexão teológica capturada nas linhas de força do pensamento utópico (...)" [Vaz, 1984: 13-14].

A tentação do pensamento utópico não é nova, aliás, no contexto da teologia cristã. O próprio padre Vaz dedicou especial atenção ao estudo do "joaquimismo" desenvolvido pelo teólogo Henri de Lubac [1979/1981], na resenha dedicada a uma das mais interessantes obras do pensador católico [Vaz, 1983: 85-87]. De outro lado, análise crítica do messianismo político foi desenvolvida por mim em alguns trabalhos em que

salientei a influência dessas idéias na mais nova forma de clericalismo ensejada na América Latina pela Teologia da Libertação [Vélez, 1982: 10-19; 1983: 31-61; 1984: 343-354; 1984: 104-153].

Para Lima Vaz não há dúvida de que o cerne do pensamento de Marx -- em que pese as repetidas exclamações de admiração do padre diante do "humanismo" e da pretendida cientificidade do escritor alemão -- se insere integralmente na trilha do utopismo messiânico joaquimiano. Marx, segundo o padre Vaz, "(...) representa a forma mais radical de joaquimismo secularizado, a expressão mais rigorosa da utopia no sentido estrito, forjando, com o poder de seu gênio, a cadeia infrangível que liga materialismo, ateísmo e utopia" [Vaz, 1984: 18]. Lembrando uma célebre página da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, Lima Vaz frisa que "(...) o reino da liberdade absoluta ou a cidade da igualdade perfeita converte-se dialeticamente no reino da absoluta servidão ou do Terror" [Vaz, 1984: 18]. O levita vai mais longe: lembra, parafraseando a Instrução do Vaticano, que "Coube ao nosso século fazer, em proporções nunca vistas, essa terrível experiência histórica (...). O projeto utópico, testemunhando a grandeza do homem, constitui-se para ele no risco supremo de perda de sua humanidade, quando acidentes históricos tornam possível o estabelecimento da *Utopia no poder*. Foram alguns desses *acidentes históricos* que fizeram crescer, na terra cruel do *Gulag*, os germes utópicos do pensamento de Marx, sufocando sua autêntica raiz humanista" [Vaz, 1984: 18].

Não poderia sair da pena do padre Vaz condenação mais rotunda do humanismo marxiano. Marx, portador dos "germes utópicos" implícitos na crença na possibilidade de instauração da racionalidade total na cidade humana, terminaria ensejando, no terreno fértil de "acidentes históricos" (que outra coisa não são do que as famigeras revoluções libertadoras de inspiração marxista-leninista), a incrível realidade da "Utopia no poder", paradigma de todos os anti-humanismo, toda vez que instauradora do regime do poder total e do terror, tão bem caracterizado na literatura política do século XX por autores como Hannah Arendt [cf. 1951] ou Karl Wittfogel [cf. 1977]. A diatribe do padre jesuíta contra o utopismo de Marx e dos marxistas corresponde, aliás, (preservadas, é certo, as regras da coerência lógica), a um *mea culpa* do autor pelo "acidente histórico" que o

compromete com a esquerda totalitária [cf. Paim, 1979 e 1982. Cf. também Löwy e García-Ruiz, 1997: 9-32].

À luz do anterior, não podemos entender como o padre Vaz chega a afirmar, na parte final do seu artigo, que "Marx tem seu lugar assegurado na grande tradição do humanismo ocidental" [Vaz, 1984: 18]. Não podemos entender, outrossim, a afirmação de Lima Vaz [1983: 7] no sentido de que "(...) o grande sopro humanista que atravessa a obra de Marx deveria bastar para elevar a sua herança bem alto sobre as baixas e irrespiráveis planícies do totalitarismo", como se este "acidente histórico" não decorresse (do ponto de vista do seu conteúdo ontológico) dos germes utópicos do messianismo marxiano. O grande pecado de Marx, a sua *hybris*, consistiu justamente no que hamletianamente o padre Vaz considera, escrevendo em tom utopista, "a sua lição mais alta", ou seja: "ler a história a partir do engendramento criador do homem por si mesmo" [Vaz, 1983: 7].

Maquiavelismos epistemológicos à parte, a análise empreendida pelo padre Lima Vaz no artigo comentado neste capítulo, oferece importantes pontos de reflexão para os que esperam coisas demais da Teologia da Libertação. Num ponto este fenômeno pode ser considerado positivo: no fato de ter ensejado análises como as que vêm aparecendo recentemente, que desmascaram o conteúdo utopista e o messianismo político da famigerada Teologia e tiram qualquer legitimidade intelectual às novas modalidades de clericalismo revolucionário, que se revelou como uma forma vulgar do mais canhestro dogmatismo.

5) Do Reino da Utopia ao Narco-Estado: os descaminhos da Teologia da Libertação.- Inserida numa perspectiva imanentista que lhe tira qualquer resquício transcendente, a Teologia da Libertação ficou ao relento no convulsionado final de milênio, frágil discurso político passível de ser cooptado pelas mudanças temporais sofridas pelas religiões civis. Se ao longo da segunda metade do século XX a mencionada Teologia se aproximou do Marxismo – Leninismo, já no final do século, notadamente após a queda do Muro em 1989, ela caiu nos braços do pragmatismo temporal em que

descambaram as ideologias salvacionistas. Perdida a mesada soviética, os novos Messias precisavam de fundamento monetário para manter vivas as suas crenças. Eis que, por uma perversa coincidência, em que se situa primeiro Fidel Castro e o general Ochoa (este último injustamente fuzilado pelo ditador cubano quando ficou evidente demais a conexão de Fidel com o Cartel de Medellín), os revolucionários barbudos abriram as portas para os dinheiros quentes dos cartéis colombianos, como forma de cobrir o rombo da ajuda do Kremlin que sumiu de uma hora para outra. O discurso de Fidel inseria-se no contexto da *Realpolitik* de Pedro o Grande: utilizar quaisquer métodos para enfraquecer o inimigo. Ora, dizia Fidel, “poremos os gringos de joelhos pelas narinas”. A droga que fartamente era oferecida pelo Cartel de Medellín seria a nova moeda revolucionária que, de um lado, contribuiria para fazer apodrecer mais rapidamente o inimigo yankee e, de outro, garantiria as divisas de que precisava a combalida economia cubana, servindo, além do mais, para financiar os movimentos revolucionários. De outro lado, perdida a ilha caribenha que os mafiosos colombianos tinham como entreposto para a droga que exportavam para os Estados Unidos (em decorrência da imprevidência de um deles, Carlos Lehder, posteriormente entregue por *don Pablo* à DEA), a ilha de Fidel seria um excelente ponto de apoio para a comercialização dos narcóticos destinados aos mercados americano e europeu.

Estava processada nos laboratórios do messianismo político cubano a estranha mistura entre Teologia da Libertação e Narcotráfico. Como o fim almejado pelos teólogos libertadores era a implantação, a qualquer preço, do socialismo marxista, seria bem vindo o narcotráfico se ele servisse para acelerar o processo revolucionário. Os teólogos libertadores passaram, em decorrência das novas premissas, a não enxergar o perigo representado pelos cartéis da coca. O próprio *don Pablo*, em Medellín, desfraldava bandeiras revolucionárias, usando um linguajar de luta de classes dos descamisados contra os oligarcas, sendo ele o líder da guerra libertadora. Não estranha, assim, que nos anos 90, a guerrilha colombiana herdeira do discurso libertador, notadamente as FARC de *Tirofijo*, essencialmente pragmáticas, tivessem se aproximado sem escrúpulos dos chefões do narcotráfico, a fim de financiar as suas atividades revolucionárias com os *dineros calientes* provenientes da exportação de cocaína para os Estados Unidos e a Europa. As FARC foram a primeira organização

guerrilheira que se dispôs a aceitar os novos financiadores. O Exército de Libertação Nacional, fundado pelo sacerdote espanhol Manuel Pérez (que se alinhou com a luta armada já na sua época de professor no Seminário Intermisional de Bogotá), viria depois. Inicialmente, os *elenos* manifestaram a sua oposição às negociações com os narcotraficantes. Mas, após a morte do *cura* Pérez, a tarefa viu-se facilitada, graças à cooptação que *Tirofijo* passou a exercer sobre os novos chefes do ELN. Consolidou-se a realidade do Cartel da Narcoguerrilha, que hoje domina o panorama colombiano [cf. Villamarín, 1996], e que estende os seus braços até o Brasil, através de Fernandinho Beira-Mar e alguns *intelectuais* do governo Lula, como frei Beto, aberto defensor do alinhamento cego do PT com Castro e com a sua estratégia revolucionária para o Continente sul-americano [Beto, 1985]. Não é de hoje, aliás, a contribuição de frei Beto e de outros assessores do Lula, no sentido de mascarar as relações entre as FARC e os cartéis da cocaína, forçando a barra para que esse grupo delinqüente não seja declarado terrorista pelo governo brasileiro.

A respeito do total alinhamento de frei Beto, um dos principais teóricos da Teologia da Libertação no Brasil, com o castrismo, escreveu recentemente Gilberto de Mello Kujawski na sua coluna no *Jornal da Tarde* de São Paulo, destacando, ao mesmo tempo, o anacronismo do assessor petista: "Pregar a revolução hoje, como fazem frei Beto e os adeptos da Teologia da Libertação, é o mesmo que pretender partir para a Guerra dos 30 Anos. Em primeiro lugar, porque vivemos num tempo em que o extremismo está cada vez mais reduzido e isolado, feito atributo, atualmente, dos terroristas e dos grupos guerrilheiros. O clima dominante hoje é o da conciliação entre os extremos (por exemplo, entre o capital e o trabalho, o masculino e o feminino, e até entre o global e o regional). Posições intolerantes como as que desgraçam o Oriente Médio, ou que determinaram a intervenção militar unilateral dos Estados Unidos no Iraque, provocam tanto escândalo porque estão na contramão da História. Em segundo lugar, a revolução ficou anacrônica em razão do seu sucessivo e sistemático fracasso. Todas as revoluções destinam-se ao insucesso, e quando não falham estrepitosamente é porque restabelecem os laços desfeitos com a ordem estabelecida, a exemplo da Revolução Francesa, ou da Revolução Chinesa que fez as pazes com o mercado. Por ocasião do Congresso da Internacional, realizado em

outubro (de 2003) nesta capital, a neta do revolucionário Zapata, Margarida Zapata, declarou que não acredita mais na luta armada (...). Frei Beto e os crentes na Teologia da Libertação insistem em apontar a Revolução Cubana como símbolo de redenção para toda a América Latina. Frei Beto atribui o regime de terror e opressão em Cuba ao *bloqueio imposto pelo governo dos Estados Unidos*, isenta Fidel Castro de responsabilidade pelas recentes execuções que revoltaram o mundo, e desculpa a omissão de Lula na defesa dos direitos humanos em sua última viagem a Cuba. Explica que Lula tratou do caso com Fidel, em caráter privado. *Dois presidentes têm o direito de abordar temas que não precisam, necessariamente, chegar ao conhecimento da mídia*. Quer dizer, o cenário próprio da política não é mais o espaço público, e sim o domínio reservado do compadrismo, dos conchavos e das confidências auriculares. Sem comentários. Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Beto, alimenta tanta fé na Revolução Cubana e no ditador caribenho, seu amigo pessoal, de quem recebe, regularmente, caixas de charutos, que faria bem em mudar seu nome para *Carlos Alberto Libânio Castro*. Ele está mais perto de Fidel Castro do que de Jesus Cristo" [Kujawski, 2003: 2].

6) Novo clericalismo e Narco-Estado.- Se o Fundamentalismo constitui, no mundo globalizado, uma das formas mais evidentes de terrorismo que amedronta as nações civilizadas, notadamente após os trágicos acontecimentos do dia 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos, o Narcoterrorismo é o tipo mais latino-americano de atentado contra o convívio democrático e o equilibrado desenvolvimento das sociedades. O Narcoterrorismo, na forma em que foi concebido e organizado por Pablo Escobar, na Colômbia dos anos 80, deflagrou uma guerra sem quartel contra todo aquele que se opusesse ao negócio da droga. Constitui uma forma extremadamente agressiva de patrimonialismo selvagem, que privatiza tudo em função da atividade criminosa. A sociedade civil, as instituições governamentais, o direito, a religião, tudo deve ser cooptado pela empresa do tráfico.

O Narcoterrorismo pressupõe uma estrutura rigorosamente piramidal do poder, estando na cúpula o chefão dos chefões, o *capo di tutti capi*. Mas, diferentemente da Máfia italiana, deixa de ser uma organização familiar, para constituir uma autêntica

empresa multinacional, com rigorosa distribuição de funções e aplicação racional dos bilhões de dólares ganhos nas múltiplas transações. O Narcoterrorismo é, outrossim, uma máquina de guerra, com exércitos a seu serviço, como testemunha o atual conflito colombiano, em que a narcoguerrilha e os paramilitares cooptaram os barões da coca e da heroína. Os subversivos passaram a financiar as suas atividades criminosas com os bilhões de dólares que lucram com o comércio de estupefacientes. Os novos chefões colombianos são os comandantes das FARC/ELN e dos paramilitares.

Para se ter uma idéia do perigo que essas organizações armadas representam na América Latina, em relação ao convívio democrático e ao desenvolvimento, lembremos que o Presidente Pastrana entregou às FARC, no início de 1999, uma área equivalente a 40 mil quilômetros quadrados, situada no centro/sul do país. A partir dessa base territorial ampla, os guerrilheiros organizaram um Estado subversivo, hoje denominado de *República das Farc*, a partir do qual passaram a deflagrar golpes violentos contra o resto do território colombiano, com a finalidade de alargar a sua área de dominação. Os serviços secretos norte-americanos realizaram um rigoroso monitoramento desse novo Narco-Estado. Parte desse trabalho de inteligência foi divulgado pelos jornalistas Steven Ambrus e Joe Contreras, da Revista *Newsweek* em 1999. Saindo da *zona de distensão* (nome eufemístico dado por Pastrana ao Narco-Estado), 3 mil guerrilheiros atacaram 13 cidades do sul do país, na fronteira com a Venezuela e com o Brasil, no final de outubro e início de novembro de 1999. A *República independente das FARC* preocupa aos assessores de política internacional norte-americana, pois se trata "de um novo Estado fora da lei, armado, perigoso e financiado com dinheiro da droga, deitando raízes no coração da América do Sul". A zona desmilitarizada, consideram os jornalistas, "converteu-se numa fortaleza a partir da qual os 15 mil guerrilheiros das FARC podem lançar ataques ao longo do país, armados com mísseis terra-ar e com milhares de fuzis de assalto recém comprados da antiga Alemanha Oriental, contando, outrossim, com a sua própria força aérea, pequena mas crescente". Segundo um general colombiano, as FARC adquiriram pelo menos oito helicópteros e fontes de inteligência informam que também compraram umas duas dúzias de mísseis terra-ar SAM-12. Essas mesmas fontes revelaram que os

guerrilheiros contrataram assessores militares da Nicarágua e El Salvador, bem como terroristas chilenos e argentinos e especialistas em explosivos iranianos. O artigo da *Newsweek* termina assim: "Com 37 pistas de pouso à sua disposição dentro da zona desmilitarizada, os rebeldes oferecem agora um serviço de correio rápido que transporta cocaína processada a qualquer lugar do país".

A empresa da narcoguerrilha produziu um efeito importante do ângulo cultural: ensejou a corrupção do messianismo político em que se alicerçava a Teologia da Libertação, aliada tradicional dos primeiros movimentos guerrilheiros de inspiração marxista. O arrazoado inicial, no entanto, foi elaborado por Fidel Castro, quando considerou que qualquer meio seria válido (inclusive o tráfico de entorpecentes), para fazer triunfar a revolução socialista e derrubar o imperialismo norte-americano. Esse raciocínio foi desenvolvido pelo Comandante já em 1982, quando autorizou os primeiros negócios entre empresas cubanas de fachada e os cartéis colombianos da coca, como deixou bem documentado o jornalista Andrés Oppenheimer, no seu clássico livro intitulado *Castro's final hour (La hora final de Castro, 1992)*, que lhe valeu o Prêmio Pulitzer.

Três importantes agentes da política exterior de Castro, o coronel Tony De La Guardia e os generais José Abrantes e Arnaldo Ochoa, foram os incumbidos de pôr em prática essa ousada política, que tinha como finalidade abrir uma importante fonte de divisas para o financiamento das atividades estratégicas de Cuba no cenário africano e no plano latino-americano, como meio de manter viva a chama revolucionária, coisa que lhe possibilitaria ao governo de Havana negociar um *status* mais importante, no novo cenário mundial que se desenhava com o declínio da União Soviética e a ascensão dos Estados Unidos ao plano de única superpotência do Planeta. Os três oficiais mencionados desenvolveram, entre 1986 e 1988, eficiente política de colaboração com os cartéis colombianos da coca, tendo os emissários cubanos se entrevistado pessoalmente, em Medellín, com o capo Pablo Escobar. A cidade de Panamá foi o ponto ideal para sediar a empresa de fachada que daria cobertura à empreitada dos narcóticos. Cubanos e colombianos poderiam circular à vontade nessa cidade e lavar os dólares das transações, sob a proteção do general

Noriega, um notório colaborador dos narcotraficantes colombianos e dos emissários do governo de Havana. O negócio passou a se concretizar da seguinte maneira: a droga era transportada de avião desde a Colômbia até Cuba, e daí era conduzida por experientes contrabandistas, em lanchas rápidas, até a Flórida, sendo despejada nas enseadas, acondicionada devidamente em sacos plásticos, para que os traficantes locais a fizessem chegar aos consumidores. O negócio ia de vento em popa até os americanos suspeitarem da empreitada e infiltrarem agentes da DEA entre os contrabandistas. Quando o governo americano estava prestes a denunciar a colaboração de Castro com o narcotráfico, o Comandante pôs fim à empresa, mandando ao *paredón* o general Ochoa e o coronel De La Guardia, como traidores à revolução cubana e narcotraficantes. Abrantes, muito próximo de Castro pelo fato de ser ministro de Estado, foi poupado inicialmente da pena de morte, tendo sido condenado à prisão e assassinado na penitenciária pouco tempo depois [Oppenheimer, 1992: 43-135].

De outro lado, don Pablo Escobar também justificou a empresa do narcotráfico como algo legítimo, em termos bastante folclóricos, com as seguintes palavras: "As drogas são o segundo negócio mais grande do mundo depois do mercado sujo das armas (que é monopólio dos países nórdicos). O petróleo apenas ocupa o terceiro lugar. Se os nórdicos podem praticar o seu negócio e ninguém vê imoralidade nisso, por que os pobres não podem fazer a sua própria *fezinha*?" [Escobar, 1990: 31].

Esses arrazoados tiveram resultados concretos. No momento em que as guerrilhas colombianas ficaram privadas do suporte financeiro que lhes era garantido por Moscou, passaram a financiar as suas atividades com extorsão e seqüestro. Isso se deu no início dos anos 90. Já no final da década estava por todos assimilada a idéia de que o narcotráfico seria aceitável como forma de garantir a sobrevivência da atividade guerrilheira. No início, foram as FARC as que primeiro se abriram aos dinheiros "calientes" da droga. Depois, o próprio Exército de Libertação Nacional aderiu a essa forma de financiamento. O certo é que, desde o começo, ambos os movimentos guerrilheiros adotaram uma posição pragmática: os fins (o estabelecimento de uma

ditadura marxista) justificam os meios (se isso não se faz com o dinheiro da antiga União Soviética, sejam bem-vindos os dólares da cocaína e da papoula).

Segundo estudo realizado pela revista colombiana *Semana* em julho de 1992, os ingressos do ELN em 1991 provinham de três atividades ilícitas: seqüestros, extorsão (praticada sobre mineradoras de ouro e de carvão, empresas exploradoras de petróleo, criadores de gado, comerciantes e industriais) e apropriação de recursos do orçamento nacional. Já os ingressos das FARC, nesse mesmo ano, provinham das seguintes práticas criminosas: seqüestros, extorsão (praticada mais ou menos sobre as mesmas vítimas do ELN) e impostos sobre o narcotráfico (mediante o pagamento dos produtores de coca e de heroína de uma porcentagem do lucro obtido com o comércio de narcóticos). Para o final da década dos noventa, tanto FARC quanto ELN passaram a montar os seus próprios cartéis da droga, como forma principal de financiamento, sem que tivessem sido abandonadas as outras práticas criminosas. Do ângulo do discurso da Teologia da Libertação, o padre-guerrilheiro Manuel Pérez abençoou, de início, qualquer prática criminosa que garantisse a sobrevivência do seu movimento guerrilheiro, o ELN, notadamente após ter recebido da empresa alemã Mannesmann (como "vacina" para que não fossem seqüestrados os funcionários dessa empresa), em 1985, 4 milhões de dólares, que tiraram do vermelho a organização guerrilheira [cf. "Mannesmann, el primer negocio", *Semana*, no. 760, dezembro de 1996]. Destaquemos um detalhe importante: a partir do final da década dos 80, as organizações guerrilheiras colombianas, que antes lutavam nas áreas mais pobres do país, passam, rapidamente, a ocupar os centros rurais mais ricos, ali onde há campos de petróleo, minas ou agroindústria mais desenvolvida. Essa foi uma decisão estratégica para compensar o corte da mesada soviética [cf. "El gran negocio de la guerrilla", *Semana*, no. 531, julho de 1992, p. 26-32].

No caso brasileiro, os arrazoados heterodoxos dos Teólogos da Libertação acomodaram-se à peculiar realidade dos movimentos contestatários do nosso país. Invariavelmente a Pastoral da Terra passou a abençoar as "apropriações compensatórias" feitas pelos Sem-Terra nas invasões costumeiras de fazendas produtivas no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Minas Gerais, em Pernambuco, etc.

Diríamos que a retórica libertadora não avançou tanto quanto a cubana ou a colombiana. Se no país vizinho os Teólogos da Libertação, como o padre Manuel Pérez, não duvidaram em abençoar os negócios escusos da guerrilha e um eventual Narco-Estado que lhes garantisse a sobrevivência, no Brasil não deixaria de acontecer isso, se a nossa realidade social se convulsionasse até o ponto de surgirem movimentos insurgentes como os das FARC e do ELN. É clara, do ângulo dos Teólogos da Libertação no Brasil, a simpatia para com os narcoguerrilheiros. Isso ficou claro em várias oportunidades, como quando da reunião do Primeiro Foro de São Paulo, lá no início dos anos oitenta, ocasião em que Dom Pedro Casaldáliga, em verdadeiro ato de liturgia libertadora, vestiu extasiado, no palco do teatro da PUC, o uniforme que um guerrilheiro centro-americano lhe presenteou na ocasião.

O negócio da morte ensejado pelo tráfico de drogas alimenta-se da cultura patrimonialista, que impediu a formação do conceito de bem público. Os Teólogos da Libertação, em que pese as evidentes contradições em que incorrem, possuem ainda grande capacidade de mobilização de massas indigentes no Brasil, como se tem observado a partir das inúmeras invasões dos Sem-Terra, guiados pela Pastoral da Terra. Não nos iludamos: os novos Teólogos (pragmáticos) da Libertação não terão nenhuma dificuldade em se acomodar a um Narco-Estado que lhes garanta a preeminência social e as benesses, numa nova forma de clericalismo a serviço da revolução movida a coca, como já aconteceu com os sacerdotes-guerrilheiros colombianos. No fundo da opção pelos *dineros calientes* está, como já foi salientado, a ética totalitária que serve de chão axiológico para as decisões dos novos messias. Na busca da realização do ideal comunista, qualquer meio é válido, até utilizar os dividendos do narcotráfico. Questões como direitos humanos não devem atrapalhar o andamento da política real. Lembremos a propósito o pedido da esposa do jornalista cubano condenado por Fidel a 20 anos de cadeia por emitir opiniões, que foi solenemente desconhecido por frei Beto no final de setembro de 2003, alegando a amizade dele com o ditador cubano. Ou as esfarrapadas razões apresentadas pelo religioso brasileiro, para não condenar o fuzilamento sumário de três jovens que pretenderam fugir da Ilha. A alegação do funcionário do PT era de que não se deveria dar palpite em briga de família. Assistimos, portanto, ao esdrúxulo casamento entre o

neo-clericalismo dos Teólogos da Libertação e a ascensão do Narco-Estado na América Latina, sendo a República das FARC a canoa furada em que embarcaram os novos messias.

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO III

ANDRÓNOVA, Valentina [1980]. "Lucha por la Teología de la Liberación". In: *América Latina*, Moscou - Academia de Ciências da URSS.. Vol. 34, no. 10: p. 47 seg.

ARENDT, Hannah [1951]. *The origins of Totalitarianism*. 1a. edição. New York: Hartcourt/Brace & Co.

BARBUY, Heraldo [1977]. *Marxismo e Religião*. 2a. Edição. São Paulo: Convívio.

BETO, Frei (Carlos Alberto Libânio Christo) [1985]. *Fidel e a religião. Conversas com Frei Beto*. São Paulo: Brasiliense.

BLANSHARD, Paul [1952]. *Communism, Democracy and Catholic Power*. London: Jonathan Cape.

BRAGA, Teófilo [1898]. *História da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Real das Ciências. Vol. III.

CARDENAL, Ernesto [1979]. "Cuando termine la lucha volveré a la poesía". In: *América Latina*. Moscou - Academia de Ciências da URSS. Vol. 22, no. 2: p. 178 seg.

CARVALHO, Laerte Ramos de [1978]. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/Edusp.

CUMERLATO, Corine e Denis ROUSSEAU [2001]. *A ilha do doutor Castro: A transição confiscada*. (Tradução de Paulo Neves). São Paulo: Peixoto Neto.

ESCOBAR, Pablo [1990]. "Los papeles de Escobar: apuntes para un libro impersonal". In: *Semana*, Bogotá, no. 426 (Julho 24 a 31 de 1990): pg. 26-32.

FAORO, Raymundo [1958]. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 1a. Edição. Porto Alegre: Globo, 2 vol.

FIGUEIREDO, Fidelino de Souza [1959]. *As duas Espanhas*. Lisboa: Guimarães.

GRIGULÉVICH, José [1980]. "La Iglesia latinoamericana en el umbral de los años 80". In: *América Latina*. Moscou - Academia de Ciências da URSS. Vol. 34, no. 10: p. 31 seg.

GUEVARA, Ernesto "Che" [1977]. *Obras Escogidas*. Madrid: Fundamentos, 2 vol.

HERCULANO, Alexandre [1914]. *História de Portugal*. Lisboa: Aillaud & Bertrand, vol. I.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello [2003]. "Anacronismo das Revoluções". In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, (edição de 21 de novembro de 2003): caderno 1, pg. 2

LEPARGNEUR, Hubert [1979]. *Teologia da Libertação*. São Paulo: Convívio.

LÖWY, Michaël e Jesús GARCÍA-RUIZ [1997]. "Les sources françaises du christianisme de la libération au Brésil". In: *Archives des Sciences Sociales des Religions*. Paris, no. 97, (janeiro-março): p. 9-32.

LUBAC, Henri de [1979]. *La Posterité Spirituelle de Joachim de Flore. I- De Joachim à Schelling*. Paris: Lethielleux-Namur. Culture et Vérité.

LUBAC, Henri de [1981]. *La Posterité Spirituelle de Joachim de Flore. II- De Saint-Simon à nos Jours*. Paris: Lethielleux-Namur. Culture et Vérité.

OPPENHEIMER, Andrés [1992]. *La hora final de Castro: La historia secreta detrás de la inminente caída del comunismo en Cuba*. (Tradução ao espanhol de Aníbal Leal). Bogotá / Buenos Aires: Javier Vergara Editor. (Prêmio Pulitzer).

PAIM, Antônio [1978] *A querela do estatismo*. 1a. edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

PAIM, Antônio [1979] (Organizador). *Liberdade Acadêmica e Opção Totalitária*. Rio de Janeiro: Artenova.

PAIM, Antônio [1982]. *A opção totalitária*. 1a. Edição. Brasília: Universidade de Brasília. 2a. Edição. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1994.

RANGEL Suárez, Alfredo [1999]. *Colômbia: Guerra en el fin de siglo*. 4a. Edição. Bogotá: Tercer Mundo/Universidad de Los Andes.

ROMANO, Roberto [1979]. *Brasil: Igreja contra Estado (crítica ao populismo católico)*. São Paulo: Kairós.

SEMANA [1992]. "El gran negocio de la guerrilla". In: *Semana*, Bogotá, no. 531 (Julho 7 a 14 de 1992): pg.26-32.

SEMANA [1996]. "El primer negocio". In: *Semana*, Bogotá, no. 760 (26 de Novembro a 2 de Dezembro de 1996): pg. 62.

SEMANA [1996]. "La conexión alemana". In: *Semana*, Bogotá, no. 760 (26 de Novembro a 2 de Dezembro de 1996): pg. 40-60.

TOCQUEVILLE, Alexis de [2003]. *Ensaio sobre a pobreza - Estudos sobre os paradoxos da pobreza e da desigualdade em países em desenvolvimento*. (Apresentação de José Osvaldo de Meira Penna; introdução de Gertrude Himmelfarb; análises críticas de André Andrade, Mário Guerreiro, Ricardo Vélez Rodríguez e Arno Wehling; tradução de Juliana Lemos). Rio de Janeiro: UniverCidade.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima [1983a]. "Resenha da obra de Henri de Lubac, *La Posterité Spirituelle de Joaquim de Flore*". In: *Síntese*, Belo Horizonte, vol. X, no. 27 (janeiro-abril): p. 85-87.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima [1983b]. "Um centenário: Karl Marx". In: *Síntese*, Belo Horizonte, vol. X, no. 27 (janeiro-abril): p. 7 seg.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima [1984]. "Cristianismo e pensamento utópico: a propósito da Teologia da Libertação". In: *Síntese*, Belo Horizonte, vol. X, no. 32 (setembro-dezembro): p. 5-19.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1978]. *Liberalismo y conservatismo en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1982]. "Teologia da Libertação e tradição despótica". In: *Convivium*, São Paulo, vol. 25, no. 1 (Janeiro/fevereiro): p. 10-19.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1983]. "Messianismo político e Teologia da Libertação". In: *Communio*, Rio de Janeiro, vol. 2, no. 12 (novembro/dezembro): p. 31-61.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1984a]. "Politischer Messianismus und Theologie der Befreiung". In: *Internationale katholische Zeitschrift Communio*, Padernborn, no. 4: p. 343-354.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1984b]. "Teologia da Libertação e Ideologia Soviética". In: *Communio*, Rio de Janeiro, vol. 3 no. 14 (março/abril): p. 104-153.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1998]. *A Democracia Liberal segundo Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Mandarim.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1999]. "François Guizot e a sua influência no Brasil". In: *Carta Mensal*. Rio de Janeiro, vol. 45, no. 536: p. 41-60.

VILLAMARÍN Pulido, Luis Alberto [1996]. *El Cartel de las FARC*. Bogotá: Edições El Faraón.

WITTFOGEL, Karl [1977]. *Le Despotisme Oriental: Étude Comparative du Pouvoir Total*. (Tradução do inglês de M. Pouteau). Paris: Minuit.

ZANCANARO, Antônio Frederico [1994]. *A corrupção político-administrativa no Brasil*. (Apresentação de Ricardo Vélez Rodríguez). São Paulo: Editora Acadêmica.

ZEVA, Leopoldo [1976]. *El pensamiento latinoamericano*. 3a. Edição. Barcelona: Ariel.

Capítulo IV – O CONFLITO COLOMBIANO: UMA GUERRA CONTRA A SOCIEDADE

A melhor forma de caracterizar o conflito que aflige aos colombianos seja talvez afirmar que é uma guerra contra a sociedade. Não se trataria, em sentido estrito, de uma guerra civil (em que uma parte da sociedade briga contra outra, ou em que a sociedade se encontra dividida em várias facções que lutam entre si). O conflito no país vizinho é protagonizado por minorias (guerrilheiros, narcotraficantes e paramilitares) que lutam entre si e contra as Forças Armadas, ficando os 40 milhões de colombianos como reféns dessa briga. Aí radica o dramatismo da situação dos nossos irmãos, no meio de uma guerra que a maioria não quer, mas que lhes tem sido imposta por minorias de fanáticos e facínoras. É evidente que as causas da guerra que hoje enfrenta a Colômbia têm raízes de longa data na história do país. Mas o sentimento dos cidadãos é o de que a guerra atual é um desastre que desabou sobre as cabeças de todos. Talvez aí, nesse fatalismo, radique uma das causas do problema. Desenvolverei neste capítulo quatro pontos: 1) estudos sobre a guerra, 2) estrutura e dinâmica do conflito, 3) a opinião pública em face da guerra e 4) saídas para o conflito e riscos para o Brasil.

1) Estudos sobre a guerra.- O conflito colombiano tem dado ensejo a volumosa bibliografia, que revela a crescente preocupação dos intelectuais e das organizações internacionais. Praticamente tem sido abordados todos os aspectos relacionados à guerra, desde as variáveis econômicas e políticas, passando pelas culturais, as jurídicas e levando em consideração, também, a repercussão internacional do fenômeno. Há até um *boom* literário dos anos noventa, no que respeita a uma nova narrativa em torno ao conflito. Um exemplo disto é o escritor Jorge Franco, cuja obra *Rosario Tijeras*, que retrata a destruição do tecido social colombiano ensejada pela narco-guerrilha, constitui hoje um *best seller*. Outros autores novos que giram ao redor da mesma temática são Lina María Pérez Gaviria (ganhadora do Prêmio Internacional de Contos "Juan Rulfo"), Miguel Ángel López (premiado pela Casa de las Américas de Cuba), Héctor Abad Faciolince (ganhador do prêmio Casa de América de Narrativa Inovadora) e Juan Felipe Robledo (ganhador do Prêmio Internacional Jaime Sabines, do México). Esse *boom* literário é acompanhado, também, por um grande surto de criatividade no plano do cinema. Apenas

para lembrar um dos diretores mais premiados (recebeu a Palma de Ouro em Cannes), citarei o nome do jovem Victor Gaviria, que dirigiu os filmes *Rodrigo D* e *La vendedora de rosas*, verdadeiras epopéias dos jovens heróis-vítimas do submundo criado pela luta armada colombiana.

No terreno dos estudos sociológicos e políticos recentes, poderia mencionar os seguintes: de Hernando Gómez Buendía (organizador) *Para dónde va Colombia?* [1999]; do general Rosso José Serrano, *Jaque mate* [1999]; de Alfonso Monsalve e Eduardo Domínguez (organizadores) *Colombia: democracia y paz* [1999]; de Hermes Tovar Pinzón, *Colombia: droga, economía, guerra y paz* [1999]; de Alfredo Rangel Suárez, *Colombia: guerra en el fin de siglo* [1999]; de Alvaro Camacho, Andrés López e Francisco Thoumi, *Las drogas: una guerra fallida* [1999]; de Francisco Javier Barreto (organizador), *La otra guerra: el derecho como continuación del conflicto y lenguaje de la paz* [1999].

A revista francesa *Problèmes d'Amérique Latine*, no número 34 do ano passado, publicou sob o sugestivo título de "Colombie: une guerre contre la société" (que inspirou a manchete deste ensaio), cinco artigos de grande atualidade: de Daniel Pécaut, "Colômbia, uma paz inatingível"; de Camilo Echandía Castilla, "A guerrilha colombiana: condições objetivas e estratégias de uma expansão"; de Fernando Cubides, "Colômbia: a violência dos paramilitares"; de Adolfo León Atehortúa Cruz, "Colômbia: o lugar do exército no conflito político armado" e de Mauricio Rubio, "Colômbia: grupos armados e justiça penal". Este ensaio alicerça-se nessa bibliografia, bem como em recentes artigos e informes da imprensa (tirados especialmente dos boletins da Agência France Presse, dos jornais *El Tiempo* e *El Espectador* de Bogotá e *El Colombiano* de Medellín, bem como das revistas *Semana*, publicada na capital colombiana, *Época*, editada em São Paulo e *América Economía*, publicada em Santiago do Chile).

2) Estrutura e dinâmica do conflito.- O conflito colombiano constitui, hoje, uma das principais preocupações estratégicas dos Estados Unidos. Segundo dados do Centro de Estudos sobre Conflitos da Universidade do Rosário (Bogotá) e do Sistema Cultural e Informativo do governo dos Estados Unidos (USIS), há quatro prioridades estratégicas

para os americanos no mundo pós-guerra fria: Colômbia (pelo risco de desestabilização continental que representa), Nigéria (pois o que suceder nesse país repercutirá no continente africano, dada a sua situação estratégica como uma das principais potências militares da área), Ucrânia (que constitui uma força nuclear cujo comportamento é incerto) e Indonésia (que é a primeira potência militar do Oceano Índico e que enfrenta sérios problemas para conservar a unidade do seu território). Não é por acaso que o governo dos Estados Unidos tenta aprovar no Congresso uma ajuda ao governo colombiano de aproximadamente 1,6 bilhão de dólares, a fim de combater a narcoguerrilha.

As estatísticas acerca do conflito colombiano são deveras assustadoras e revelam a magnitude que atingiu nos últimos dez anos. A Colômbia é hoje o país que possui, dentro das suas fronteiras, o maior número de refugiados de guerra no mundo, segundo dados fornecidos pela Consultoria para os Direitos Humanos (1.900.000 refugiados, dos quais 1.100.000 menores de idade). O conflito armado obrigou, de outro lado, a mais de 500.000 colombianos a se exilarem no exterior. Segundo dados do Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar, 2.000 menores integram as filas guerrilheiras e 3.000 foram incorporados aos grupos paramilitares. De outro lado, o conflito praticamente paralisou a economia do país. Estima-se que o crescimento para 1999 caiu para menos 5 %, ao passo que os restantes países da América Latina ficaram em 0 %, no mesmo período. Do ponto de vista da propriedade da terra, a reforma agrária está paralisada, sendo inexistente, praticamente, uma política agrícola. Tanto a onda dos grandes cartéis da cocaína, nos anos 80, quanto a guerrilha e os paramilitares, nos anos 90, produziram o fenômeno de uma maior concentração. Os grandes proprietários são hoje 13.000, ao passo que aproximadamente 500.000 medianos proprietários possuem a metade da terra registrada. Perambulam pelo país afora milhões de camponeses sem terra e sem trabalho, que constituem, obviamente, a massa de manobra de onde os guerrilheiros e paramilitares extraem as suas forças.

As organizações guerrilheiras contam na sua totalidade com aproximadamente 20.000 homens. As fontes de financiamento delas, após a derrubada do império soviético são constituídas, basicamente, pela comercialização da droga (que lhes garante um lucro

de 500 milhões de dólares anuais) e pela extorsão contra os cidadãos, principalmente mediante o seqüestro (há hoje mais de 3.400 seqüestrados, sendo a Colômbia o país campeão mundial nesse tipo de crime). A guerrilha colombiana está fortemente armada com aparelhos modernos fornecidos pela máfia russa, pelo governo sírio e por contrabandistas de El Salvador. O esquema de financiamento para a compra desses materiais bélicos conta, hoje, com a ajuda do ex-ditador da Guiana Holandesa, Dersi Bouterse. As FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) possuem hoje 15 mil homens, distribuídos em 62 frentes concentradas em 7 blocos. O ELN (Exército de Libertação Nacional) conta com aproximadamente 5.000 combatentes distribuídos em cinco blocos, que se subdividem em 32 frentes rurais e 8 urbanas.

A guerrilha colombiana deixou de ser um movimento armado idealista e restrito a algumas localidades rurais. Tornou-se uma empresa bélica pragmática e desenvolveu na última década uma clara estratégia de ocupação do território nacional, a partir da divisão do país. Os guerrilheiros das FARC tornaram-se fortes especialmente na estratégica região ocupada pela Cordilheira Oriental, que passa ao meio do país e na qual está situada a capital, Bogotá. A finalidade dessa estratégia foi dupla: em primeiro lugar, ocupar áreas altamente desenvolvidas nos vales andinos, a fim de garantir o financiamento da atividade guerrilheira mediante a chantagem e o seqüestro de industriais, comerciantes e produtores rurais ricos e remediados. Em segundo lugar, obrigar as Forças Armadas a pulverizar a sua presença. É incrível como o Exército colombiano caiu nessa cilada e hoje encontra-se espalhado em mais de 120 quartéis pelo país afora, que são facilmente atacados pelos guerrilheiros.

A guerrilha colombiana, em conseqüência, ampliou muito a sua atividade econômica e terrorista no país: dos 1.000 municípios colombianos, ela está presente em 650. Nos municípios das regiões sul e sudeste (que limitam com o Brasil, na região amazônica), os subversivos são praticamente a única autoridade que administra justiça, cobra impostos e dirige racionalmente as atividades dos produtores de cocaína e de heroína, tendo garantido o plantio da coca e da papoula, a fim de não depender da matéria prima vinda do Peru e da Bolívia e contando, ao mesmo tempo, com ampla gama de aeroportos não controlados pela Força Aérea. Isso tornou-se possível graças à entrega

pelo governo às FARC, no ano passado, de ampla área de 42.000 quilômetros quadrados, que consolidou a balkanização do país em três regiões claramente definidas e tumultuadas: o noroeste, onde dominam os paramilitares, o centro e nordeste, onde ainda tenta governar o Estado e o sul e sudeste, praticamente em mãos dos insurgentes. De outro lado, os 20.000 guerrilheiros, camponeses pobres na sua maioria, não têm de que se queixar, pois cada guerrilheiro recebe ao ano ingressos de aproximadamente 70.000 dólares, soma que equivale a 40 vezes o que ganha um colombiano médio [cf. Agence France Presse, 1997].

Ao financiamento dos guerrilheiros têm contribuído, de forma irresponsável, organizações e empresas multinacionais do primeiro mundo, que passaram a negociar diretamente com os terroristas sem levar em consideração a sua capacidade de destruição. Em relação a este ponto, deve ser dito, com todas as letras, que é uma hipocrisia sem tamanho os países desenvolvidos condenarem, nos foros internacionais, países do terceiro mundo pelo desrespeito aos direitos humanos e, ao mesmo tempo, apoiarem subrepticamente movimentos guerrilheiros que desconhecem esses direitos, só para obterem vantagens econômicas. Isso, por exemplo, ocorreu na Colômbia em 1996, quando o governo descobriu que firmas alemãs (no caso, a Mannesman), tinham dado aos guerrilheiros do ELN 4 milhões de dólares, com os quais os elenos do padre-guerrilheiro Manuel Pérez retomaram fôlego para suas ações terroristas. Isso com conhecimento do governo alemão à época [cf. "La conexión alemana", *Semana*, 1996: 40-81].

Sintetizando a estratégia política da guerrilha colombiana, escreve o cientista político Alfredo Rangel, na sua obra *Colômbia: guerra en el fin de siglo*: "No terreno político, a estratégia da guerrilha centrou-se em ocupar o poder local. Dessa forma, se concentrando no domínio dos pequenos poderes municipais, as guerrilhas resolveram a grande contradição em que se debatem atualmente e que consiste em possuir uma grande solidez econômica e uma indiscutível e crescente capacidade militar mas, ao mesmo tempo, uma imensa debilidade na sua capacidade de convocação política nacional. Isso tem sido muito positivo e tem suprido fartamente a carência de um projeto político aceitável e atrativo para as grandes massas urbanas".

As Forças Armadas colombianas contam, na atualidade, com 117.000 homens distribuídos em 5 divisões e 24 brigadas. O custo de manutenção delas corresponde a 11% do orçamento e 3,07% do PIB. O principal problema que enfrentam é o da sua estrutura arcaica, que as tem impedido de responder de forma ágil e eficaz à nova estratégia dos grupos guerrilheiros. A respeito, escreve o cientista político Adolfo León Atehortúa: "A partir de 1995, as forças armadas sofreram derrotas sucessivas em face das FARC. Esta cascata de insucessos manifesta que os militares não estão preparados para levar adiante o combate contra as guerrilhas que são capazes, por sua vez, de juntar simultaneamente numerosos efetivos em múltiplos pontos do território. A sua falta de mobilidade, a carência de equipamentos adaptados a uma guerra moderna, a falta de treinamento dos recrutas, a imprecisão das suas diretrizes, a burocratização da sua gestão, as modalidades de promoção, são outros tantos fatores que pesam na sua eficácia. Nessa situação, não é de estranhar que alguns comandantes locais não tenham encontrado outra solução que delegar aos paramilitares a tarefa de garantir o controle ou a reconquista de certas regiões". Isso se traduz, naturalmente, em freqüentes violações aos direitos humanos.

Nos municípios onde ainda não exercem o controle total, notadamente os do centro e nordeste do país, os guerrilheiros fazem gala do seu pragmatismo e da insensibilidade diante dos direitos humanos. Nessas regiões, excluídos apenas os grandes centros urbanos, os subversivos cobram 10 % do orçamento municipal. Prefeitos ou vereadores que se oponham a essa partilha são banidos ou sumariamente assassinados. O eleitorado dessas regiões passou a ser pressionado pelos guerrilheiros para que votasse, nas últimas eleições municipais, nos candidatos indicados pelas FARC ou pelo ELN. É o fenômeno que os analistas políticos têm caracterizado como "clientelismo armado" ou "salvadorização" da guerra. Exemplo dessa pressão terrorista sobre a sociedade civil, foi o bárbaro assassinato de uma fazendeira de classe média, cometido pelos guerrilheiros das FARC mediante um colar-bomba (com tecnologia aprendida da ETA), em meados de maio deste ano [cf. León 2000: 1-3].

Nas grandes cidades, a fim de que os contribuintes percebam o poder dos subversivos, são sistematicamente dinamitadas torres de energia. É assim como,

atualmente, Medellín, Cali e Bogotá sofrem racionamento elétrico. De outro lado, os subversivos organizam sistematicamente reténs nos arredores das grandes cidades, a fim de praticar as chamadas "pescas milagrosas", ou seqüestros. Ninguém sai mais nos finais de semana. O lazer consiste em as pessoas se reunirem em família, ou em ir ao cinema. Fazer turismo interno, é uma aventura que pode sair muito cara ou custar a própria vida. De outro lado, os atentados perpetrados de forma sistemática contra os oleodutos servem para alertar os políticos e a opinião pública contra planos de privatização do setor energético ou petrolífero e para cobrar das multinacionais polpudas "vacinas", que evitariam mais prejuízos. O terrorismo corriqueiro contra a cidadania é o que permite caracterizar a situação colombiana como uma guerra contra a sociedade.

Os paramilitares, por sua vez, contam com um número de aproximadamente 7.000 combatentes, concentrados especialmente na região noroeste do país, embora tenham começado a se deslocar para o centro e para o sul, a fim de se apropriar de ricas regiões hoje sob controle da guerrilha. A característica fundamental dos "paras", chefiados pelos irmãos Castanho (que assistiram ao assassinato dos seus pais pelas FARC, nos anos 80), é que constituem grupos de extermínio extremamente violentos, que têm como finalidade eliminar comunidades camponesas inteiras suspeitas de darem apoio aos guerrilheiros. As Forças Armadas têm sido acusadas, em repetidas oportunidades, de receberem a colaboração dos "paras" e hoje parece que esse tipo de relação diminuiu consideravelmente, graças à pressão internacional. De qualquer forma, a estratégia de "terra arrasada" dos paramilitares tem produzido êxodos multitudinários de camponeses que engrossam hoje as favelas de Medellín, Cali e Bogotá. No que respeita ao seu financiamento, os "paras" têm se inspirado nos métodos da guerrilha, notadamente utilizando os dinheiros "calientes" dos produtores de coca e heroína, embora na sua fase inicial tivessem recebido apoio de criadores de gado da região do Magdalena Médio.

3) A opinião pública em face da guerra.- Não há dúvida de que a opinião pública colombiana rejeita de forma decidida a violência dos guerrilheiros e dos paramilitares. A rejeição é de tal ordem, que 57 % dos entrevistados pelo jornal *El Tiempo*, no ano passado, aprovaram uma eventual intervenção das Forças Armadas americanas. Nas eleições municipais do ano passado, a grande maioria do eleitorado

pronunciou-se em favor da paz. Mas parece não haver clareza acerca dos meios que devem ser postos em prática para conseguí-la. Ou melhor: as pessoas ainda esperam uma solução miraculosa, tipo intervenção dos mocinhos.

Segundo pesquisa desenvolvida pelo matutino liberal *El Espectador* e publicada na edição de 6 de fevereiro do ano em curso, para 78 % dos entrevistados as recentes ações armadas das FARC demonstram que essa organização guerrilheira não quer a paz, e para 80 % dos entrevistados o ELN tampouco a quer. 78 % dos entrevistados considera, de outro lado, que os paramilitares também não buscam a paz. Em relação à pergunta de se o governo deveria conceder ao ELN uma zona de distensão, como fez em relação às FARC, a opinião dos entrevistados foi contrária num 72 %. Esses dados, somados à majoritária desaprovação à gestão de Pastrana (62 %, contra um 31 % que a aprova), mostram que a atual política do governo colombiano está errada e que deveria ser formulada uma nova estratégia em face das ameaças dos insurgentes e dos paramilitares.

4) Saídas para o conflito e riscos para o Brasil.- Cientistas políticos destacam que é possível reverter a situação em que a guerrilha e os paramilitares ganham espaço e acam às Forças Armadas e aos cidadãos. O primeiro passo seria o governo mudar a sua política de distensão. Haveria, teoricamente, duas alternativas: ou vencer totalmente a guerra, aniquilando as forças insurgentes, o que não seria viável, ou criar condições estratégicas para uma paz negociada, o que seria possível. O governo Pastrana não tem sabido negociar a paz. Daí a sua impopularidade. Ninguém oferece, de mão beijada, a organizações armadas que se deixaram contaminar por práticas criminosas, um monte de regalias, incluindo a zona de distensão, sem ter uma saída para tornar realidade as promessas de paz. É necessário que as Forças Armadas comecem a ganhar a guerra no terreno militar, para que os guerrilheiros e os paramilitares queiram negociar a paz, e para que a sociedade recobre a confiança nas instituições. Essa mudança estratégica implica numa profunda reformulação das Forças Armadas, desburocratizando a gestão, mudando os critérios para promoções a fim de privilegiar quem luta e não quem fica no escritório, modernizando o armamento e profissionalizando o exército, de forma a ter uma organização mais enxuta e ágil. Foi só os Estados Unidos anunciarem em janeiro deste ano a ajuda de 1,6 bilhão de dólares para o governo colombiano combater a

narcoguerrilha, e os líderes das FARC mudaram imediatamente o chocho discurso marxista-leninista, dizendo que apoiavam um modelo social-democrata e partiram em comitiva, junto com o negociador oficial, para conhecer esse *modelito* nos países escandinavos, na Espanha e na França. Cinismo guerrilheiro à parte, o fato é que um simples anúncio produziu resultados concretos.

Em segundo lugar, é necessário que a sociedade colombiana reaja, deixando de lado o fatalismo que incorporou ao longo dos últimos anos, como se já tudo estivesse entregue às baratas. Falta, a meu ver, uma bem desenhada campanha de esclarecimento à população acerca da natureza do conflito, a fim de começar o governo a ganhar a guerra também no terreno psicológico. Há resultados positivos: o primeiro, o fato de a polícia, sob o comando do general Rosso José Serrano, ter conseguido dismantelar, ao longo da década passada, os cartéis da cocaína, graças a que a organização policial foi modernizada estrutural e praticamente (como revela com detalhes o general no seu livro *Jaque mate*); o segundo, o fato de o governo colombiano ter conseguido manter funcionando o país, em condições adversas econômica e politicamente, embora de modo precário, mas de forma suficiente como para ganhar o apoio internacional.

A conclusão que podemos tirar no Brasil é a de que não pode haver tolerância com organizações que se situam à margem da lei e que tentam substituir o jogo político partidário e a prática da democracia representativa, por formas de cooptação, sejam elas quais forem. O peso da lei deve cair, sem dó, sobre todos aqueles que atentarem contra as nossas instituições livres. Mantê-las e aperfeiçoá-las é a condição necessária para a paz e a felicidade nossa e das futuras gerações.

Enganam-se redondamente os que pensam que as últimas iniciativas do MST não passam de atos de oposição ao atual governo. Os procedimentos usados pelo Movimento são estratégia de confronto, destinados a desestabilizar as instituições. Não é outra a finalidade da tomada de prédios públicos, da invasão indiscriminada de propriedades rurais (não apenas latifúndios improdutivos, mas também produtivos e até áreas de média extensão cultivadas por camponeses pacíficos), do bloqueio ao trânsito nas estradas, da intimidação aos que não concordam com as suas táticas, da aliança com os arruaceiros de

plantão (como foi observado na recente greve dos caminhoneiros), da retenção de funcionários públicos, das ameaças de bloqueio às vias que escoam os produtos do Mercosul, dos xingamentos às autoridades legitimamente constituídas, da condenação indiscriminada à política do atual governo, etc. É estratégia de confronto tudo isso, sim, inserida na finalidade mais ampla de enfraquecer as instituições democráticas, a fim de abrir caminho para confrontos mais "quentes", com a aparição de grupos armados.

Ora, não sejamos ingênuos, essa foi a estratégia que conduziu, na Colômbia, no México e no Peru, à luta armada que hoje ameaça a estabilidade da democracia nesses países. As guerrilhas, na América Latina, tornaram-se mais pragmáticas que as dos decênios anteriores (romanticamente inspiradas na figura do guerrilheiro-mártir). O que hoje acontece na Colômbia e que tenho ilustrado em vários artigos publicados no *Caderno de Sábado* e no *Caderno de Domingo* do *Jornal da Tarde*, de São Paulo, é o estágio mais adiantado do que começa a se gestar aqui no Brasil. À arruaça sistemática e macunaímica do MST e dos seus comparsas seguirá a luta armada, já confessada por alguns líderes mais afoitos, com a finalidade de tornar reféns do Movimento populações rurais situadas na periferia (como tem acontecido em El Caguán, na Colômbia, onde as FARC de Tirofijo indicam quem pode ser eleito nos pleitos municipais e regionais, aplicam justiça sumária e cobram impostos extorsivos). Aventura irresponsável que todos sabemos onde irá a parar: na desestruturação da vida democrática penosamente conquistada e na volta de novo ciclo autoritário.

Diante da ameaça que o MST apresenta hoje às instituições, não valeria a pena instaurar uma CPI correspondente, a fim de indagar de onde vêm os polpudos dinheiros que financiam o Movimento (que conta, aliás, com claqué internacional muito bem organizada, à maneira da que dá sustentação aos guerrilheiros colombianos)? O normal seria que o MST se transformasse em Partido Político, com plataforma e candidatos, a fim de que a opinião pública pudesse saber o que ele pretende e por que meios busca realizar os seus ideais de justiça social. A partir daí, o Movimento poderia legitimamente aspirar a conquistar o poder, alicerçado não na arruaça das ruas e dos campos, mas no voto do eleitorado. Mas como o Movimento não se organizou em Partido Político e diante da agressividade de confronto total encenada pelos seus líderes, a sociedade

brasileira deve saber hoje o que ele pretende. A mais democrática forma de saber as coisas a respeito é, creio, a CPI proposta.

Parcela não pequena de responsabilidade cabe aos governadores que, de modo geral, passaram a agir como espectadores das arruaças protagonizadas pelos Sem-Terra. Ora, se a lei não é obedecida nos Estados, se as suas autoridades (eleitas legitimamente para garantir a ordem pública) tornaram-se reféns do "politicamente correto", será muito difícil ao Governo Federal manter incólumes as instituições pelo Brasil afora. Isso para não falar da irresponsabilidade notória de segmentos da sociedade civil que, embalados nos sonhos populistas de um socialismo fácil, fazem o jogo dos baderneiros, querendo convencer Deus e o mundo que se trata de luta pela justiça social. Sejam claros: este é um ideal importante demais para fazé-lo naufragar nas águas turbas de um Movimento que faz pouco da inteligência dos cidadãos deste país, ao apresentar como solução para a pobreza a derrubada da ordem democrática conquistada com tantos sacrifícios.

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO IV

AGENCE FRANCE PRESSE. "Guerrilla y paramilitares se disputam las zonas más ricas de Colombia". Boletim Informativo de 03/08/97.

ATEHORTÚA, Cruz, Adolfo León. "Colombie: la place de l'Armée dans le conflit politique armé". In: *Problèmes de l'Amérique Latine*. Paris: La documentation française, no. 34 (julho-setembro de 1999): pg. 75-88.

BUSTOS, Alirio. "La guerrilla se escobariza". In: *El Tiempo*, Bogotá, 23/03/1997.

CAMACHO, Alvaro, Andrés LÓPEZ e Francisco THOUMI. *Las drogas: una guerra fallida*. Bogotá: Universidad Nacional / Tercer Mundo, 1999.

BARRETO, Francisco Javier (organizador). *La otra guerra: el derecho como continuación del conflicto y lenguaje de la paz*. Bogotá: Universidades de Los Andes e Javeriana / Plaza & Janés, 1999.

CARDONA, Uriel. "Factores internos recesivos". In: *El Colombiano*, Medellín, 24/01/2000, pg. 2B.

CLAPS, Alejandro. "Las FARC se mueven en Suecia como en su propia casa: las relaciones entre Suecia y las FARC se fortalecieron tras un secuestro". In: *El Espectador*, Bogotá, 06/02/2000, pg. 7A.

CUBIDES C., Fernando. "Colombie: la violence des paramilitaires". In: *Problèmes d'Amérique Latine*, Paris: La documentation française, no. 34 (julho-setembro de 1999): pg. 61-74.

D'ARTAGNAN. "Tirofijo manda aquí". In: *El Tiempo*, 02/02/2000, pg. 5A.

ECHANDÍA Castilla, Camilo. "La guérilla colombienne: conditions objectives et stratégies d'une expansion". In: *Problèmes d'Amérique Latine*, Paris: La documentation française, no. 34 (julho-setembro de 1999): pg. 33-60.

EL COLOMBIANO. "Las cuatro prioridades de los Estados Unidos" In: *El Colombiano*, Medellín, 20/01/2000, p. 9A.

EL ESPECTADOR. "Las dudas de la paz: opinión de los colombianos sobre el resultado del proceso". In: *El Espectador*, Bogotá, 06/02/2000, pg. 6A.

EL TIEMPO. "FARC piden vacuna a municipios de Cundinamarca". In: *El Tiempo*, Bogotá, 27/01/2000, pg. 8A.

GÓMEZ Buendía, Hernando (organizador). *Para dónde va Colombia?* Bogotá: Tercer Mundo / Colciencias, 1999.

GÓMEZ Maseri, Sergio. "Ayuda de Estados Unidos obliga a las FARC a negociar". In: *El Tiempo*, 10/02/2000.

JARAMILLO Gómez, William. "Una comedia de equivocaciones". In: *El Espectador*, Bogotá, 23/01/2000, pg. 4A.

LEÓN, Juanita. "El collar de dinamita". In: *El Tiempo*, Bogotá, 21/05/2000, pg. 1-4.

MARULANDA Vélez, Manuel (Tirofijo). "Era una opinión, no una amenaza". In: *El Colombiano*, Medellín, 03/02/2000, pg. 7A.

MERCADO, Bibiana. "Crece la niñez desplazada". In: *El Tiempo*, Bogotá, 27/01/2000, p. 2A.

MONSALVE, Alfonso e Eduardo DOMÍNGUEZ (organizadores). *Colombia: democracia y paz*. Medellín: Universidades Bolivariana e de Antioquia, 1999, 2 volumes.

OINEGUE, Eduardo. "Sem terra e sem lei". In: *Veja*, São Paulo, vol. 33, no. 19, edição 1648 (10 de maio de 2000): pg. 42-49.

PALACIO, Germán (organizador). *La irrupción del paraestado: ensayos sobre la crisis colombiana*. Bogotá: Cerec/Ilsa, 1990.

PÉCAUT, Daniel. "Colombie: une paix insaisissable". In: *Problèmes d'Amérique Latine*, Paris: La documentation française, no. 34 (julho-setembro de 1999): pg. 5-32.

RANGEL Suárez, Alfredo. *Colombia: Guerra en el fin de siglo*. Bogotá: Universidad de Los Andes / Tercer Mundo, 1999.

RUBIO, Mauricio. "Colombie: groupes armés et justice pénale". In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris: La documentation française, no. 34 (julho-setembro de 1999): pg. 89-108.

SABOGAL, Hugo. "Vivendo com o inimigo". In: *América Economía*, Santiago do Chile, no. 182 (4 de maio de 2000): pg. 24-30.

SEMANA. "Guerrilla: el campanazo". In: *Semana*, Bogotá, no. 897 (julho 12 a 19 de 1999): pg. 28-32.

SEMANA. "Historias paralelas: guerrilla y autodefensas combaten a muerte en muchas regiones del país". In: *Semana*, Bogotá, no. 897 (12 a 19 de julho de 1999): pg. 40-44.

SEMANA. "La conexión alemana". In: *Semana*, Bogotá, no. 760 (26 de novembro a 2 de dezembro de 1996): pg. 40-81.

SERRANO, Rosso José, general. *Jaque mate*. Bogotá: Norma, 1999.

SILVA, Eumano. "Colômbia: no país da guerrilha". In: *Época*, São Paulo, vol. 2, no. 64 (9 de agosto de 1999): pg. 115-120.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. "Emergencia internacional". In: *El Tiempo*, Bogotá, 30/03/97.

TOVAR Pinzón, Hermes. *Colombia: droga, economía, guerra y paz*. Bogotá: Planeta, 1999.

VELASCO, Hector Fabio (general). "El arsenal que tendría las FARC". In: *El Espectador*, Bogotá, 23/01/2000, pg. 7A.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. "A violência na América Latina: aspecto político". In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, vol. 43, no. 516 (março de 1998): pg. 41-52.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. "Colômbia: Narcotráfico e terrorismo". In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, vol. 39, no. 464 (novembro de 1993): pg. 41-50.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. "MST: confronto total". In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, 10/05/2000, pg. 2.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. "MST usa tática da guerrilha colombiana" (Entrevista concedida a José Nêumane), in: *Jornal da Tarde*, edição de 14 de maio de 2000: pg. 4A.

Capítulo V – COLÔMBIA: UMA NOVA REALIDADE¹

Este capítulo foi escrito ao ensejo da Missão Empresarial à Colômbia, realizada pela Confederação Nacional do Comércio entre 29 de julho e 3 de agosto de 2007 e que levou ao país vizinho uma delegação de 24 pessoas (15 empresários presidentes das Federações de Comércio de vários Estados e diretores da CNC, um jornalista de *O Globo*, um representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, seis técnicos do CNC – Sistema Fecomércio RJ e um representante do Conselho Técnico da CNC). A Missão, chefiada pelo vice-presidente da CNC e presidente do Fecomércio do Rio Janeiro, Orlando Santos Diniz, visitou três cidades: Bogotá, Medellín e Cartagena de Índias, tendo tido entrevistas com ministros de Estado, Conselheiros presidenciais, líderes empresariais das Câmaras de Comércio, prefeitos e ex-prefeitos, a Universidade EAFIT de Medellín e representantes dos movimentos sociais “Bogotá como vamos”, “Medellín como vamos” e “Cartagena como vamos”. Foram visitadas as principais realizações sociais do município de Medellín, nas outrora áreas mais violentas da cidade, como a Comuna *Santo Domingo* (equivalente ao “Complexo do Alemão” do Rio de Janeiro).

A Colômbia, literalmente, deu a volta por cima. Isso, após seis anos de mau desempenho econômico e social, ensejado pelo não equacionamento da problemática da segurança interna, decorrente do conflito causado pelo narcotráfico e pela atividade das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC. No final dos anos 90 e até o início de 2003, o panorama era de crescimento econômico negativo ou muito modesto, beirando o 2% anual. Mas, a partir das políticas públicas anunciadas e postas energicamente em execução pelo governo do Presidente Uribe Vélez, passou a ser contornada essa difícil situação para, progressivamente, ir-se firmando um constante crescimento econômico (o índice calculado para este ano é de 6%), que tem acompanhado à progressiva pacificação do país. Esse surto de crescimento tem permitido atender a demandas sociais urgentes, aumentadas por décadas de conflito armado.

¹ Adaptação ampliada do texto, preparado para a Confederação Nacional do Comércio, sob o título: *Como a Colômbia deu a volta por cima?* (Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, julho de 2007, 29 p.).

A finalidade precípua deste artigo consiste em informar aos leitores acerca das linhas mestras das políticas públicas hoje vigentes na Colômbia, especialmente no que tange ao equacionamento das questões de segurança. Pretende-se, outrossim, traçar um pano de fundo claro da recente história do país andino, a fim divulgar os aspectos característicos da evolução social colombiana. Busca-se, também, detalhar a colaboração dos Grêmios econômicos na concretização das soluções que hoje estão sendo postas em marcha, tanto no terreno da segurança pública, quanto no que tange ao desenvolvimento econômico e social. Pretende-se, por último, identificar os pontos mais marcantes das atuais relações econômicas, políticas e culturais entre o Brasil e a Colômbia, tanto em nível oficial (convênios e tratados), quanto no terreno das relações entre organizações do setor privado.

Serão desenvolvidos os seguintes itens: 1) Papel da economia colombiana na superação da insegurança causada pela luta armada e a criminalidade. 2) O “Plano Colômbia” - Aspectos jurídicos e políticos. 3) Empreendimentos culturais dos municípios, como meio para consolidar a pacificação. 4) O papel dos empresários. 5) O papel da Igreja. 6) Riscos e perspectivas.

1. Papel da economia colombiana na superação da insegurança causada pela luta armada e a criminalidade.

Há um ponto central que convém destacar: tanto o setor produtivo quanto o governo chegaram a um acordo, no sentido de que a melhor solução para os desafios sociais consiste em incrementar o crescimento econômico, não em formular políticas assistencialistas. Dentro desse grande consenso devem ser enquadrados os aspectos que mostraremos a seguir.

Os indicadores mostram que na Colômbia ocorre, hoje, o melhor momento para os nossos vizinhos ingressarem no caminho do desenvolvimento sustentado. O quadro geral da economia pode ser ilustrado assim: o país possui um PIB de 130 bilhões de dólares, com uma população de 42,1 milhões de habitantes, com um PIB/per capita um pouco superior a 3.000 dólares, com um comércio exterior próximo dos 50 bilhões de dólares, equivalentes a 40% do PIB, sendo que a inversão produtiva representa,

aproximadamente, 25% do PIB. Aspecto relevante da dinâmica econômica é constituído pelo fato de que os bons resultados de crescimento são acompanhados por significativas transformações estruturais, orientadas à produtividade.

No que tange ao crescimento, a taxa, para 2007, está prevista em 6%, tendo o país alcançado extraordinários 8% nos três primeiros meses deste ano. A tendência expansiva foi observada nos anos recentes (do segundo trimestre de 2003 para cá) e caracteriza-se por se alicerçar na dinâmica do mercado e não em políticas econômicas expansivas ou bonança circunstancial de determinado setor, ao contrário do que tinha acontecido em outras épocas. Esse fato é observável através da generalização do crescimento em todos os setores econômicos. De outro lado, o fenômeno apontado explica-se não apenas pelo mercado interno, mas – cada vez com maior ênfase - pela abertura da economia colombiana aos mercados externos. Outro ponto a ser destacado nesse panorama de incremento do crescimento consiste em que ele decorre, em boa medida, da inversão nacional e estrangeira, o que tem conduzido a Colômbia a se aproximar dos parâmetros internacionais, no que tange à relação entre inversão e PIB.

As transformações da economia colombiana orientam-se no sentido de melhorar as condições competitivas do país. Há um notável incremento das exportações de bens com maior valor agregado. Hoje, aproximadamente 40% das exportações industriais correspondem a bens de alta e meia tecnologia (contrastando com os 20% que representava esse segmento no início da década passada). Outra transformação importante consiste na maior competitividade interna das empresas, mediante a racionalização de custos, a melhora de serviços prestados aos clientes, o desenvolvimento de novas linhas de produção, o fortalecimento da pesquisa na procura de novos mercados e a preocupação, já apontada, em produzir bens de maior valor agregado. Aos anteriores itens somam-se estes outros: avanço na melhor gestão das empresas, incremento da capacidade de resposta às exigências do mercado, desenho de sistemas de produção mais flexíveis e uso mais intensivo da informática.

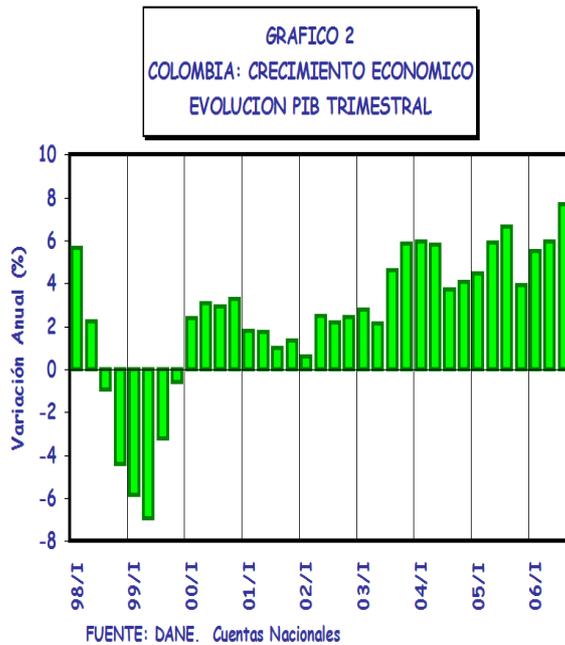
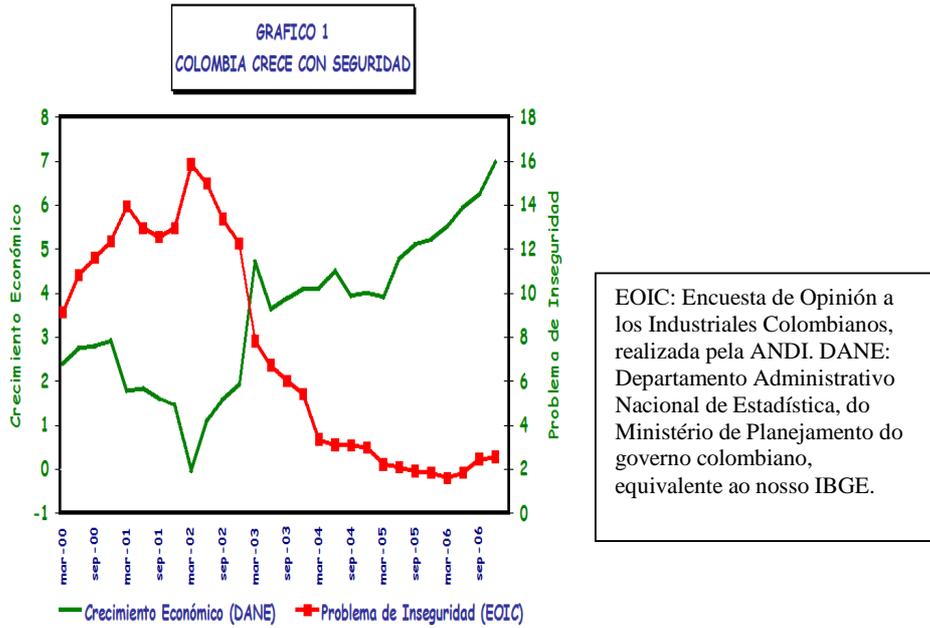
Os analistas destacam que está ocorrendo, hoje, na Colômbia, um processo de re-industrialização, consistente em adaptar o parque industrial de forma a que responda, de

modo cada vez mais eficiente, aos desafios da competitividade internacional. O crescimento, na década anterior, centrava-se no privilégio, concedido pelo Governo, ao setor da construção. Na evolução recente, são as condições de mercado e a dinâmica industrial as que puxam direta ou indiretamente as outras atividades produtivas. Essa integração exerce um papel fundamental na nova visão, de empresários e governantes, no sentido de estimular o surgimento de cadeias produtivas que ganham mais força a cada dia. A competitividade de qualquer produto é determinada pela ação conjunta de todos os setores que participam de sua produção. A boa dinâmica econômica incrementa a demanda por melhores insumos. A confiança na economia estimula o consumo de bens duráveis, de serviços financeiros e comerciais, etc. Essa dinâmica da indústria colombiana decorre, em parte, da assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos (que deve ser referendada definitivamente pelo Congresso Norte-Americano em fevereiro de 2008, tendo chegado os parlamentares mais importantes dos dois Partidos a um consenso nos aspectos fundamentais). Sem dúvida que na concretização desse panorama favorável contribuíram, em muito, a decidida ação do governo do presidente Uribe Vélez, no sentido de acelerar a negociação do Tratado com os Estados Unidos, bem como a posição favorável do empresariado colombiano.

O processo de re-industrialização está baseado na competitividade. Isso implica na formulação de medidas econômicas favoráveis a essa nova realidade. No terreno social, esse modelo oferece melhores perspectivas para a população, já que exige altos níveis de profissionalização, melhores condições de saúde, infraestrutura mais adequada e mais moderna, instituições mais eficientes, etc. Se dermos uma olhada para os índices das realizações obtidas, observaremos que o desempenho industrial é bastante sólido. A produção e as vendas totais crescem em níveis superiores ao 7%, o mercado interno tem um crescimento por cima do 5%, a utilização da capacidade instalada atingiu em 2006 um promédio de 81,1%, bem próximo do grau considerado ótimo pelos empresários (de 88%). Ora, esta variável tem aumentado constantemente a partir de 2001 (quando o índice foi de 71,5%). [Cf. ANDI, 2007].

A economia colombiana vem demonstrando excelente desempenho ao longo dos últimos anos. Em 2003, a taxa de crescimento foi de 3,9%; em 2004, foi de 4,9%; em 2005, foi de 5,2% e, em 2006, de 6,4%. Esse crescimento sustentado deve-se manter em

2007, levando em consideração que a dinâmica da economia decorre, como foi mostrado atrás, de uma adequação do sistema produtivo ao mercado no plano internacional, bem como de uma modernização dos processos produtivos, na busca de uma maior eficiência. Os quadros 1 e 2, que aparecem a seguir, mostram exatamente essa realidade.



2. O “Plano Colômbia” – Aspectos jurídicos e políticos.

A eleição do Presidente Uribe Vélez para o período 2002-2006, representou uma mudança significativa da atitude do Estado colombiano em face da guerrilha das FARC, bem como diante da violência desatada pelos narcotraficantes. O novo mandatário recebeu ampla votação, em decorrência do fato de se ter posicionado de maneira clara, com um programa de governo que fazia da luta frontal contra o crime organizado e contra os guerrilheiros, o ponto inicial da sua administração. Os colombianos chegaram à conclusão de que sem derrotar os narcotraficantes e os guerrilheiros, tornar-se-ia impossível retomar o crescimento econômico, praticamente paralisado no decorrer dos anos noventa e apresentando, no final da década, índices negativos.

A plataforma de governo de Uribe Vélez contemplava dar continuidade ao denominado “Plano Colômbia”, que tinha sido concebido no final da gestão Pastrana, mas cuja implementação foi bastante tímida nesse governo. Lembremos que, quando foi cogitada a ação internacional de apoio militar à Colômbia, no início da década de noventa, os governantes do vizinho país tentaram obter, inicialmente, apoio da Organização dos Estados Americanos. As coisas não prosperaram por esse caminho, devido ao generalizado temor dos países latino-americanos de se verem arrolados num conflito que não era deles. O governo colombiano, ainda na gestão de Andrés Pastrana viu-se, assim, obrigado a aceitar a ajuda norte-americana, que foi oferecida inicialmente pelo presidente Clinton.

Uma vez empossado, o presidente Uribe Vélez deu continuidade ao “Plano Colômbia”, de forma bastante decidida. A ajuda norte-americana (cujo montante ascendia à significativa soma de 6 bilhões de dólares) foi canalizada, inicialmente, para profissionalizar o exército colombiano, cujos efetivos, no início da década dos noventa, chegavam aproximadamente aos 117 mil homens, arregimentados sob a modalidade de recrutamento. Os analistas consideravam que para iniciar uma ofensiva significativa contra a bem armada guerrilha das FARC, que contava com 15 mil combatentes muito bem treinados por mercenários sul-africanos e irlandeses, tornava-se necessário formar um exército profissional e dota-lo de moderno armamento que lhe desse capacidade de

tomar a iniciativa, na complicada geografia dos Andes colombianos, se adiantando às ações da guerrilha. Os subversivos, a partir da zona de distensão de “El Caguán” (uma área de aproximadamente 40 mil quilômetros quadrados, no sudeste da Colômbia, mais ou menos do tamanho do Estado do Rio de Janeiro), planejavam dividir o país em dois, a fim de consolidar o seu poder na metade sul, a partir da qual poderiam conquistar as ricas zonas ocidentais e centro-orientais, onde se encontram as principais cidades e os mais importantes núcleos produtivos. Lembremos que o movimento guerrilheiro contava ainda com os cinco mil homens do Exército de Libertação Nacional, distribuídos em cinco blocos, que se subdividiam em 32 frentes rurais e oito urbanas.

Mas a situação da Colômbia, no final do governo de Pastrana, em 2002, revelava-se pior, na medida em que o que estava ocorrendo era uma balcanização do país em três áreas de influência: a comandada pelas Auto-Defesas Unidas da Colômbia-AUC (que contavam com sete mil combatentes), na parte noroeste, a controlada pelo Estado colombiano, na parte central, ao redor de Bogotá, e a área de influência guerrilheira, situada na parte sul do país. A estratégia das FARC (que, como já foi frisado, contavam com 15 mil homens, distribuídos em 62 frentes de luta concentradas em sete blocos), visava ao aumento de sua área de influência, encurralando o governo de Bogotá e entrando em atrito com os para-militares das AUC (surgidos da reação de criadores de gado ricos contra a extorsão das guerrilhas), a fim de expulsá-los de sua área de influência e consolidar, assim, o domínio dos guerrilheiros, que dariam ensejo a uma República comunista, que se situaria imediatamente sob a influência de Cuba e que já contava com a simpatia de setores importantes da imprensa internacional e de organizações políticas de esquerda, tanto na América Latina, como nos Estados Unidos e na Europa.

O desafio militar que se apresentava ao governo de Uribe Vélez não era pequeno. É verdade que durante os três governos anteriores, de César Gaviria, de Ernesto Samper Pizano e de Andrés Pastrana, tinha havido um esforço significativo de modernização da Polícia Nacional, que deu como resultado o desmonte dos dois grandes cartéis das drogas, o de Medellín, que culminou com a morte de Pablo Escobar, em 1993, e o de Cali, que se concretizou com a prisão dos principais *capos*, em meados da década

passada. Nesse esforço de modernização da Polícia Nacional, foi de capital importância a ajuda norte-americana, através da DEA, bem como a destemida e eficaz liderança do general Rosso José Serrano, pertencente aos quadros da força pública colombiana [Cf. SERRANO, 1999]. O efeito mais importante das reformas policiais consistiu em estruturar a colaboração entre prefeitos e chefes da polícia, com a finalidade de equacionar a segurança pública nas cidades.²

É importante mencionar, também, os esforços desenvolvidos, ao longo da década passada e durante os anos recentes, pelo Congresso e pelo Judiciário colombianos, no sentido de dotar ao Poder Executivo de uma legislação adequada, que lhe permitisse fazer frente aos inimigos da sociedade. No seio do Congresso houve longos debates acerca da legislação mais conveniente. Seria longo demais relatar aqui todas as medidas relativas a políticas de segurança, que foram aprovadas pelo Legislativo do país vizinho nos últimos quinze anos. Importa mencionar aqui, apenas, a mais eficaz delas, que possibilitou ao governo de Uribe Vélez fazer frente ao crime organizado, desarticulando as suas lideranças: refiro-me, especificamente, ao Tratado de Exatradção de chefes do narcotráfico, assinado entre o governo de Bogotá e o de Washington. Os principais líderes do crime organizado da Colômbia terminaram sendo acusados de tráfico internacional de drogas para os Estados Unidos, tendo sido enquadrados, assim, dentro do mencionado instituto legal. Hoje amargam longas condenas em presídios estadunidenses, não significando mais perigo para a sociedade colombiana, em geral, e para o sistema penitenciário, em particular. Imaginemos o que representaria, para o Brasil, em termos de paz nos presídios e nas nossas cidades, a vigência de uma medida parecida. Como dizia recentemente o vice-presidente da Colômbia, se Fernandinho Beira-Mar fosse prisioneiro colombiano, já estaria estudando inglês (para sempre) numa prisão federal americana, tendo sido poupados imensos recursos aos cofres da União e salvando inúmeras vidas que, ao longo da última década, foram ceifadas por ordem desse perigoso meliante.

O Judiciário da Colômbia deu também a sua valiosa contribuição, após ter sofrido

² A reforma da polícia ocorreu em três etapas: reestruturação cívica (1993), contra-reforma ensejada pela reação da cúpula policial (1995) e consolidação das mudanças ao ensejo do Plano de Segurança Democrática do governo de Uribe Vélez (2003). Cf. A propósito, CASAS DUPUY, Pablo, "Reformas y

em carne própria a violência do narcoterrorismo praticado por traficantes e guerrilheiros. Insatisfeitos com os rumos que a administração de justiça estava tomando, no sentido de um endurecimento significativo das penas para traficantes e guerrilheiros (lembramos que as FARC e os demais grupos guerrilheiros viraram cartéis de narcóticos após a derrubada do Muro de Berlim), houve uma associação entre guerrilheiros e cartéis da cocaína para deter a aplicação, pela mais alta corte de justiça da Colômbia, das medidas legais aprovadas. Foi assim como, no final de 1985, guerrilheiros e traficantes tomaram o Palácio da Justiça, em Bogotá, no sanguinolento episódio de que resultou o assassinato de praticamente toda a Corte Suprema e uma parte do Conselho de Estado. Após esse terrível golpe contra as instituições, os magistrados colombianos não se deixaram amedrontar e passaram a reformar os institutos jurídicos, com a finalidade de dar maior celeridade ao julgamento de terroristas e narcotraficantes, mediante a adoção de algumas medidas que já tinham dado bons resultados na Itália, como a instituição dos *juízes sem rosto*.

De outro lado, com a ajuda dos fundos do “Plano Colômbia” foram construídas prisões de segurança máxima, (aonde não entram celulares nem há visitas íntimas, tendo os advogados dos réus concordado em se submeterem a medidas preventivas para impedir a criminosa prática dos pombos-correio). O Presídio de Cóbbita, no Departamento de Boyacá, é um desses centros de reclusão, que certamente serve de exemplo para os países que quiserem de fato combater o crime organizado. Traficantes e líderes dos grupos armados morrem de medo diante do fato de serem presos num desses presídios de segurança máxima e, também, em face da possibilidade de serem extraditados para os Estados Unidos. Já purgam pena em presídios federais americanos alguns chefões das FARC e dos outros grupos insurgentes, em relação aos quais foi comprovada a participação em quadrilhas que exportam narcóticos.

O “Plano Colômbia” traduziu-se, no terreno da modernização das Forças Armadas, na criação da “Fuerza de Despliegue Rápido” (FUDRA), que constitui a ponta de lança do Exército na sua luta contra os guerrilheiros. É uma unidade criada em 1999 e

contrarreformas en la policía colombiana”, in: RANGEL SUÁREZ, Alfredo, (organizador), *Seguridad urbana y policía en Colombia*, Bogotá: Fundación Seguridad y Democracia, 2005, p. 1-80.

integrada inicialmente por 4.000 soldados profissionais divididos em três brigadas móveis e uma brigada de forças especiais dotadas do que de mais moderno há em armamento para luta antiguerrilha terrestre e aérea, com helicópteros Black Hawk e MI da aviação do Exército, e aviões de asa fixa de transporte e de combate da Força Aérea Colombiana. Em relação ao que significa a FUDRA no contexto das Forças Armadas colombianas, vale a pena citar a apresentação que esta força faz o Exército colombiano na sua página na Internet:

“Su misión es la de realizar operaciones ofensivas de combate contrainsurgente, en forma muy rápida en cualquier lugar del territorio colombiano donde se presente una acción de la guerrilla o de cualquier otro grupo armado ilegal en contra del pueblo colombiano o de sus fuerzas del orden. La Fuerza de Despliegue Rápido es una unidad entrenada y preparada para actuar en las selvas o los llanos, en el páramo o en el desierto, tal como lo reza su lema: *Cualquier misión, en cualquier lugar, a cualquier hora, de la mejor manera, listos para vencer*. Con esta nueva Unidad Operativa Mayor se complementa la estrategia militar operativa del Ejército y se optimizó la capacidad de reacción que ha permitido desde el momento de su creación una mayor eficiencia en los resultados operacionales, fortaleciendo de esta manera la voluntad y capacidad de lucha de nuestras Fuerzas Militares”.

A ajuda da “Fuerza de Despliegue Rápido” foi fundamental para as Forças Armadas da Colômbia começarem a reverter o panorama do conflito interno, em favor do governo. O Exército colombiano está integrado, atualmente, além da FUDRA, por sete Divisões, uma Brigada de Apoio Logístico, uma Brigada de Aviação e uma Brigada contra Narcóticos, constituindo, atualmente, a força terrestre melhor treinada na América Latina na luta contrainsurgente. A experiência colombiana já começa a se tornar presente no terreno internacional. Nos campos do Afeganistão os oficiais colombianos ajudam, hoje, no treinamento das forças afegãs. O “Plano Colômbia” garantiu a cobertura do espaço aéreo do país com uma rede de proteção satelital que contou, evidentemente, com o auxílio técnico norte-americano. Com sede no sul do país, na região conhecida como “Três Esquinas”, o Exército começou a monitorar, via satélite, os movimentos das FARC, a fim de se antecipar, mediante o envio da FUDRA, aos lugares aonde se dirigissem os

insurgentes, evitando o desfecho de golpes que surpreendessem as Forças Armadas e a população civil. Foi assim como, a partir de 2003, a guerra começou a pender favoravelmente para as forças da ordem. A estratégia do governo de Uribe Vélez consistiu em dar golpes fortes nos guerrilheiros das FARC, a fim de obriga-los a negociar, como, aliás, já fizeram outros grupos insurgentes menores (Exército de Liberação Nacional – ELN, por exemplo). O panorama que se desenha para um futuro próximo é o de uma negociação em que os guerrilheiros que não tenham cometido crimes de lesa humanidade terminarão aceitando as condições de reinserção na vida civil propostas pelo governo.

Com a finalidade de absorver os elementos provenientes da guerrilha e das autodefesas que depuseram as armas, bem como para desinchar as cidades que na última década foram literalmente invadidas pelo exército deslocados pela guerra, (que, em 2000, chegavam ao número de 1.900.000 refugiados), o governo de Uribe Vélez elaborou, com assessoria das Universidades EAFIT, de Medellín, e de Los Andes, de Bogotá, ousado plano de desenvolvimento agrário, o denominado “Proyecto Vichada”, que se concretizará na região que leva este nome, na parte sudeste do país, entre os territórios de Meta, Guaviare, Guainía e Casanare, perto das fronteiras com o Brasil e a Venezuela, na bacia do Rio Orenoco. O mencionado projeto, orçado em 235 milhões de dólares e que conta com o apoio das Nações Unidas, visa a ocupar produtivamente 6,3 milhões de hectares do Vichada e parte do Departamento de Meta.

O Projeto em apreço busca o desenvolvimento sustentado da área, mediante o reflorestamento com espécies autóctones e a exploração agrícola, visando à recuperação dos recursos hídricos bem como à produção de biodiesel, a partir de plantas nativas como a palma africana, o pinho caribe, o marañón e o jatropha. Seriam montadas indústrias não contaminantes que venderiam créditos de carbono a produtores europeus e norte-americanos que se somassem ao Projeto. A iniciativa do governo colombiano centralizar-se-á na fundação de uma nova cidade, uma espécie de “capital ecológica” que levará o nome de “Marandúa” e que, com 60 mil habitantes, terá a capacidade de gerar 12 mil empregos. A proposta de Uribe Vélez já conta com apoio do Brasil (através de empréstimo concedido pelo BNDS) e de multinacionais como o Morgan Chase, Cargill,

Acciona, etc.

Um último aspecto a ser lembrado na política de pacificação de Uribe Vélez. Foi adotado o modelo brasileiro do “Bolsa Escola”, a fim de tirar da pobreza os 10 milhões de colombianos mais pobres. A experiência colombiana completou de forma admirável os propósitos da iniciativa brasileira. Foram efetivamente cadastradas todas essas pessoas, mediante o auxílio da computação (cada monitor do programa cataloga, no seu *palm*, 100 famílias, que são monitoradas uma vez a cada mês). Para a família se tornar beneficiária da continuidade do programa, deve preencher 54 condições, que são rigorosamente testadas pelos respectivos monitores. O dinheiro é depositado na conta da mulher responsável de cada família. Quem não se adaptar – e esses casos são a minoria – sai do sistema de auxílio. Os itens obrigatórios vão desde enviar as crianças todos os dias à escola, ter em dia as vacinas, até (o adulto chefe de família) freqüentar algum curso ou atividade de capacitação. O programa está desenhado para durar quatro anos. A finalidade é estimular a saída dessas pessoas da linha de pobreza. Algo muito diferente do assistencialismo fácil que não exige nada dos beneficiários, tornando-os simples dependentes do favor oficial. Impressionaram aos membros da Missão a clareza conceitual e as respostas do Alto Conselheiro Presidencial para Ação Social, Luis Alfonso Hoyos Aristizábal, sob cuja responsabilidade está este programa.

3) Empreendimentos culturais dos municípios, como meio para consolidar a pacificação.

O governo de Uribe Vélez enfrentou sérias restrições dos países europeus ao se acolher ao “Plano Colômbia”. No entanto, a posição dos governantes colombianos terminou gerando, no terreno internacional, um “círculo virtuoso” de políticas públicas inteligentes, na área social, ao deixar claro, para a opinião pública mundial, que as políticas adotadas não pretendiam a repressão pura e simples contra os narcotraficantes, os paramilitares e as guerrilhas, mas que buscavam, ao mesmo tempo, equacionar a aguda problemática humanitária, com ações que não acabassem no assistencialismo de curto prazo, mas que integrassem as populações carentes ao ciclo do desenvolvimento e da

participação cidadã.

Os governos municipais das cidades mais atingidas pela violência (Bogotá, Medellín, Cali, Cartagena e outras), partiram para a realização de políticas públicas preventivas da violência, na área cultural. Há uma nova geração de governantes municipais, que mal ultrapassa a casa dos 35 anos, a maior parte deles não filiados aos partidos tradicionais. Em Bogotá foram criadas cinco grandes bibliotecas populares, nas regiões mais violentas da cidade. Os índices de criminalidade caíram visivelmente ao longo dos últimos seis anos. Essa grandiosa obra contou com o apoio do Banco Mundial e do BID. A Biblioteca Virgílio Barco, no parque El Salitre, em Bogotá, por exemplo, é uma verdadeira instituição de democratização da cultura. O prédio, do tamanho do Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, foi encomendado ao grande arquiteto colombiano Rogelio Salmona, que realizou um arrojado projeto inspirado na arquitetura colonial espanhola. A Biblioteca El Salitre, servida pelo sistema de ônibus integrado (Transmilenio), pode atender, de graça, em qualquer dia da semana, mas especialmente aos domingos e feriados, mais de cinco mil pessoas. Há belíssimas salas de leitura, além de brinquedotecas para as crianças, salas de multimídia, grande espaço reservado aos serviços de internet banda larga, lanchonete, restaurante, tudo num grande campo verde onde as pessoas mais pobres podem ter lazer de qualidade (com lago para barcas, alamedas para passear e quadras de esporte emolduradas pela bela paisagem do altiplano andino). Isso num país mais pobre que o Brasil.

Nas últimas semanas de março de 2007, os governadores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais viajaram à Colômbia, a fim de observar a forma em que as autoridades do vizinho país estão ganhando a guerra contra a criminalidade, notadamente a de menores. (Recordemos que em Medellín, cidade rudemente castigada pela violência das gangues de jovens a serviço do narcotráfico, das milícias ou da guerrilha, havia perto de quinhentas dessas organizações criminosas no final dos anos 80). Empolgado com os resultados observados, o governador do Rio fez declarações à imprensa, no sentido de que poria em execução políticas públicas semelhantes às adotadas no país andino, especialmente no que diz relação ao transporte massivo em áreas faveladas. Ele ficou empolgado, e com razão, com o sistema de *metro cable*, um bondinho (com tecnologia

francesa) que comunica as áreas mais carentes das comunas (ou comunidades faveladas) do oriente da cidade, com o belo e moderno metrô que serve a Medellín. Vale a pena lembrar o que os governantes locais, com apoio do Governador do Departamento de Antioquia e do Governo Nacional, conseguiram em termos de democratização da cultura, de forma semelhante ao que foi realizado em Bogotá.

O prefeito de Medellín, Sergio Fajardo (um jovem professor universitário que nunca tinha participado em política partidária) fez da educação o centro da sua gestão. Sob o princípio de “Medellín, la (ciudad) más educada” dirige obstinadamente a administração, a fim de criar uma rede de ensino de primeiro mundo no seu município. É evidente a preocupação do prefeito para dotar a cidade de parques e jardins em todos os bairros, a fim de que a população possa desfrutar da cidade como do seu melhor espaço. Uma das regiões mais deprimidas de Medellín, o Jardim Botânico (que ficava vizinho à zona de prostituição, no lugar conhecido como “Lovaina” e “La curva del bosque”, onde há dez anos era corriqueiro encontrar cadáveres desovados pelos traficantes e guerrilheiros), tornou-se, hoje, cartão postal de Medellín. Foi criado um belíssimo espaço onde acontece a féria das flores e a exposição nacional de orquídeas. Convênio entre a administração do Jardim Botânico e as escolas do município, permite às crianças conhecer as espécies de plantas nativas e terem as suas aulas de ciências naturais ao ar livre.

Já foram postas em serviço, em Medellín, as três primeiras Bibliotecas Populares. No decorrer deste ano, serão inauguradas outras duas. Parece que o governo desta cidade não mede esforços financeiros para bancar essas obras de grande envergadura. É uma aposta política decidida: combater a violência com a efetiva democratização da cultura. Essas obras são financiadas mediante Parcerias entre os Governos Departamental, Nacional e Municipal, com empresas nacionais e ajuda de governos estrangeiros (o da Espanha, principalmente). Há também, como no caso de Bogotá, contrapartidas do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Artistas de renome, como Fernando Botero, têm dado uma contribuição inestimável: o grande pintor colombiano doou, há cinco anos, um museu inteiro, repleto com as suas obras, à cidade de Medellín. É o famoso Museu Botero, que funciona num belo prédio público, *art déco*, que durante

décadas serviu de sede à prefeitura municipal. Diríamos, portanto, que a decisão de combater a violência com cultura, é uma opção da sociedade colombiana, não apenas do governo.

A primeira grande biblioteca, em Medellín (nos moldes da Virgílio Barco de Bogotá), foi inaugurada há sete meses. Fica situada no bairro San Javier (na região ocidental da cidade), incrustado na perigosíssima “Comuna 13” (núcleo de bairros de classe média e popular, bem como de incontáveis favelas, algo assim como o “Conjunto da Rocinha”, no Rio), onde, há seis anos atrás, as forças armadas e a polícia travaram uma batalha que durou várias semanas, até que expulsaram as milícias das FARC, bem como os paramilitares, que se tinham infiltrado e que aterrorizavam a população.

Testemunhos dos moradores do bairro San Javier, em Medellín, registram que as comunidades situadas nos arredores do Centro Cultural mudaram os hábitos de lazer, no sentido de abrir espaço para atividades do espírito (apreciação musical, teatro, cinema, concertos de música clássica, leitura, oficinas de criação literária, etc.). Já as estatísticas policiais mostram que houve uma forte queda nas taxas de criminalidade, não apenas por força do policiamento ostensivo e porque foram presos os líderes das gangues urbanas, mas também porque os jovens encontram um espaço bem atendido para desenvolver a sua curiosidade intelectual.

No final de fevereiro foi inaugurada, em Medellín, a segunda Biblioteca Popular, nos moldes da Virgílio Barco de Bogotá. Trata-se da Biblioteca e do Centro Cultural e Esportivo de La Ladera, construídos onde antes havia uma penitenciária, desativada na década de 70 do século passado. As reações dos moradores dos bairros beneficiados pela nova biblioteca são semelhantes às que tiveram os vizinhos da biblioteca San Javier: sentem-se orgulhosos por terem conquistado um espaço comunitário amplo e bonito, que possam freqüentar com as suas famílias, ao longo da semana e nos feriados.

Acaba de ser colocada em serviço a terceira grande obra, o Parque Biblioteca Espanha, situada, como as outras duas, numa área pobre, o bairro Santo Domingo, outrora controlado pelas FARC. Os Reis da Espanha inauguraram essa magnífica Biblioteca, que constitui uma verdadeira jóia arquitetônica. A Missão Empresarial teve a

oportunidade de visitar essa grandiosa obra. Impressiona a limpeza das instalações, o caráter moderno das mesmas (dotadas do que de mais avançado há em computação, com terminais de banda larga para os leitores, que são em sua maioria crianças do bairro, bem como mães de família que comparecem à bem sortida brinquedoteca para acompanhar os filhos menores). Os membros da Missão ficaram impressionados e comovidos ao observar a alegria das crianças na saída do colégio, todas bem uniformizadas e com expressão de satisfação pela qualidade da educação que recebem.

O sistema de bibliotecas de todas estas comunidades está integrado, em Medellín, à Biblioteca Pública Piloto, que possui uma base de dados completa acerca dos acervos das 38 bibliotecas populares da cidade, de forma a melhor servir às comunidades, mediante um sistema eficiente de empréstimo de livros entre as várias unidades. Cada morador pode levar, para consulta, até três obras. Impressionou aos membros da Missão, outrossim, observar as crianças em idade escolar, fazendo os seus deveres na Biblioteca Pública do bairro, com a ajuda dos bibliotecários e dos monitores.

Uma última observação em relação às políticas culturais. As Universidades colombianas estão definitivamente engajadas na discussão das propostas efetivadas pelos governos nacional, departamentais e municipais, em face da procura da paz e do desenvolvimento econômico. As publicações das pesquisas realizadas são hoje leitura obrigatória, nos centros de estudos internacionais pelo mundo afora. Basta dar uma olhada na prateleira de uma grande livraria como a Leonardo da Vinci, no Rio de Janeiro, para ver que, dentre as publicações internacionais relativas a esses assuntos, sobressaem as edições de obras colombianas, ao lado dos trabalhos de estudiosos norte-americanos e europeus. Hoje os principais centros de estudos sobre as questões da paz e da construção da sociedade civil nas cidades são constituídos pelas seguintes Universidades: Nacional da Colômbia (Bogotá e Medellín), Javeriana (Bogotá, Medellín e Cali), Externado (Bogotá), de Los Andes (Bogotá), de Antioquia (Medellín), Bolivariana (Medellín), EAFIT (Medellín e Pereira) e El Rosário (Bogotá). Vale a pena mencionar, outrossim, o avanço que a Colômbia tem experimentado, ao longo dos últimos cinco anos, no que tange à estruturação do ensino à distância, na modalidade *on line* (de cursos de graduação e de pós-graduação). Exemplo dessa nova realidade é a Universidade Católica del Norte,

sediada em Santa Rosa de Osos (Antioquia), que constitui um centro equiparável aos de melhor nível a escala mundial, nessa forma de ensino, que constitui uma verdadeira revolução no que tange à democratização do conhecimento.

Podemos tirar algumas conclusões em relação a estas realizações dos governos de Bogotá e Medellín, não nos circunscrevendo apenas à questão da democratização da cultura, mas colocando este item no contexto, mais amplo, da construção de um ambiente de estímulo ao trabalho, à produtividade e à segurança cidadã, que pressupõe o combate ao crime organizado:

a) É necessário enfrentar com coragem a violência praticada pelos criminosos, nas nossas cidades, inclusive a efetivada por menores, de forma a punir quem efetivamente cometeu crimes. Para isso, torna-se imperativo revisar a velha legislação, que não se adapta mais às agressivas condições das sociedades contemporâneas. Em Medellín e em Bogotá, a criminalidade de menores foi rigorosamente atacada, segregando do convívio social as lideranças mais perigosas. Os padres salesianos estão dando uma ajuda preciosa aos governos municipais, com a manutenção dos seus “talleres” (oficinas), que recuperam e capacitam jovens infratores.³

b) Como a violência, nos nossos países, não se circunscreve apenas à criminalidade dos menores, mas encontra-se inserida no círculo maior da criminalidade ensejada pelo narcotráfico e outras modalidades de crime organizado, é necessário passar à opinião pública, por parte das autoridades, a sensação de que a lei é aplicada com rigor e que abarca, sem exceções, a todos os cidadãos. Os ex-prefeitos de Bogotá, Antanas Mockus e Enrique Peñalosa, bem como o atual prefeito de Medellín, Sergio Fajardo, deram aos membros da Missão Empresarial um testemunho muito objetivo da forma em que agiram para colocar término às ações criminosas. Escolheram, de entrada, no início das suas gestões, os lugares mais conturbados das respectivas cidades, a fim de expulsar deles os traficantes e os contatos que os guerrilheiros e as autodefesas tinham ali inserido. Em Bogotá foram ocupados, em operativos eficientes da Força Pública e do Exército, os

³ É importante destacar que, tanto a Constituição de 1991 como as reformas dos corpos policiais efetivadas entre 1993 e 2003, atribuem aos Prefeitos (Alcaldes) as responsabilidades de preservação da ordem pública nos seus municípios, sendo eles os chefes naturais da Polícia Nacional nas suas circunscrições.

perigosos enclaves de “El Cartucho”⁴ e de “San Victorino”. Os meliantes foram colocados atrás das grades e os guerrilheiros que opuseram resistência foram mortos. Uma vez desarmados esses lugares, procedeu-se à ocupação cívica, mediante a construção das bibliotecas, de colégios e dos parques recreativos. Algo igual aconteceu na perigosa “Comuna 13” de Medellín. Um dado interessante foi ressaltado pelos administradores públicos entrevistados: todas as obras de caráter social passaram a ser executadas em tempo recorde, com prazo de até 120 dias, com a finalidade de que as comunidades percebessem que a presença do Estado veio rapidamente para ficar. Junto com as Bibliotecas e os Parques recreativos, foram instaladas cabines permanentes da Polícia Nacional em todas essas localidades. No plano nacional, um dos pontos-chave da administração do presidente Uribe tem sido a preocupação com tornar presente e operativa a Polícia Nacional em 100% dos municípios colombianos. Até o início da gestão do atual presidente, a polícia estava ausente de, pelo menos, 40% dos municípios colombianos, dando à população a grave sensação de abandono por parte do Estado.

c) Paralelamente à ocupação do espaço público pela cultura, pela educação e pela polícia, em todas as comunas mais pobres de Medellín foram instaladas agências do Mega-Banco, um banco popular financiado pela municipalidade e pelos empresários, que tem como finalidade estimular o surgimento da pequena empresa entre os habitantes dessas localidades. Os empréstimos, de forma rápida, são aprovados com juros brandos (de 11% ao ano). O sucesso desse empreendimento é evidente: no conjunto Santo Domingo são visíveis os pequenos comércios, bem como a satisfação das pessoas. Os membros da Missão tiveram oportunidade de dialogar longamente com os habitantes desses bairros e de constatar a firmeza das ações empreendidas pela iniciativa privada e pelo poder público.

d) Nos lugares mais ermos foram feitas obras de infra-estrutura, a fim de garantir o fácil acesso das comunidades ao sistema de transporte público. O caso mais marcante, neste item, é o do *metrocable*, um bondinho com tecnologia francesa que

⁴ A partir de “El Cartucho”, vizinho do Palácio Presidencial, no centro de Bogotá, os guerrilheiros das FARC dispararam morteiros contra o Presidente Uribe Vélez, no dia de sua posse, em 7 de agosto de 2002. Esse lugar era um perigoso enclave de guerrilheiros e narcotraficantes, aonde a polícia não entrava, como acontece em não poucos lugares das nossas grandes cidades.

transporta rapidamente os habitantes do conjunto Santo Domingo, do alto do morro até a estação mais próxima do metrô, num percurso de 4 quilômetros. Os membros da Missão tiveram oportunidade de viajar nesse veículo limpo e ágil. O preço das passagens é cobrado, dos moradores, de forma a não onera-los demais. Existe um preço subsidiado das passagens para esse trecho do percurso. O *metro cable* começa a funcionar às 4 horas da manhã, a fim de que os primeiros passageiros possam tomar o metrô, que inicia atividades às 4:30. O período de funcionamento estende-se até 11 horas da noite. Lembremos que esta obra foi bancada integralmente pelo município de Medellín, mediante o sistema de Parcerias Público Privadas, com a colaboração dos empresários locais.

e) Deve ser revisada a legislação em torno à progressão penal. Assassinos não podem ser libertados antes de terem cumprido a totalidade da pena. É um acinte, para a sociedade, ver criminosos que estupraram e mataram, serem libertos após cumprirem 1/6 da pena. Essa legislação precisa ser mudada. Não fazê-lo é desacreditar todo o edifício da lei e da governabilidade. A adoção de um regime prisional eficaz, que torne os criminosos de alto nível praticamente incomunicáveis, é necessária. É evidente o conforto que a sociedade colombiana experimenta, após a adoção de uma legislação penal mais rigorosa.

f) É imperativa a adequada preparação das forças policiais, a fim de que possam enfrentar, com inteligência e armamento moderno, o crime organizado e prender os grandes chefes. Sem fazer isso, qualquer ação social é fadada ao fracasso. Deve-se discutir, com clareza e abrangendo as forças vivas da sociedade, o papel das Forças Armadas em face desse novo desafio. Hoje, na Colômbia, está claro que, quando o crime organizado põe em perigo as instituições (como no caso do narcoterrorismo), é dever das Forças Armadas intervir, a fim de dar apoio às forças policiais, as quais, por sua vez, possuem unidades especializadas no combate ao crime de grandes proporções.

g) Por último, os governantes devem entender que investimento em educação e cultura é algo diretamente relacionado com a procura da paz. Deveriam ser visados amplos projetos de criação de centros de cultura e lazer nas áreas mais perigosas

das cidades. No caso das Bibliotecas Públicas colombianas, esses projetos estiveram, desde o início, em íntima vinculação com os serviços de transporte massivo urbano. No Brasil, é pena ver que, nestes tempos de cinismo burocrático, o primeiro item a ser *contingenciado* na execução orçamentária, é o relativo à educação e à cultura. De outro lado, observamos que, em cidades como Rio de Janeiro, por exemplo, são poucos os investimentos para humanizar o sistema de transporte massivo urbano: se os trens dos subúrbios tivessem experimentado toda a dedicação que os planejadores urbanos tiveram para com a construção de viadutos e obras na Zona Sul, haveria, certamente, menos violência na cidade.

4) O papel dos empresários.

É evidente, na nossa tradição patrimonialista latino-americana, que viu surgir o Estado como hipertrofia de um poder patriarcal originário, a presença todo-poderosa do governo na formulação das políticas econômicas. Raramente são escutados, na elaboração e realização das políticas econômicas, os Grêmios de industriais, produtores rurais e homens de negócios. Isso no Brasil tornou-se moeda corrente, ao ensejo da modernização do Estado no contexto autoritário do getulismo. O “equacionamento técnico dos problemas” pelo Executivo hipertrofiado, confinava a sociedade a ser um simples ator passivo, que recebia as políticas públicas formuladas de cima para baixo. A tradição positivista da segunda geração castilhistas, à qual pertencera Getúlio, pesou muito nessa realidade.

Na Colômbia, a forte presença, já desde o século XIX, das idéias liberais [cf. TIRADO MEJÍA, 1972], levou a que os Grêmios fossem consultados pelo governo, no momento de definir políticas econômicas, em que pese a evidente hipertrofia do Executivo sobre os outros poderes, típica da nossa tradição ibero-americana. A respeito da forte presença dos empresários na formulação e gestão das políticas econômicas, escreve o historiador colombiano Carlos Dávila:

“O desempenho econômico colombiano sobressai no contexto latino-americano pelo controle prudencial da economia por parte de um grupo de empresários e tecnocratas bem qualificados que, ao longo do século XX, evitaram as hiperinflações, os profundos

déficits fiscais e o excessivo endividamento externo” [Cit. por CEPEDA ULLOA, 2007: 68].

O modelo de modernização do Estado, no terreno da formulação de políticas econômicas, foi de cunho não autoritário, e se concretizou nas reformas desenvolvidas pelo Partido Liberal, ao longo dos anos 30 do século passado, notadamente na gestão de Alfonso López Pumarejo (entre 1934 e 1938). Essa tradição se manifestou numa constante reivindicação dos Grêmios empresariais para tomar parte na formulação das políticas econômicas, o que, de praxe, passou a se denominar de “concertación”. A propósito desse fenômeno, escrevia o estudioso Daniel Pécaut: “Entre os empresários, na Colômbia, bem como entre os outros grupos econômicos, observa-se a tendência a reivindicar uma forte autonomia de decisão e a defender o esquema liberal de desenvolvimento”⁵.

Há na Colômbia, atualmente, perto de 200 Grêmios econômicos. Mas os principais deles são os seguintes: Asociación Nacional de Industriales y Empresarios (ANDI), Federación Nacional de Comerciantes (FENALCO), Asociación Bancaria y de Instituciones Financieras (ASOBANCARIA) e Sociedad de Agricultores de Colombia (SAC). Estas quatro entidades representam 60% da produção colombiana. Agrupam-se, hoje, no Consejo Gremial Nacional, que toma parte ativa, junto ao governo, na negociação do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e com o Canadá, bem como nas negociações que dizem relação à posição dos Grêmios nos diálogos de paz com a guerrilha e as auto-defesas.

Os restantes Grêmios são menos poderosos, mas não por isso deixam de ter importância. Alguns deles tem-se caracterizado pela sua capacidade de negociação e de reivindicação em face do Estado colombiano. Podem ser mencionados os seguintes: Federación Nacional de Avicultores (FENAVI), Federación de Ganaderos (FADEGAN), Asociación Nacional de Exportadores (ANALDEX), Federación Nacional de Cafeteros, Sindicato Antioqueño, Comité Intergremial del Atlántico, etc.

Tem sido muito atuante, portanto, o papel dos Grêmios, no que tange à busca de

soluções para o conflito armado, tanto no que se refere à participação dos empresários nos grupos de negociação com as partes em pugna, quanto no relativo à efetivação de estudos sobre a problemática da violência. São vários os Grêmios (como, por exemplo, a ANDI e FENALCO), que possuem centros de pesquisa e de monitoramento das ações do governo e dos grupos armados, e que oferecem subsídios aos negociadores oficiais e da sociedade civil.

A atitude ativa dos Grêmios econômicos tem-se traduzido nas iniciativas civis em prol de estimular a participação cívica a nível municipal. Os movimentos “Bogotá como vamos”, “Medellín como vamos” e “Cartagena como vamos” são expressão dessa dinâmica social. Cada um desses movimentos é apoiado pelos empresários vinculados à respectiva Câmara de Comércio, pela Imprensa, pelas Universidades e pelos intelectuais e profissionais liberais. O movimento “Como vamos” visa a informar regularmente à sociedade acerca dos problemas mais fortes que a municipalidade enfrenta nos terrenos de violência, de transporte, de educação, de saúde, etc. Como tem o apoio da imprensa local, os resultados são divulgados por esse veículo. Nos dez anos de funcionamento do movimento “Bogotá como vamos”, os estudos do mesmo são praticamente pautas de ação para os atuais mandatários municipais, e constituem um roteiro para os programas dos candidatos às futuras eleições. Algo semelhante ocorre em Medellín.

5) O papel da Igreja.

É tradicional o papel de moderação exercido pela Igreja Católica em face do conflito armado. Distanciada das benesses do poder, em decorrência da reforma da Concordata entre o Estado colombiano com a Santa Sé, ocorrida ao ensejo da nova Constituição de 1991, a Igreja Católica permaneceu como reserva moral dos colombianos, tendo-se distanciado, de maneira prudente, ao mesmo tempo da corrente da “Teologia da Libertação”, como daqueles segmentos tradicionalistas, saudosos do antigo clericalismo. A Igreja tem atuado, junto com os Grêmios econômicos, como mediadora no conflito. Em decorrência da agressividade que, nos últimos anos, passou a praticar a

5 PÉCAUT, Daniel. *Política y sindicalismo en Colombia*, Bogotá: La Carreta, 1973, p. 34.

guerrilha, seqüestrando inúmeros empresários, aumentou a participação mediadora da Igreja. Hoje ela representa peça-chave na pacificação, sendo respeitada a sua presença tanto pelo governo, como por parte da sociedade civil e pelos atores armados.

Prova desse grande valor moral da Igreja na sociedade colombiana é a carta endereçada por um dos grupos guerrilheiros mais antigos, o ELN, à Conferência Episcopal, em 2004: Vale a pena citar a parte central desse documento:

“Nos hacemos presentes en este importante evento para manifestar nuestro reconocimiento a la Iglesia por la labor desempeñada y su disposición a construir salidas a la crisis humanitaria que padecen los pobladores de la Sierra Nevada de Santa Marta, así como por su preocupación en obtener la liberación de los extranjeros retenidos. Resaltamos también la contribución de la iglesia en la búsqueda de la paz a través de la participación en organismos de conciliación y facilitación, de carácter permanente y/o temporales para la solución del conflicto, como son la Comisión de Conciliación Nacional, la Comisión Episcopal de seguimiento del proceso con el ELN, la participación en la Comisión de Facilitación Civil, la Comisión para la búsqueda de un acuerdo humanitario con las FARC, entre otras. El ELN valora altamente la postura en contra de las guerras que ha asumido la Iglesia Católica en el mundo, como mandato del Papa y su valioso aporte en la consecución de la paz. En la construcción de la paz la Iglesia enseña cuando reconoce sus errores pasados y se propone rectificar sus comportamientos futuros”.⁶

A posição das autoridades eclesiásticas tem sido clara, no sentido de mostrar o caráter evangelizador da Igreja, bem como o seu compromisso inarredável com os direitos humanos e o respeito às instituições de direito. Recente mensagem do Presidente da Conferência Episcopal Colombiana, Dom Augusto Castro, com motivo da reunião do CELAM em Aparecida – São Paulo, não deixou dúvidas a respeito dessa posição pastoral e moderada. Frisou o arcebispo colombiano em 15 de maio deste ano:

“O continente latino-americano vai crescendo economicamente. Mas este

6 In: http://www.eln-voces.com/Correo_del_Magdalena/mensajeELN.html (Consultado em 8/7/2007).

crescimento não se traduz em desenvolvimento que inclua, integral e equitativo. Portanto, é indispensável que reafirmemos nossa opção pelos pobres. Mas esta opção não basta. Devemos optar também pela evangelização do mundo político, do mundo empresarial, do mundo dos capitais para que nestes mundos penetre o sentido ético como solidariedade com o outro em necessidade. A Igreja na Colômbia trabalha sem descanso, não a partir da política, mas do Evangelho, para alcançar a paz nos corações, nas famílias, na nação toda. Esperamos da Aparecida uma luz solidária que nos guie”.⁷

6) Riscos e perspectivas.

O panorama da colaboração entre o Brasil e a Colômbia é altamente positivo. Em matéria de violência protagonizada pelo narcotráfico e na tentativa de supera-la, os nossos vizinhos têm experiência bastante aprofundada que, sem dúvida, ajudar-nos-á a encontrar caminhos para vencermos um desafio semelhante. A guerra do narcotráfico não chegou ao Brasil ao acaso. Foi operação friamente planejada pelos que financiam, em nível global, o comércio de estupefacientes que é, depois do mercado do petróleo, o que mais dinheiro movimenta no mundo, sendo calculado o montante das transações por conceito de narcóticos, numa soma que se aproxima dos 500 bilhões de dólares anuais.

A partir do final da década dos 80 do século passado, em decorrência do combate que começaram os governos andinos a dar contra o narcotráfico, a máfia italiana, que tinha investido somas vultuosas no ciclo de produção e comercialização de narcóticos, decidiu deslocar o eixo de produção para a costa leste da América do Sul, com as conseqüências que todos conhecemos: progressivo estabelecimento, no Brasil, de laboratórios para refino de cocaína – o mercado do crack nas cidades brasileiras cresceu na medida em que o refino foi se expandindo – e consolidação das redes de distribuição de estupefacientes para os Estados Unidos e a Europa, a partir dos portos e aeroportos brasileiros. O encastelamento dos traficantes cada vez mais armados, nos morros cariocas, recebeu uma ajuda expressiva do populismo ensejado no “socialismo moreno” apregoado por Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, que impedia à polícia de entrar nos santuários do crime organizado. Daí para a organização dos exércitos da morte que

7 In: http://br.celam.info/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=204 (Consultado em

peitam as autoridades foi só um passo. Etapas semelhantes, ao amparo do populismo irresponsável, deram-se em São Paulo, onde a simples contravenção do bicho ensejou o aparecimento das empresas do crime organizado, centralizadas no Primeiro Comando da Capital, com os resultados que são sobejamente conhecidos de desgarramento do tecido social e império do crime, que encurrala cada vez mais os cidadãos honestos.⁸

Qual seria o maior risco que hoje corre a Colômbia, em face da luta travada pela sociedade e o Estado contra guerrilheiros, narcotraficantes e paramilitares? A pior coisa que poderia acontecer seria uma recaída no vício do populismo fácil, do qual já foi refém o vizinho país. Passar a considerar o Estado como quintal da própria casa para beneficiar amigos e apaniguados, sem levar em consideração a perspectiva do bem comum, nisso consiste o pior risco que pode assombrar aos colombianos. Risco que parece afastado, de momento, dados os índices de aprovação que os cidadãos do vizinho país dão ao presidente Alvaro Uribe Vélez, um governante que decidiu fazer o dever de casa, em matéria de segurança cidadã e de desenvolvimento econômico.

Indaguemos, para terminar, quais seriam as perspectivas de colaboração entre o Brasil e a Colômbia, na luta que preocupa a ambos os países contra o crime organizado e em prol do amadurecimento das instituições democráticas. O ponto central que poderíamos destacar seria o da institucionalização da troca de experiências entre os dois países, não apenas no plano governamental, mas também garantindo essa troca entre instituições da sociedade civil, notadamente aquelas votadas para a pesquisa, a cultura e a educação. Ora, nesses terrenos, já foi bem mais aberto o panorama. Na década de 70 do século passado havia convênios de intercâmbio cultural e educativo entre o Brasil e a Colômbia, que garantiam aos nossos estudantes a possibilidade de cursarem os seus estudos no vizinho país, de forma semelhante a como colombianos podiam fazer os seus

8/7/2007).

⁸ A respeito das etapas percorridas pelo narcotráfico no Rio de Janeiro, cfr. os nossos estudos: “Violência e narcotráfico no Rio de Janeiro: Perspectivas e impasses no combate ao crime organizado”, in: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, vol. 49, no. 586 (janeiro 2004): pg. 7-70, e “The Sociological Dimension of the Drug Traffic in the *Favelas* of Rio de Janeiro”, in: Else VIEIRA (organizadora), *City of God in several voices – Brazilian Social Cinema as Action*. Eastbourne-England: CCCP – Nottingham University Press, 2005, p. 166-173.

cursos no Brasil.⁹ Dessa colaboração surgiram múltiplas iniciativas, não apenas nos terrenos dos intercâmbios culturais e educativos, mas também no que concerne à transferência de tecnologia. Apenas para citar dois exemplos, o modelo de corredores de ônibus estabelecido em Curitiba, nos anos 80 do século passado, inspirou o moderno sistema de *transmilênio* hoje vigente em Bogotá. E a experiência brasileira na construção dos metrô do Rio e São Paulo foi de grande valor para a adoção desse sistema de transporte massivo em Medellín. Deveria ser revitalizado um tratado de troca de experiências, nos terrenos da ciência, tecnologia, cultura e educação entre os nossos dois países. Isso nos possibilitaria compreendermos melhor a experiência colombiana em áreas específicas, como a relativa ao combate à violência. Lembremos que, neste ponto específico, as instituições colombianas contam com excelentes centros de pesquisa, tanto nas Universidades quanto nos Grêmios econômicos.¹⁰

A situação de violência experimentada hoje nas grandes cidades brasileiras, assemelha-se muito às circunstâncias já vividas pelos colombianos nas décadas de 80 e 90 do século passado. O combate à ação dos cartéis da droga ganhará uma orientação firme, no Brasil, se levarmos em conta os passos que foram dados pelos governantes colombianos, na sua luta de décadas contra os narcoterroristas. Notadamente pela preocupação que tem sido uma constante entre os nossos vizinhos: como combater a criminalidade preservando as instituições democráticas e um modelo de desenvolvimento liberal, alicerçado no mercado [Cf. ANDI, 2007]. É muito importante o que está acontecendo hoje, no Brasil, com os novos governadores dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais visitando *in loco* as cidades colombianas, a fim de ver de que forma os nossos vizinhos conseguiram derrotar o crime organizado e garantir para os cidadãos condições de vida mais seguras. A iniciativa da Confederação Nacional do Comércio, no sentido da Missão que organizou para visitar algumas cidades colombianas, insere-se nesse esforço patriótico em prol da busca de soluções realizáveis, porquanto efetivadas

9 Entre 1970 e 1990 foi publicada, em Medellín, com apoio do Cônsul Honorário do Brasil nessa cidade, da Embaixada brasileira em Bogotá e de empresas colombianas e brasileiras, a Revista trimestral *Brasil-Colômbia*, que era distribuída em centros de estudo e entidades empresariais em ambos os países. Essa é uma iniciativa que poderia ser revitalizada.

10 Vale a pena mencionar os centros de pesquisa sobre a violência existentes nas Universidades Nacional de Bogotá, de Los Andes (Bogotá), Externado de Colombia (Bogotá), EAFIT (Medellín) e de

no estudo de um contexto semelhante ao brasileiro.

O ponto mais concreto em que se pode dar a colaboração entre o Brasil e a Colômbia, em matéria de pacificação das nossas cidades, centra-se, sem dúvida, na experiência municipal de “Como vamos”. O movimento “Bogotá como vamos”, bem como o seu homólogo de Medellín, está inspirando iniciativas semelhantes em cidades brasileiras, como Rio e São Paulo. Muito haverá, certamente, a aprender das experiências colombianas a respeito. Afinal de contas, a Colômbia é o nosso vizinho e as soluções ali ensaiadas são muito mais fáceis de adaptar à realidade brasileira, do que as soluções tentadas em outros continentes.

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO V

ASOCIACIÓN NACIONAL DE INDUSTRIALES - ANDI. *Balance del 2006 y perspectivas para el 2007 - El país se reindustrializa competitivamente*. Bogotá: ANDI-Centro de Estudios Económicos, 2007.

ATEHORTÚA CRUZ, León Adolfo. “Colombie – La place de l’Armée dans le conflit politique armé”. *Problèmes de l’Amérique Latine*. Paris: La Documentation Française, no. 34, (julho/setembro 1999): p. 75-88.

BARRETO, Francisco Javier (organizador). *La otra guerra – El Derecho como continuación del conflicto y lenguaje de la paz*. Bogotá: Universidades de Los Andes y Javeriana / Plaza & Janés, 1999.

BOWDEN, Mark. *Matando Pablo – A caçada ao maior fora-da-lei de que se tem notícia*. (Tradução de Maria Cristina Vidal Borba). São Paulo: Editora Landscape, 2002.

CAMACHO GIZADO, Alvaro; LÓPEZ RESTREPO, Andrés e THOUMI, Francisco E. *Las drogas – una guerra fallida (Visiones Críticas)*. Bogotá: IEPRI / Tercer Mundo Editores, 1999.

CASAS DUPUY, Pablo, “Reformas y contrarreformas en la policía colombiana”, in: RANGEL SUÁREZ, Alfredo, (organizador), *Seguridad urbana y policía en Colombia*, Bogotá: Fundación Seguridad y Democracia, 2005, p. 1-80.

CEPEDA ULLOA, Fernando. “Fatores de força na Colômbia”, *Diplomacia, Estratégia e Política*. Brasília, (janeiro / março 2007): p. 68.

Antioquia (Medellín). No terreno empresarial, não pode deixar de ser mencionado o Centro de Estudios Económicos de la ANDI, em Bogotá.

GÓMEZ BUENDÍA, Hernando (organizador). *Para dónde va Colombia?* Bogotá: Tercer Mundo / Colciencias, 1999.

GUZMÁN CAMPOS, Germán; FALS BORDA, Orlando; UMAÑA LUNA, Eduardo. *La violencia en Colombia – Estudio de un proceso social*. Bogotá: Círculo de Lectores, 1988, 2 volumes.

LÓPEZ PINO, Carmen Marina. *Las relaciones laborales en Colombia – Opciones estratégicas de los actores*. Madrid: Universidad Complutense, 2002. (Tese de doutorado em sociologia).

MONSALVE, Alfonso; DOMÍNGUEZ, Eduardo (organizadores). *Colombia – Democracia y paz..* Medellín: Universidades Bolivariana e de Antioquia, 1999, 2 vol.

MORALES BENÍTEZ, Otto. *Liberalismo, destino de la Patria*. Bogotá: Plaza y Janés, 1985.

PALACIO, Germán (organizador). *La irrupción del Paraestado – Ensayos sobre la crisis colombiana*. Bogotá: CERREC / ILSA, 1990.

PÉCAUT, Daniel. “Colombie: une paix insaisissable”. *Problèmes de l’Amérique Latine*. Paris: La Documentation Française, no. 34 (julho/setembro 1999): p. 5-32.

PÉCAUT, Daniel. *Política y sindicalismo en Colombia*, Bogotá : La Carreta, 1973.

PERIN, Orivaldo. “Vigilância contra o mau governo na Colômbia”. *O Globo*, Rio de Janeiro, edição de 19 de agosto de 2007, p. 51.

RANGEL SUÁREZ, Alfredo. *Colombia – Guerra en el fin de siglo*. Bogotá: Universidad de Los Andes / Tercer Mundo, 1999.

RETTBERG, Angelika. *Entre el cielo y el suelo – Una mirada crítica a los Gremios colombianos*. Bogotá: Universidad de Los Andes, 1998.

SERRANO, Rosso José, general. *Jaque Mate*. Bogotá: Norma, 1999.

TIRADO MEJÍA, Alvaro. *Introducción a la historia económica de Colombia*. 2a. Edição, Bogotá: Universidad Nacional, 1972.

TOVAR PINZÓN, Hector Fabio, general. “El arsenal que tendrían las FARC”. In: *El Espectador*, Bogotá (23 de janeiro de 2000): p. 7A.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. “As instituições militares no século XXI - A sua missão em face dos conflitos”. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, vol. 47, no. 562 (janeiro 2002): p. 3-36.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. “Brasil será a Colômbia amanhã” - Entrevista. *Sistema – Fecomércio Rio de Janeiro*. Vol. 5, no. 20 (junho 2003): p. 10-12.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. “Colômbia – Uma guerra contra a sociedade”. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, vol. 46, no. 546 (setembro 2000): p. 15-28.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Como a Colômbia deu a volta por cima?* Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, Julho de 2007, 29 p. (paper).

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. “The Sociological Dimension of the Drug Traffic in the *Favelas* of Rio de Janeiro”. In: Else VIEIRA (organizadora). *City of God in Several Voices – Brazilian Social Cinema as Action*. Eastbourne – England: Critical, Cultural and Communications Press /The University of Nottingham, 2005, p. 166-173.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. “Violência e narcotráfico no Rio de Janeiro – Perspectivas e impasses no combate ao crime organizado”. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, vol. 49, no. 586 (janeiro 2004): p. 7-70.